

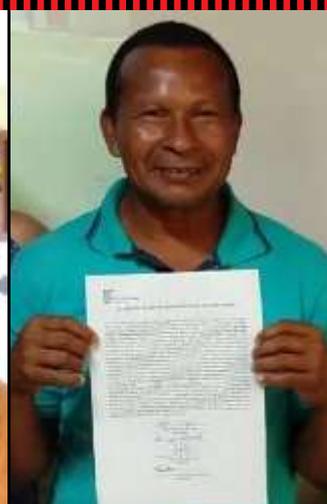


AWÃKÃP ŪPÚ POHĚHÁU

TXÓ HÃHÃHÃY PATAXÓ

HISTÓRIAS DE VIDA

DO POVO PATAXÓ



Aldeia Boca da Mata 2021

AWĀKĀP ŪPÚ POHĒHÁU TXÓ HĀHĀHĀY PATAXÓ

HISTÓRIAS DE VIDA DO POVO PATAXÓ

ALDEIA BOCA DA MATA

MANOEL SANTANA	p.01
JÚLIO BERÉ	p.13
JOVINO DE JESUS PONÇADA	p.19

ALDEIA BARRA VELHA

JOSEFA FERREIRA	p. 27
ALFREDO BRAZ	p. 35

ALDEIA TIBÁ

LUCIANA FERREIRA (ZABELÊ)	p. 55
---------------------------------	-------

ALDEIA VELHA

MARIA D'AJUDA ALVES DA CONCEIÇÃO (PAJÉ JAÇANÃ)	p. 61
MARIA ROSA JESUS DOS SANTOS (DONA NAIR)	p. 65
ESMERALDA BRAZ DOS SANTOS (DONA MERA)	p. 69
MARIALVA DIAS DOS SANTOS	p. 73
MARICEIA MEIRELLES GUEDES	p. 79

Este material foi editado e impresso no contexto do
Ciclo de Estudos e Oficinas Interculturais em Educação Escolar Indígena
realizado na Aldeia Pataxó Boca da Mata, entre os anos de 2019 e 2021
Título em PATXÔHĀ por Nyomaktxy Pataxó

As biografias foram publicados originalmente no site do projeto *Os brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional*, vinculado ao Museu Nacional da UFRJ
<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/category/etnias/pataxo/>

BIOGRAFIA DE MANOEL SANTANA



Povo: Pataxó

Terra Indígena Barra Velha

Aldeia Boca da Mata

Estado: Bahia

Autor: Seu Patxyó¹

Revisão e edição: Alexandre Capatto e Pablo Antunha Barbosa

¹José Raimundo Santana, seu Patxyó é professor de cultura na Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata. Em 2018, ingressou na segunda turma do curso de Licenciatura Intercultural Indígena no Instituto Federal da Bahia, em Porto Seguro.

Apresentação

Pretendo com esse trabalho escrever a trajetória de vida de Manoel Santana para que as pessoas da nova geração conheçam a história de um herói pataxó que sempre lutou para a sustentabilidade do território e uma vida melhor para sua família e comunidade, onde o seu pensamento sempre foi ver os seus filhos e netos vivendo bem.

Digo que se esses relatos não forem escritos, perderemos muitas histórias, como já perdemos outras histórias e relatos que deveriam servir hoje como fonte de pesquisa para os jovens estudantes que hoje, muitas vezes, desconhecem a sua própria história.

Escrevo sobre estas histórias para que não se percam os relatos dos grandes anciões desta comunidade, sendo este um guerreiro que sempre foi exemplo para os jovens caciques que hoje estão na luta.

Origem familiar, trabalho e vida comunitária

Manoel Santana nasceu na aldeia Barra Velha no ano de 1924. É filho de Isidória Ferreira e Alfredo Marcos Santana, e na infância morou em Caraíva e no rio Jambreiro. Quando jovem, voltou a morar em Barra Velha, sua aldeia de origem. Não foi criado por seu pai, seu pai não era indígena, a família dele veio de Serrinha, perto de Salvador. Sua mãe, uma índia da família Ferreira foi quem o criou, e assim, seu nome ficou Ferreira, a família Ferreira.

Desde menino ele já era esperto. O pessoal conta que ele era muito trabalhador e que desde criança ele já mexia com muitas

coisas. Ele tinha uma roça pra cima de Caraíva, como os nossos espaços nesse tempo eram grandes, o pessoal conta que pra todo canto o índio botava roça, ele tinha a sua roça no Jambreiro, na terra dele, só que ele morava em Barra Velha. Naquele tempo eles andavam muito, antigamente morava muito índio em Caraíva, lá era uma aldeia também, tinha Barra Velha e tinha Caraíva. E assim, seu Santana, como era chamado pelos seus colegas na aldeia, em sua trajetória aprendeu a fazer de tudo um pouco: pescar, serrar, carrear com boi, *barciar*² no rio e desde cedo aprendeu a trabalhar na roça. Ele viveu muito em Caraíva e quando ele já estava grande, saiu junto de sua mãe para Barra Velha, lá ele constituiu família e começou a luta, com o pessoal de lá, desde pequeno já lutando pela aldeia e os parentes. Na época da criação do Parque Nacional e do Fogo de 51, ele apresentou seu espírito de liderança ao reunir o povo pra não sair naquela época.

Constituiu a sua família ainda muito jovem, casou-se com a sua primeira esposa, dona Adélia, em Barra Velha, com quem teve 4 filhos: Josias, Maria José, Nalva e Oziel. Depois se casou com Maria Braz Ferreira e teve um filho, José Raimundo. Dona Maria adoeceu e morreu, e assim, um tempo depois, se casou com Anália Maruim, com quem teve dez filhos sendo eles: Célia, Alfredo, Ivan, Juliana, Didi, Matias, Neguinha, Indiária, Antônio José e Cassinha. Além de dois filhos que vieram a falecer precocemente. Com esse total de filhos, foi feita uma pesquisa onde os netos e bisneto chegam a cento e vinte, isso há

2 Trata-se do transporte de madeira pelo leito do rio, provavelmente em barcas. Em geral do rio Caraíva até a serraria que estava localizada em sua foz. N.E.



cinco anos atrás, agora já deve chegar aos cento e cinquenta ou mais. Contam as pessoas que o conheceram que quando ele era novo ele era valente e muito namorador, dizem que ele teve cento e vinte namoradas, foi noivo doze vezes e se casou com três mulheres.

Um das suas expectativas era de fazer uma aldeia com filhos e netos e para isso ele tinha a ideia de preparar seus filhos para assumirem as ações de trabalhos como cacique, liderança, professor, coordenador, diretor, agente de saúde, e na política como vereador, etc. Seu Santana tinha uma grande expectativa entre a sua família de fazer novas lideranças capazes de levar em frente os seus trabalhos com a comunidade. Quando ele falava em melhorias para a aldeia ele não se referia apenas a sua família, mas sim a todas as famílias pataxó. A onde tinha um pataxó ele ia lá para falar com aquela pessoa, ele não olhava a idade sempre acolhia a todos.

Assim, o seu trabalho e sua trajetória sempre foi em busca de melhoria para a comunidade, foi liderança por muito tempo até se tornar o cacique da aldeia, atualmente é o pajé em Boca da Mata. Desde pequeno, lutou para ajudar o seu povo e em sua trajetória como líder sempre foi ouvido, pois as suas ideias sempre foram bem sucedidas, ou seja, reconhecidas pelas pessoas, já que era um grande conhecedor de todo território pataxó, bem como os locais de morada das pessoas que vivem aqui. Sempre lutou em busca da demarcação das suas terras e foi um defensor da educação quando ainda não tinha escola em Boca da Mata. Fez muitas viagens à Brasília para cobrar uma escola de qualidade para seu povo.

Santana, como sempre foi chamado, é uma pessoa que todos têm o seu respeito, é compadre de toda a comunidade. Na época de semana santa uma grande parte da aldeia vai até a sua casa e ajoelha aos seus pés. Manoel Santana, como é conhecido, vai fazer 100 anos.

A sua luta pelo território e a organização do povo pataxó

Na época da criação do parque de Monte Pascoal³ em terras pataxós, ele travou uma briga com os guardas e representantes do órgão IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal) onde eles queriam que eles saíssem. Mas ele foi insistente e não saiu, foi morar no *combro*⁴ da praia, mas não saiu do seu lugar. Após o massacre do fogo de 51, os nossos parentes estavam todos espalhados em fazendas e vilarejos próximos da aldeia. Os guardas do IBDF, na época da demarcação, chegaram falando que iam demarcar o território que seria a terra dos índios, depois que a terra estava demarcada eles falaram que não era mais uma terra indígena, que era um parque nacional que tava sendo criado em cima daquele território. Disseram que era para os indígenas saírem, se retirar dali, que naquele momento ninguém mais botava

3 O Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) foi criado em 1961, tendo inicialmente 22.500 e possui importância biológica ímpar, sendo um dos poucos fragmentos de Mata Atlântica ainda restantes no litoral nordestino. O PNMP é um dos principais remanescentes de um dos três focos de endemismo da Mata Atlântica, com taxa de 26% a 28% das espécies endêmicas e a maior diversidade de árvores por hectare do mundo. Fonte: Texto extraído de Vianna (2004). N.E.

4 Na praia, nas proximidades do mar. N.E.

roça. E meu pai nesse tempo morava no Campo do Boi, a roça dele era lá, e aí, ele falou: “Vou pra onde, morar a onde? Deixar minhas coisas aqui e sair daqui? Não vou!”.

Naquela época o governo ofereceu uma indenização para tirar o pessoal do local demarcado para o parque nacional. Eles tinham colocado um valor na roça dos índios, e na hora de pagar veio dar outro valor, muito menor que o prometido. Então uns pegavam, outros não pegavam, aqueles que não aceitavam, não pegavam nada, saíam sem nada, aí ele pegou vinte e cinco (25) mil réis naquele tempo e falou: “Eu vou pegar esses vinte e cinco (25) mil réis, mas não vou sair não! Eles que tão me dando, eu vou ficar!”. Contudo, como ele morava no Campo do Boi, dentro da área demarcada pelo IBDF para o parque nacional, ele teve que se juntar aos índios que não saíram de suas terras e foi morar no *combros* da praia, na beira do mar⁵.

Neste local, os índios não tinham espaço para plantar nada, porque na praia não dá nada, ou você vive da pesca ou você vai passar fome. Esses índios moraram um bom tempo lá, no barranco da praia. Ele conta que quando foi um dia, ele estava

imaginando o que que ia fazer ali na beira da praia quando então chegou um senhor comprando cobre (eram panelas, coisas velhas, tachos velhos, coisas antigas...), e perguntou a ele se tinha alguma para vender e ele falou: “Rapaz eu mesmo não tenho não, eu não tenho nada! Mas os parentes aí, os mais velhos têm panela, algum tacho véio aí...”. Foi então que o tal senhor falou assim: “Rapaz vocês estão morando aqui? Por quê que vocês estão morando aqui? Vocês moravam numa terra tão boa aí...”

Foi então que ele contou o que havia acontecido, e da proibição de viverem na área demarcada. Após ouvir a situação dos índios relatada por Santana, o senhor que comprava cobre falou pra ele: “Por que que vocês não vão pro Rio de Janeiro, lá no Rio de Janeiro tem um órgão, que é o SPI, e que trata das questões indígenas, por que que vocês não vão pra lá pra resolver estas questões? Eles vão ajudar vocês nestas questões aí...”. Naquele dia o viajante falou pra ele o endereço e explicou que era numa praça que tinha no Rio de Janeiro. Ele era de lá do Rio de Janeiro. Foi então que Santana falou: “olha, eu vou procurar os meus parentes e ver se nós consegue ir...”.

Santana conta que logo após a partida do viajante, ele olhou para ver os índios que tinha mais próximo e foi falar com os colegas. No primeiro momento, os colegas pularam fora, diziam: “Rapaz você tá doido, como é que nós vamos pra lá? Vamos mexer com isso aí? E a polícia moço?”. E ele falou: “Não moço, primeiro nós vamos conversar com o pessoal, vamos procurar apoio”. Aí ele mandou chamar seu tio Epifânio, que nessa época tava morando em Itaquena, o filho de Epifânio, que era Luiz Capitão, e Parmiro. Esse velho veio e

5 Segundo Sampaio (2000), ignorados pelo órgão indigenista nacional e tratados pelo órgão encarregado de administrar o parque como posseiros, os Pataxó foram então forçados a receber indenizações por suas "benfeitorias" e deixar sua aldeia, sendo permitido ficar apenas em uma área de 210 ha em Barra Velha. A maioria dos índios resistiu a isto, sendo porém impedidos de plantar suas roças na área, por isto esta época é considerada uma época de muitos conflitos e de grandes dificuldades de sobrevivência que levaram muitas famílias a uma nova diáspora ou a venderem sua mão de obra para os fazendeiros locais. N.E.



falou para ele: “Nós vai!” Então, reuniram mais alguns e pensaram: “como é que nós vamos?”

E assim, eles se reuniram à noite para articular essa viagem, porém um dos membros da aldeia que estava ali na reunião foi até a sede do parque falar pra os guardas que os índios estavam se articulando para ir ao Rio de Janeiro reivindicar os seus direitos. Quando foi no outro dia, os guardas chegaram lá na praia falando: “É, nós estamos sabendo que vocês vão pro Rio de Janeiro reivindicar os direitos, quem for pra lá vai, agora quem ficar aqui vai tomar uma surra”. Então, os índios que estavam querendo ir ficaram com medo e falaram: “Pô, vou deixar meus filhos, minha mulher e meus filhos aqui pra apanhar desses caras”. Foi então que o véio falou: “Não, eu vou meu filho, vocês têm coragem de ficar?” Aí meu pai falou: “Eu fico! Pode deixar sua mulher mais nós aqui que eu fico, daí o senhor vai”. E assim foram o véio Parmiro, Epifânio e seu filho Luiz. Santana ficou tomando conta das mulheres, ele ficou esperando os guardas e eles não apareceram.

Mas ainda havia outra questão para ser resolvida: “E o dinheiro?”. Foi então que eles se reuniram e venderam “uns trens velhos” que tinham. Manoel Santana, que estava pescando na época, arrumou um saco de peixe e cedeu um jegue dizendo: “Pega esse jegue, bota *cangaia* nesse jegue, monta e vai embora pela praia até onde o senhor der de topar com uma passagem”. O seu tio Epifânio, que não aguentava andar muito por conta da idade, foi montado até Alcobaça, lá eles deixaram o animal e pegaram um trem para Belo Horizonte e depois para o Rio de Janeiro onde encontraram com o agente do SPI.

Eles fizeram a primeira reunião com eles e retornaram à Barra Velha.

Um tempo depois que eles retornaram, um pessoal do SPI veio para ver como é que tava a situação em Barra Velha, e dessa época que eles foram para o Rio de Janeiro pra cá, foi que começou a evolução de novo da conquista do território. Nesse período Manoel Santana se engajaria na luta pela demarcação do território e não pararia mais. Na época o cacique era o véio Epifânio, depois passou pra Luiz, por isso que o nome de Luiz capitão, porque não era cacique neste tempo, era capitão. E assim começou a história de Santana. Nesse período os Pataxó de Barra Velha não tinham liberdade nem sequer pra pegar lenha na aldeia, só após essa viagem que os pataxó tiveram liberdade novamente para entrar nas matas do território pataxó. Ele sabia articular as suas ações diante da comunidade mesmo sem nunca ter ido à escola. Embora não saiba escrever, ele sabe ler e desenha o mapa do nosso território com todos os detalhe parecendo que foi um profissional de geografia

Depois do fogo de 51, ainda jovem, tinha na sua mente um projeto que poderia lhe ajudar na conquista do território. Ele teve um sonho onde uma pessoa lhe disse: “faça um viveiro de plantas nativas para reflorestar as áreas degradadas do território e assim resolver os problemas com o IBDF”, órgão com o qual viviam sempre em constantes conflitos. Os guardas colocavam o maior terror: “Se botar roça levo todos presos!”. Foi então que Manoel Santana reuniu toda a comunidade para botar uma roça. Santana chamou seu irmão Firmo Ferreira e disse: “Vamos colocar uma roça, quando os guardas vierem eu vou preso por minha comunidade e você tome conta dos

outros que ficarem”. Diante de tal iniciativa, seu irmão falou: “Você só não, eu vou também!” e então mais dois colegas também disseram que iriam com eles botar a roça. No dia seguinte todos estavam de prontidão para o trabalho, mas o que não sabiam é que na aldeia tinham três colegas que eram espiões dos guardas. No dia seguinte eles saíram de Barra Velha e vieram no pé do Monte Pascoal falar com os guardas que os índios iam colocar roça. Quando foi a tarde mais de dez guardas chegaram na aldeia, mas para azar deles toda comunidade estava reunida, os guardas partiram todos com as armas em cima dos índios mas os índios não se amedrontaram, partiram pra cima deles também e foi aquela correria, os guardas não tiveram coragem de atirar e nesse momento os pataxó colocaram eles para correr.

No momento em que estavam discutindo descobriram que quem eram os traidores do grupo eram os próprios colegas que se assentavam junto com eles nas horas das conversas. No outro dia veio uma intimação de Caraíva, lá tinha um Juiz de Paz chamado Orentinho que conhecia eles muito bem. Os guardas chegaram lá e fizeram uma denúncia afirmando que os índios queriam matar eles, mas eles não disseram o por quê. Quando os índios chegaram lá, o juiz mandou que o grupo voltasse e só dois representantes dos índios fossem à Porto Seguro para prestarem depoimento. Para Porto Seguro foram Firmo Antônio Braz e Liormiro, o restante do grupo voltou para a aldeia. Quando os dois indígenas voltaram da viagem trouxeram uma ordem do juiz autorizando os índios de colocar as suas roças. Naquela ocasião, todos da aldeia vieram agradecer a iniciativa e a coragem de Santana. Assim os índios

criaram coragem e partiram para a luta em busca de apoio para a conquista de seu território. Em Porto Seguro o juiz recomendou que eles fossem à Brasília para avançarem em suas conquistas. Com isso os indígenas foram criando coragem e voltando para seus lugares de origem.

Santana morou muitos anos em Barra Velha, depois se mudou para Boca da Mata e morou em Coroa Vermelha. Depois retornou à Boca da Mata onde mora atualmente. Com o seu projeto de vida ajudou a criar outras aldeias em torno do Monte Pascoal onde todos os outros novos caciques têm muito respeito pelo seu trabalho.

Nos anos 70, quando a Funai veio para Barra Velha, como os índios passavam muitas dificuldades, a Funai comprou redes de pesca e uma canoa (porque dava muito peixe nessa época...). Aí, como meu pai já pescava, eles deram para o meu pai botar no mar e pegar o peixe e dividir com a comunidade. Assim, ele ia até o mar, botava a rede, trazia o peixe e dividia para as famílias. Nos dias que pegava muito peixe, ele dividia muito, nos dias que pegava pouquinho ou que não pegava nada, pegava só dois peixinhos, ele cortava as palminhas do peixe e dividia entre aquelas mulheres que estavam amamentando ou gestantes e ia pro mangue pegar caranguejo para ele comer.

Depois a Funai comprou um barco que não era a motor, era à vela, e deu para os índios pescar. Os índios foram para o mar pescar, ficaram uma semana pra lá pescando, garoupa, etc., e trouxeram para Barra Velha muito peixe, trouxeram o barco lotado de peixe, eles dividiram com a comunidade e venderam o excedente. Diante de tal



sucesso, marcaram outra pescaria, disseram: “Na próxima semana nós vamos de novo pescar!” Só que era tempo de inverno, chovia muito, com vento forte e o pessoal mais velho falava: “Rapaz não vai esse mês porque não é bom de pesca e dá muito temporal”. O pessoal falava assim: “Olha, não vai não, porque o tempo vai mudar” E mostravam: “Olha o tempo vai mudar, olha a marca no céu aí...”. Os velhos conheciam e diziam: “O tempo vai mudar, vocês não vão sair pra fora”. No dia de ir (meu pai também ia pescar com eles) os índios teimosos: “Ah, nós vai, nós vai moço...”. E o pessoal mais velho dizia: “Rapaz não vai, o tempo vai mudar, o vento sul vai entrar... olha aí o vento sul aí...”. Mesmo assim o pessoal foi, foram sete (7) pessoas, meu pai ia neste dia também, mas na hora de ir ele falou que deu um sono, um sono mesmo que não teve jeito e teve que se deitar de baixo de um pé de mato. Disse que deitou e pegou no sono e o pessoal lá na praia esperando ele: “Rapaz, aquele cara não vai chegar não pra nós ir, vai passar da hora, vai passar da hora!” até que decidiram ir sem ele: “Vamo embora!”. Entraram no barco e foram embora sem ele. Nesse tempo foi o filho de Zé Antônio Braz, o irmão de Luiz, seu Guilhermino, o pai de Naldo que era marido de Cacilda, foi o pai de Gerson, que é o finado Zé Antônio e foi um tal de Forró, que tava em Barra Velha. Eles foram e não voltaram mais...Entraram para o mar e o tempo tava bom, mas aí veio o temporal, o vento sul entrou à noite e foi vento e chuva a noite toda. Foram três dias de temporal e vento forte e o pessoal da aldeia ficou muito preocupado. E eles sumiram no mar, sumiram mesmo e não voltaram mais. Então ficaram as índias na aldeia com os filhos e sem os maridos. Seu Manoel Santana, muito comprometido com

aqueles seus parentes, ficou com mais essa tarefa de ajudar as mulheres de seus parentes que sumiram no mar. E assim, tudo que conseguia tinha que dividir com aquelas crianças, foi uma luta muito grande, um sofrimento por bastante tempo, mas lá estava ele, sempre para ajudar. Até hoje, aqueles meninos já estão velhos, pai de netos, mas mantém um grande respeito por ele. Todos têm um grande carinho por ele desde quando ele era rapaz, contam as pessoas que conheceram ele novo que ele fazia as suas roças e que quem precisava ele dava e não queria nada em troca.

Consolidação do território e a luta pelo acesso às políticas públicas de infraestrutura, educação, saúde, preservação do meio ambiente e geração de renda

Em 1980, quando veio para Boca da Mata o primeiro funcionário da Funai, o sr. Cornélio, Santana teve a ideia de criar o primeiro grupo de liderança de Boca da Mata junto com a Funai para cobrar seus projetos para a aldeia pois a escola em Boca da Mata era uma extensão de Barra Velha. Santana se reuniu com as lideranças da aldeia e decidiram criar a sede da Aldeia Boca Mata. Com a sede pronta, a aldeia tinha autonomia para criar os seus próprios projetos e deixar de ser extensão de Barra Velha. Então eles foram até a Funai, ao CIMI e à ANAI e começaram a fazer os seus projetos para a aldeia Boca da Mata.

O primeiro projeto da aldeia que Santana fez foi para a ANAI e a CESE, lá de Salvador, para a compra de gado. Comprou 30 vacas para a aldeia mas, como os índios não sabiam lidar com o gado, as vacas

acabaram morrendo. Mas eles continuaram fazendo projetos para a aldeia.

Nos anos 80, funcionava na aldeia uma escola feita de taipa pela comunidade até que vieram os projetos da prefeitura, como a escola e o posto de saúde construídos. Santana também teve a ideia de fazer três chafarizes de água na aldeia para as mulheres pegarem água no meio da aldeia para lavar a roupa e ter água mais fácil. Quando Manoel Santana queria fazer um projeto para a aldeia nunca ele fazia sem antes acertar com os colegas para discutir os temas das atividades que deveriam ser feitas. Por isso, seus projetos nunca davam errados, no seu tempo de cacique toda família da aldeia tinha uma roça da família onde todos trabalhavam em forma de mutirão. Trabalhavam o mês todo, cada dia para uma família na aldeia. Isso era programado antes, onde todos se preparavam pois sabiam que naquele mês todos iriam colocar roça, não ficava ninguém sem botar roça, até os homens da aldeia que não tinham mulher tinham roça, pois eles também participavam dos trabalhos comunitários.

Em Boca da Mata, Manoel Santana também é conhecido como *seu Pedro* pelos seus colegas. Lá ele realizou muitas atividades tanto na busca da saúde quanto na educação. Ele lutou pelo desenvolvimento da aldeia quando passamos a depender da política do homem branco e passou a cobrar pelo social da aldeia. Então, ele tinha um lema com ele e falava para as pessoas assim: “o seu dinheiro está no banco”. O povo, ouvindo isso ficava assustado e perguntava: “Como o meu dinheiro está no banco?” No que ele respondia: “É muito simples, é só você estudar, estamos precisando de profissionais para trabalhar

na aldeia”. O sonho dele era criar os seus próprios profissionais nas suas áreas de trabalho, tanto na saúde, na educação, no saneamento, etc. Assim ele brigou para a construção de um bom colégio na comunidade onde as crianças deveriam estudar e formar os seus professores indígenas.

Na política conheceu José Ubaldino Pinto, candidato a prefeito que ajudou na abertura das estradas para o acesso da aldeia e também construiu o primeiro colégio da comunidade. Foi o começo de uma relação com um prefeito eleito com ajuda da comunidade indígena que fez algo para o povo e que eles não se esqueceram.

Seu Pedro sempre teve uma boa relação com os não índios, é um grande pensador sobre a educação. Ele sempre incentivou os seus filhos a estudarem, por isso a sua família sempre teve uma boa referência na comunidade.

Ele é católico e devoto de Santo Reis. Foi ele também quem criou a primeira igreja na aldeia. Ele também incentivou a pesquisa da língua Patxôhã e as festas tradicionais de Santo Reis no dia 6 de janeiro, São Sebastião no dia 20 e São Braz no dia 3 de fevereiro. Eram festas que eram celebradas só em Barra Velha. Seu projeto se tornou um grande evento da aldeia e hoje é uma grande atração para a região. As festas tradicionais na aldeia todo ano têm um festeiro diferente, antes era só para os índios, mas hoje outras pessoas não indígenas também podem pegar o ramo na festa.

De acordo com a história de seu Santana, o seu pensamento sempre foi trabalhar para ajudar a comunidade no desenvolvimento sustentável gerando uma economia própria



com profissionais da aldeia atuando em todas as áreas de trabalho como na educação, na saúde, como motorista ou agente ambiental para fiscalizar o território e em seus arredores. Essas propostas que ele tinha ele não guardava só pra ele. Ele pegava essas ideias e transformava em projetos para a aldeia e com isso foi multiplicando os seus conhecimentos como um bom líder que sempre foi. Para poder fazer seus projetos, Santana tinha o cuidado de toda vez que retornava de uma viagem, fazer uma reunião para dizer o que tinha ouvido das autoridades. Essa é uma preocupação que, às vezes, as lideranças de hoje não têm.

Ele sempre quis ter um representante político indígena para que as autoridades pudessem ouvir os povos indígenas. Com um representante pataxó ele tinha certeza que poderia cobrar do município, do estado ou mesmo em Brasília. Com os nossos representantes políticos indígenas estaríamos mais seguros para ir em busca dos nossos direitos. Seu Pedro tem uma grande importância para a comunidade, quando ele se aposentou pegava o seu dinheiro e comprava tudo da feira e distribuía com a comunidade, quando chamava o povo para uma reunião vinha todos da aldeia e faltava espaço para as pessoas.

Boca da Mata nos anos 2000 começou a perder as matas, foi quando seu Pedro colocou mais um de seus pensamentos em prática, o seu projeto de reflorestar as áreas que estavam sendo desmatadas ou que sofriam com as queimadas na aldeia. E assim, ele reuniu as pessoas da comunidade e mostrou a sua ideia. E assim, esse projeto cresceu tanto que se tornou uma cooperativa de plantas nativas

(COOPLANJÉ) e hoje se tornou uma fonte de renda para algumas famílias que viviam da confecção de artesanatos e que precisavam de outro tipo de renda para sobreviver. Aos poucos esse projeto foi se tornando grande e hoje as mudas são vendidas para empresas que fazem reflorestamento na aldeia e fora da aldeia.

O projeto de seu Pedro hoje é uma referência que outras aldeias também querem desenvolver. A ideia é reflorestar as áreas degradadas no entorno do Monte Pascal. A ideia de seu Pedro é também fazer matéria prima de artesanato para as futuras gerações pataxó uma vez que seu lema é: “Se plantar pode colher!”.

Santana criou várias ideias para a sustentabilidade da aldeia como, por exemplo, a proposta de se fazer roças de modo agroflorestal. Essa proposta foi feita junto à órgãos do governo e entidades há muito tempo, mas que agora foi aprovado pelo BNDES para se implantada roça agroflorestal para a sustentabilidade da aldeia. Esse projeto ainda não é suficiente para ajudar toda a comunidade, mas já tem outras propostas que futuramente poderão beneficiar mais famílias na aldeia.

Luta e articulação pela educação escolar na aldeia

Ele também tinha uma preocupação com a educação onde o seu sonho era ver as crianças estudando para tomar conta das suas próprias escolas nas aldeias pataxó. Neste sentido, mesmo antes, quando não tinha nenhuma escola em nossa região, ele reunia aqueles pais que queriam que seus filhos estudassem e procurava alguém que sabia ler alguma coisa e pagava essa

pessoa com material da roça, pois naquele tempo também não tinha dinheiro e a pessoa aceitava receber as mercadorias como forma de pagamento para ensinar os filhos daquelas pessoas.

Desde então, quando a FUNAI chegou em nossa aldeias e colocou a primeira escola, para seu Santana foi um grande avanço para os pataxó e assim, realizava mais um dos seus sonhos. Com esse pensamento nunca mais parou de seguir seu extinto de ir sempre buscar uma boa escola para seus parentes estudarem. Seu Santana sempre sabia conduzir as suas manifestações e movimentos em que ele estava à frente, era um dos melhores articuladores quando ia às reuniões com os órgãos do governo para discutir assuntos da comunidade.

O seu lema era que os jovens da aldeia pudessem encontrar uma maneira de trocar o arco e a flecha pelos livros e os cadernos, ele sabia que através da escola os jovens iriam encontrar novos conhecimentos para melhor dialogar com as autoridades do país para o reconhecimento de seus espaços de sobrevivência.

Seu Manoel Santana sempre incentivou e cobrou de seus filhos para que estudassem. Eu, por exemplo, estudei até a quarta série em Barra Velha, quando começou a escola lá. Depois eu vim para Boca da Mata em 1980, não tinha nada aqui, era tudo mata, as primeiras roças foram abertas em 1978 e 1979. Em 1980 eu mudei para cá e, muito tempo depois, eu lembro que um dia eu tava doente, estava trabalhando doente, com febre, e meu pai chegou lá, se sentou num pau e eu peguei conversar mais meu pai. Então ele chegou para mim e falou assim, eu lembro que nem hoje, ele falou assim: “Olha, você vai ter que parar de trabalhar na

roça e você vai ter que estudar”. Naquele tempo já tinha a escola em Boca da Mata, mas como eu tinha muitos filhos, dez naquela época, então eu falei para o meu pai: “Como é que eu vou pra escola? Pai, como é que eu vou pra escola com essa gente de menino pra cuidar?”. E ele falou: “Não, você tira um tempo, você tira um tempo pro seus estudos, você trabalha de dia e de noite você... uma horinha que você vai estudar...”. Foi então que eu botei na minha cabeça e falei: “Poxa, então é isso mesmo que eu vou fazer!”. E ele falou: “Porque quando você chegar cá na minha idade você não vai ter fôlego pra você ficar puxando enxada não”. Então eu pensei: “E agora heim?”. Naquele tempo, os filhos obedeciam os pais, e é o que eu tenho falado aqui: eu fui de um tempo que o respeito que os filhos tinham pelo pai era diferente

Então eu voltei para a casa e falei para a minha mulher a conversa que eu tinha tido com meu pai. Naquela ocasião a minha mulher deu um pulo e falou: “Ôh, negativo! Você vai fazer o que na escola?”. Então ela jogou água no meu pensamento, mas mesmo assim eu falei: “Rapaz, eu vou enfrentar e vou fazer o pedido do meu pai!”. E assim, eu peguei um livro, comprei um caderno e na hora de eu ir pra escola eu abracei meu caderno e fui pra escola. Chegando na escola eu topei com uns camarada que me falaram: “Ói, ele bota o caderno igual as muié!” Mas assim mesmo fui. Na volta, vindo da escola eu topei um compadre meu e falei: “Compadre, bora pra escola moço, mais eu?” E ele falou: “Rapaz o que você vai fazer lá moço? Pára com isso moço, tu não aprende nada mais não!” Ele falou: “Vai trabalhar em sua roça rapaz, é melhor, você vai pra escola perder o seu



tempo, não vai aprender nada!”. Aí voltei com a cabeça assim, teimando, não incentivam você a fazer escola depois de grande. Mas eu não desisti.

Comecei a estudar e já no segundo ano de escola me convidaram para dar aula de cultura. Na ocasião eu falei: “Poxa, mas como é que eu vou dar aula? Dar aula me pareceu muito forte naquele momento, como é que eu ia dar aula se eu não sabia nada? Eu já sabia falar algumas palavras de nossa língua tradicional, sabia cantar algumas músicas, mas mesmo assim eu neguei. No mês seguinte me convidaram de novo: “Rapaz vai, você tem potencial pra isso”. Mas eu tinha muito receio de ir para frente de um grupo de pessoas pra falar. Foi então que o cacique falou que me ajudaria, ele era meu irmão e então resolvi começar.

Depois uma pessoa da secretaria me falou: “Se você vai estar dando aula, você vai ter que fazer um curso, você vai ter que fazer o magistério”. Para fazer o magistério eu teria que viajar para Eunápolis, Salvador e Porto Seguro, onde aconteciam as aulas. Nesse primeiro momento a minha mulher não aceitou, a família em casa não apoiou, mas eu ingressei no curso mesmo assim. E foram oito anos de luta até eu me formar. Depois, quando a minha mulher viu que aquele trabalho estava virando uma renda, ela começou a me apoiar e começou a mudar, a ter uma visão diferente sobre os estudos. Foi então incentivado pelo meu pai Manoel Santana que começamos e hoje eu estou na faculdade, cursando a Licenciatura Intercultural Indígena no IFBA de Porto Seguro.

Manoel Santana: grande pensador e educador entre os pataxó

O pensamento dele sempre foi de coletividade, de buscar recurso e desenvolver a comunidade no trabalho, na educação, na política, na saúde, na construção da aldeia. Levantou várias ações e hoje na aldeia ele é lembrado pelas pessoas que vivenciaram sua trajetória política e sua luta pelo reconhecimento dos direitos de nosso povo. Ele também sempre teve uma preocupação com a preservação do meio ambiente, sempre foi mostrando e explicando para as pessoas da aldeia. Sempre falava com os mais novos: “Quando você ir na mata derrubar uma árvore, derrube uma e plante duas porque nunca vai faltar, sempre vai ter”.

Por onde Santana passou sempre tem algo para ser lembrado. Foi um grande conselheiro, se ele via um pai de família jogando bola no meio de semana, quando ele ia até a casa dessa pessoa, ele conversava com ela, com muito respeito ele falava: “Olha seu fulano, você é um pessoa de respeito na aldeia, mas seu filho precisa de você, deixe a bola para o fim de semana, vai plantar no seu quintal um pé de banana, um pé de cana, um pé de batata e quando for daqui alguns dias você terá até pra vender e não vai ser preciso comprar”

A comunidade tem ele como referência em todos os pontos positivos que venha beneficiar o povo. Se uma pessoa queria brigar na aldeia, ele não mandava prender, ele chamava três vezes no conselho e essa pessoa por si mesma acabava envergonhada e até sumia da aldeia. Ele visitava a casa de todas as pessoas na aldeia e incentivava a todos da aldeia a estudar. Ele dizia que só através do estudo

é que nós poderíamos encontrar conhecimento para ir em busca de novos reconhecimentos de nossa identidade como Pataxó do território Monte Pascoal.

Como vimos, o território Monte Pascoal se tornou palco de luta entre os Pataxó e o órgão do IBDF no passado, pois foi criado um parque nacional em cima do espaço indígena. Até então, nosso povo vivia livre em um lugar com mata, rios, mangues, lagoas e muita fartura de frutos, raízes e mariscos. O governo e os fazendeiros da região foram quem colocaram a vida de nosso povo em um verdadeiro conflito de terra, onde o principal prejudicado foram nós, indígenas. Eles se baseavam em uma lei antiga da capitania de Porto Seguro onde quem não tem o documento de terra não é dono dela. Porém, baseado em uma lei de Deus, Santana nunca desistiu de lutar por seus ideais. Ele queria encontrar uma maneira para dar abrigo ao seu povo, sempre que podia reunia o povo para falar da demarcação do seu território.

Na época do fogo de 51 ele foi um grande marco de resistência, pois não arredou o pé da aldeia e não se curvou diante das ameaças de autoridades que apareciam na comunidade. Ele sempre tinha argumentos para debater e falar temas relativos às questões do seu povo. Com o crescimento da população pataxó nos últimos anos, seu Manoel Santana ajudou na conquista dos espaços das outras aldeias, sendo que quando ele não podia ir nas retomadas, ele mandava um grupo de parentes ir para ajudar as outras pessoas. O seu forte não era fazer retomada, ele sempre preferiu partir para a lei. Sempre que surgia uma retomada ele ia, ou já estava em Brasília para comandar as negociações com as

autoridades juntos com os demais companheiros e lideranças das aldeias.

Quando foi para demarcar as 8.600 ha do território Barra Velha ele deu uma grande contribuição para a identificação dos pontos e dos rios no mapa da aldeia, ele conhece todos os pontos referentes à nossa comunidade. Santana, como era referência para os demais caciques, também era um grande conselheiro. Ele sabe dialogar com as pessoas com dinâmica para distrair o público, gosta de uma festa de Reis no mês de janeiro e é devoto de São Sebastião e São Braz.

BIOGRAFIA DE JÚLIO BERÉ



Povo: Pataxó

Território Barra Velha

Aldeia Boca da Mata

Estado: Bahia

Autoria: Simone Farias de Jesus⁶ e Mônica Farias de Jesus⁷

Revisão e edição: Alexandre Capatto e Pablo Antunha Barbosa

⁶ Simone Farias de Jesus é graduada em Gestão Ambiental e trabalha como professora na Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata com as disciplinas de Inglês, História de Porto Seguro e Gestão Ambiental para as turmas do Ensino Fundamental II e Médio. É da etnia Pataxó e vive na aldeia Boca da Mata.

Origem familiar, trabalho e escolarização

Seu Júlio Farias do Nascimento, mais conhecido como Júlio Beré, é natural da Aldeia Barra Velha, também conhecida como Aldeia Mãe dos Pataxó. Ele nasceu no dia 29 de junho de 1964. Seus pais eram: o senhor Valdomiro Farias do Nascimento e a senhora Emiliania Alves da Conceição, com os quais conviveu até a idade de dezesseis (16) anos. Em Barra Velha seus pais trabalhavam com roças, com a pesca e com caçadas. Seu Júlio estava presente em todas essas atividades e aprendeu assim, desde pequeno, a maneira de subsistência da família e cultivou um sentido de responsabilidade em relação a produção de farinha junto com os pais. Esta farinha, depois de produzida, era comercializada em um vilarejo próximo à comunidade, hoje conhecido como Montinho, distrito do município de Itabela/BA.

Júlio Beré foi o sexto filho do casal e teve um total de 8 irmãos, sendo eles: José Farias do Nascimento (Zebedeu), Antônio Farias do Nascimento (Antônio Grande), Claudionor Farias do Nascimento (Banha), Maria da Conceição Farias do Nascimento (Conceição), Claudinei Farias do Nascimento (falecido com 2 anos de idade por sarampo), Edivaldo Farias do Nascimento (falecido antes de completar dois anos por causa desconhecida), Florisvaldo (Fulô) e Gilson (DVD). Todos trabalhavam juntos para o sustento da família, permaneceram por um tempo na aldeia Barra Velha e hoje apenas Antônio e

José permanecem por lá, enquanto Júlio, Fulô, Gilson e Conceição moram atualmente em Boca da Mata.

Em 1977, aos treze (13) anos de idade, seu Júlio Beré começou a estudar na Aldeia Barra Velha, com a professora Ilza Fernandes. Lá cursou a primeira série do ensino fundamental, onde pôde aprender a ler e a escrever com esta professora que era da equipe da Funai. Esta foi a primeira turma da escola em Barra Velha e seus colegas de turma eram Valto, Neide, Chiquinha, Maria da Silva, Salvino e Zael. Apesar de entrar na escola ainda jovem, seu Júlio Beré recorda ter aprendido a ler e escrever com seu irmão mais velho, José Farias do Nascimento, mais conhecido como Zebedeu. No entanto, as dificuldades daquela época, seu Júlio Beré foi forçado a abandonar a escola e os estudos para ajudar a família nos trabalhos e assim manter seus pais.

Trabalho, deslocamento e constituição familiar

No ano de 1980, seu Júlio Beré saiu da casa de seus pais para trabalhar em uma fazenda chamada Água Azul, localizada no pé da serra do Gaturama, no município de Prado. Nesta fazenda, seu Júlio Beré realizava trabalhos braçais, como roçar cacau e colher os frutos. Seu irmão Claudionor também se deslocou até a fazenda para trabalhar. Seu Beré conta que na fazenda havia muitos outros indígenas trabalhando por lá também e que ficavam

7 Mônica Farias de Jesus está cursando Educação Física na faculdade Unopar em Itamaraju, trabalha como professora na Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata na área de linguagens, com as turmas do Ensino Fundamental II. Também é da etnia Pataxó e vive na aldeia Boca da Mata.



todos juntos numa casa da fazenda. O nome de seu patrão era Vilson e a relação com os patrões costumava ser boa pois pagavam em dia. Lá produziam cacau, banana e jaca. Ele permaneceu nesta fazenda por aproximadamente seis (6) anos, voltando para sua comunidade, a Aldeia Barra Velha, aos vinte e um (21) anos de idade. Na Aldeia Barra Velha continuou ajudando sua família.

Logo após seu retorno à aldeia, conheceu a senhora Creonice de Jesus Silva, com quem se casou aos vinte e dois (22) anos, dando assim início a sua própria família, já na aldeia de Boca da Mata. Seguindo o que aprendeu com seus pais, seu Júlio Beré veio a sustentar sua família por meio de roça, caça e pesca. Logo depois, seu Júlio Beré e família se mudaram para a localidade chamada Campo do Boi, que por sua vez fica localizada entre a aldeia Barra Velha e Boca da Mata. Neste local também trabalhavam com roça, caça e pesca, além de criarem animais como porcos e galinhas. Seu Júlio Beré lembra que naquela época havia muita fartura. Quatro anos depois, seu Júlio Beré saiu da localidade do Campo do Boi e retornou novamente para a Aldeia Boca da Mata. Isso se deveu sobretudo porque não havia escola no Campo do Boi, o que fazia com que seus filhos e filhas ficassem afastados da escola e dos estudos.

Durante este período, seu Júlio Beré e dona Creonice tiveram sete filhos: Renato Farias de Jesus, que nasceu na aldeia de Boca da Mata em 1988; Fernanda Farias de Jesus (Dona Madalena foi a parteira) que nasceu em 1989; Mônica Farias de Jesus, que nasceu em Boca da Mata no ano de 1991; Simone Farias de Jesus (Conceição foi a parteira), que nasceu no Porto da Palha em

1993; Kaleby Farias de Jesus, que nasceu em 1996 em Boca da Mata; Márcio Farias de Jesus, que nasceu no ano 2000 e o caçula Alexandre, que nasceu em 2003.

Luta pelo território e participação comunitária

Após o retorno da família à Boca da Mata, seu Júlio Beré começou a participar ativamente das reuniões da comunidade. Naquela ocasião as discussões estavam relacionadas às ações que seriam feitas na comunidade quanto a uma retomada da área do Parque Nacional do Monte Pascoal (criado em 1961 em pleno território de Barra Velha). Esta retomada teria sido frustrada devido a falta de apoio dos próprios companheiros, especificamente por falta de apoio de outras comunidades, e pelo fato de que teriam sido convencidos a desistir pelo delegado Chicão da Funai.

No ano de 1999, seu Júlio Beré estava ao lado do cacique Alfredo Santana e do vice Oziel Santana durante a reunião que aconteceu na igreja de Boca da Mata e que reuniu as comunidades da Aldeia Boca da Mata, Aldeia Meio da Mata, Aldeia Corumbauzinho, Aldeia Caramuru, Aldeia Coroa Vermelha e Aldeia Imbiriba. Nesta reunião, realizada na noite do dia 18 de agosto de 1999, o principal ponto de pauta foi novamente a organização da retomada do Parque Nacional do Monte Pascoal. Nesta reunião ficou combinado que a comunidade sairia às duas (2) horas da madrugada.

Devido ao mau tempo e à chuva muito forte, que durou a noite toda, a viagem acabou atrasando e a comunidade só saiu às cinco (5) horas. O povo saiu a pé da Aldeia Boca da Mata e durante o percurso foi juntando mais pessoas da aldeia Cassiana. Ao

subirem o Parque em busca da retomada, chegaram lá por volta das seis (6) horas da manhã. O grupo estava composto por mais de oitenta (80) indígenas, todos homens, com exceção de uma mulher indígena, Lelian. No Parque se encontravam dois (2) seguranças e um (1) guarda florestal, este último mais conhecido como Siquara, esse guarda já havia feito muitas ações contra os indígenas sendo elas, prisão, espancamento e maus tratos. Essas ações aconteciam dentro da extensão do Parque Nacional do Monte Pascoal. As crianças e mulheres foram chegando ao local da retomada do segundo dia em diante.

É importante lembrar que esta retomada foi totalmente pacífica, mesmo porque os indígenas estavam lutando pelo seu território, onde os indígenas pediram a desocupação daquele espaço de maneira pacífica. Com dois dias de retomada, alguns órgãos, como a FUNAI, o CIMI, o IBAMA e a ONG Terra Viva, propuseram a desocupação do local em troca de bens materiais. No entanto, como os indígenas estavam lutando por seu território, recusaram toda e qualquer proposta em relação a bens materiais. Os indígenas permaneceram no território do PNMP por algum tempo sendo que cinco (5) famílias permaneceram por mais tempo, sendo elas a família do senhor Oziel, de Alício, de Fubica, de Edvaldo e do Zé Durim. Outras famílias também ficaram no Parque por um tempo, no entanto, logo retornaram para suas aldeias. Após a ocupação bem-sucedida, o senhor Júlio Beré permaneceu no Parque por sete meses como motorista voluntário. Logo depois foi criada uma equipe de brigadistas voluntários da qual ele também fazia parte. Nesta equipe ele

trabalhou por três (3) anos em prol da sua comunidade.

No ano de 2003, o senhor Júlio Beré foi escolhido pela comunidade para ser representante e cacique da Aldeia Boca da Mata, tendo viajado para Brasília, Salvador e Ilhéus em busca de melhores condições para seu povo. No ano de 2004 houve nova reunião, onde foi discutido a possibilidade de uma nova retomada na fazenda de Ordelo, localizada ao lado da Aldeia Boca da Mata, na outra margem do Rio Cemitério. O povo concordou com a proposta do cacique Júlio Beré em retomar esta fazenda. Assim, a comunidade se reuniu novamente e às seis (6) horas da manhã, um grupo com cinquenta (50) pessoas, aproximadamente, chegou pacificamente na fazenda em busca de retomar suas terras. O grupo conversou com o proprietário Ordelo e logo depois ele entregou a chave da sede da fazenda juntamente com outras chaves da propriedade.

A comunidade ocupou a fazenda por 7 meses, trabalhando na plantação de roças de mandioca, feijão, milho e melancia. O povo estava feliz, no entanto, devido a falta de competência das autoridades em favor das lutas indígenas pelo território e demais direitos, o povo acabou sendo retirado à força da fazenda por policiais e pistoleiros. Uma vez mais, por falta de apoio, a luta dos Pataxó pela terra foi desacreditada e negada por aqueles que deveriam nos apoiar. Sendo assim, os índios retornaram à Boca da Mata sem a esperança de conseguirem a garantia de seus direitos, mais uma tentativa de tirar o povo da mata para que a preservem. O senhor Júlio Beré tentou inúmeras vezes reivindicar os direitos de seu povo, mas sempre encontrou



empecilhos que dificultaram sua vida como representante e cacique.

Apesar das muitas dificuldades ele conseguiu trazer muitos benefícios para a comunidade, sendo eles a criação da Associação Comunitária com índios de Boca da Mata e da aldeia vizinha, Cassiana. O nome da associação era CAIBOMA e, através dela, a comunidade e o cacique criaram roças em prol de beneficiar todo o povo da aldeia. Produziam milho e feijão, não tinham financiamento de fora, eram os próprios cooperados que compravam o material. A colheita era sempre distribuída para toda a comunidade mas, por falta de financiamento a cooperativa deixou de existir. A roça ficava na Cassiana e seus principais participantes foram: Zirdo, Carreiro, Benedito Bau, Antônio Braz, Naldo e Barrigudo, todos da aldeia Cassiana. E Epifânio, Nelson, Renito, Moreno (Primo), da aldeia Boca da Mata. A roça estava localizada entre a divisa de Cassiana e do Parque.

Depois de muitas lutas e também por falta de apoio, o senhor Júlio abriu mão de seu cargo de cacique em 2004. Sendo assim, quem assumiu logo depois foi seu sobrinho Gigipati Farias do Nascimento. Deixando o cargo de cacique, o senhor Júlio Beré voltou a plantar roças e criar animais, sempre trabalhando ao lado de sua família.

Em 2015 houve uma nova reunião na comunidade junto com as lideranças e o cacique. Nesta ocasião decidiu-se a retomada do território Barra Velha. Nesta reunião estavam presentes representantes de várias aldeias, como as de Boca da Mata, Corumbauzinho, Craveiro, Trevo do Parque, Guaxuma, Pé do Monte, Aldeia Nova, Meio da Mata, Águas Belas, Cassiana, Coroa Vermelha. Caramuru, Jitaí, Alegria Nova, Boa Esperança, Toca da Gia e Barra Velha. Todas as comunidades permaneceram por oito (8)

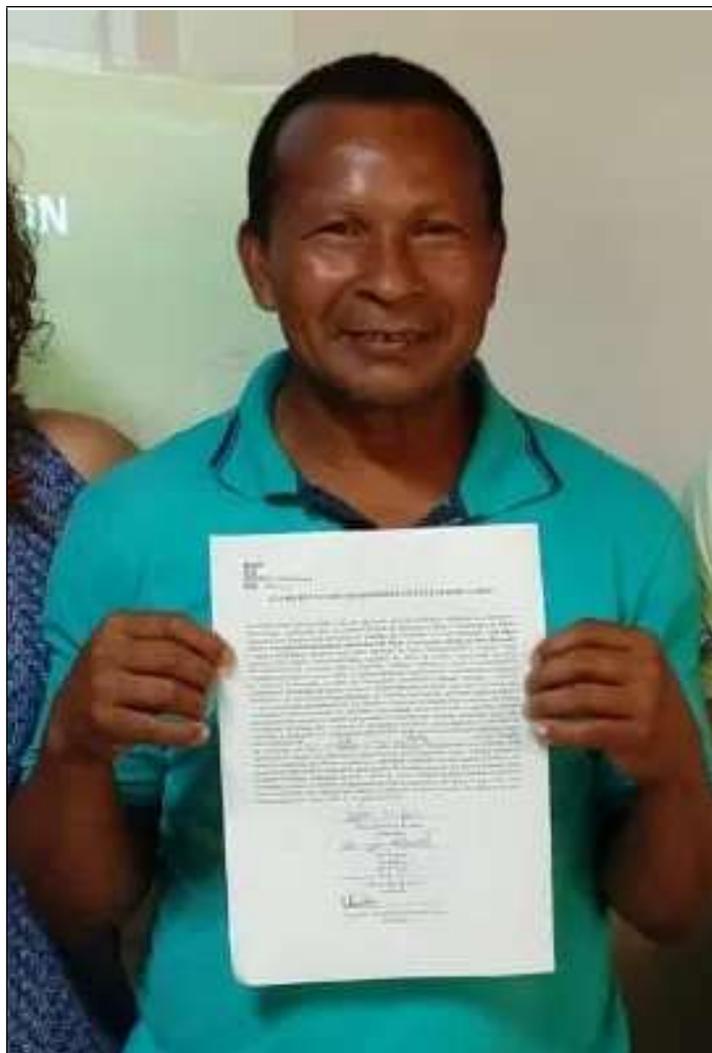
meses próximo à BR 101, onde receberam o apoio da FUNAI, do CIMI, entre outros. O acampamento da 101 se localizava na fazenda de Lito Ruim, perto da entrada que dá acesso à aldeia Boca da Mata. Neste local as comunidades plantaram roças de mandioca, milho, feijão, abacaxi, cana, além de uma horta que abastecia a Aldeia Boca da Mata. Contudo, além de passar muitas dificuldades em relação a estadia, saúde, alimentação e falta de apoio, o povo também foi expulso e massacrado pelo poder dos militares. Outra vez, a falta de apoio aos índios por falta de comunicação dos órgãos competentes resultou em uma reintegração de posse violenta, prejudicando mais uma luta pelo nosso território, que sabemos, temos direito a viver em nossa terra!

Com a palavra, seu Júlio Beré

Hoje sou liderança da minha comunidade e não abro mão das lutas e nem da minha voz, porque hoje temos o direito de falar e pensar livremente, porque somos os primeiros habitantes desta terra e devemos lutar pelos nossos direitos sem esquecer das histórias e das lutas vivenciadas pelos nossos anciões. É por isso que eu estou contando minha história: para mostrar a importância em registrar as verdadeiras histórias do nosso povo pataxó. E sempre firmando e reafirmando a cultura e as tradições, que têm de ser valorizadas e preservadas pelo nosso povo pataxó.

Continuo participando da vida da minha comunidade, em reuniões, conversas e ações comunitárias. Hoje, espero que nossos jovens tenham a preocupação em manter viva as histórias em relação a nossa Aldeia Boca da Mata. E que venham ainda muitas conquistas em prol da nossa comunidade, porque eu sempre estarei aqui pronto para defender e lutar por minha Aldeia Boca da Mata.

BIOGRAFIA DE JOVINO DE JESUS PONÇADA



Povo indígena: Pataxó

Terra indígena: Barra Velha

Aldeia Boca da Mata

Autor: Jovino de Jesus Ponçada

Organização e edição do texto: Vera Lúcia da Silva

Professor Jovino e a Escola Indígena Boca da Mata: histórias trançadas

*Mas não sou eu só/
Não somos dez, cem
ou mil / Que
brilharemos no palco
da História. / Seremos
milhões, unidos como
cardume/ E não
precisaremos mais sair
pelo mundo./ Eliane
Potiguara*

Apresentando minha aldeia

A aldeia Boca da Mata nasceu no ano 1974, mais de vinte anos após o massacre do Fogo de 51, que ocorreu na nossa aldeia mãe Barra Velha, obrigando os Pataxó a se espalharem por toda região do sul e extremo sul da Bahia, em busca de refúgios onde pudessem viver seguros com suas famílias e parentes. Muitos de nossos parentes pouco tempo depois retornaram, outros nunca mais foram lá, nem para visita. Nossa aldeia está localizada no Território Indígena Barra Velha no município de Porto Seguro no extremo sul da Bahia e iniciou-se com aproximadamente 12 famílias, tendo um total de 05 pessoas por domicílio, sendo crianças, jovens e adultos. Eram mais ou menos sessenta guerreiros e guerreiras com muita vontade de retomar o direito de viver novamente em comunidade, conforme a cultura dos nossos antepassados.

A luta ganhou força, principalmente depois do grande movimento de retomadas levantado a partir das comemorações dos 500 anos do Brasil. Hoje, após mais de quarenta anos, a aldeia Boca da Mata têm

aproximadamente 209 famílias com uma população aproximada de 1500 pessoas. E é sobre ela que quero contar um pouco.

O nosso meio é a agricultura de subsistência e a produção de artesanato. Trabalhamos com madeira, penas e principalmente sementes, mas utilizamos também objetos comprados na cidade que facilitam o trabalho e nos dão mais possibilidades de criar. Este trabalho gera 30% da renda da aldeia. Os outros 70% estão parte empregados na educação e saúde da aldeia, e a outra parte no cultivo da pimenta-do-reino, de hortaliças, do café, entre outros. Também criamos algumas poucas cabeças de gado.

Nosso meio de sobrevivência no período de 74 a 90 restringia-se à agricultura de subsistência, à caça, pesca e ao extrativismo comercial da piaçava, quando o tempo permitia. Hoje o nosso maior rio, que é o Cemitério⁸, ainda é um local onde se pode pescar algumas espécies de peixe, como a traíra, o tucunaré, mas as pessoas utilizam mais para tomar banho mesmo, já que não temos tanto pescado mais.

Com o crescimento contínuo da comunidade, as necessidades de ampliar as formas de sobrevivência aumentaram e tivemos que criar alternativas para que todos pudessem viver com trabalho dentro da própria comunidade.

⁸ O rio se localiza na extrema da aldeia com as fazendas que a cercam. Leva esse nome porque há muito tempo, aconteceu que dois homens trabalhavam por ali e um deles morreu. O outro para evitar o trabalho de ter que andar muito com o morto nas costas até a cidade mais próxima, enterrou o companheiro ali mesmo. Até hoje quando morre alguém, a pessoa é enterrada lá.

A educação indígena escolar como direito

A escola indígena representa um marco de autoafirmação, um dos lugares onde se soma o conhecimento próprio aos de outras culturas, e se articula de forma a constituir possibilidades de informação e divulgação para a sociedade nacional de seus saberes e valores como povo indígena, também de preservar nossas tradições e nossa identidade étnica.

É a partir da constituição de 1988 que os indígenas deixam de ser considerados uma categoria social em vias de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter sua organização social, costumes, crenças e tradições. É a partir daí que a educação escolar indígena se consolida também.

Para os povos indígenas a escola é mais um ambiente de aprendizagem, sendo a comunidade possuidora de sabedoria a ser comunicada, transmitida e dividida entre cada um que compõe a comunidade. É entendida como um espaço que proporciona reflexões, desmistifica conceitos, preconceitos e constitui saberes que proporcionam a equidade.

Escola indígena de Boca da Mata – o sonho de uma comunidade

Surgiu ainda a necessidade de criar uma unidade escolar, para isso a articulação entre as lideranças e comunidade foi fundamental neste processo, pois era uma vontade grande de todos nós, um sonho.

E foi assim que no ano de 1982 foi criada a primeira escola indígena Pataxó de Boca da Mata composta por uma sala de aula, uma

cozinha e um quarto para alojar o professor (a). A construção da escola foi feita de taipa não revestida, coberta de telha e com piso de cimento. Todo recurso utilizado na construção foi conseguido pela própria comunidade, com o esforço de cada um.

Nesse começo as turmas eram multisseriadas de 1º a 4º série, e este modelo de ensino permaneceu até o ano de 1989, passando por vários professores no decorrer dos sete primeiros anos, pois era muito difícil a tarefa de ensinar crianças de diferentes idades e conhecimentos ao mesmo tempo. Só em 1990 a FUNAI, depois de muitas cobranças, reconheceu a necessidade da educação na aldeia e juntamente com a comunidade construiu uma unidade escolar feita de madeira, composta por uma sala mais extensa que a atual, com alojamento, um depósito e um banheiro.

Porém, com o passar do tempo a comunidade felizmente foi crescendo, com isso surgiu a necessidade de aprimorar melhor as condições da nossa educação. Então, os pais reuniram a comunidade e construíram mais uma unidade escolar, contendo duas salas de aula e uma secretaria, mais uma vez com recursos próprios, cada um ajudando como podia.

No ano de 1996 percebemos a necessidade de ampliar o ensino fundamental de 1º ao 4º, para oferecermos de 5º ao 8º. Reivindicamos providências à prefeitura municipal de Porto Seguro, que construiu um prédio escolar conforme todos os padrões de como deve ser uma escola: duas salas de aula, dois banheiros e uma cantina, terminando essa construção em 2000. Em 2001 tivemos as primeiras turmas

deste ensino, sendo alunos do fluxo 5° e 6°, 7° e 8° série.

No ano de 2002, o Governo Federal em parceria com a FUNAI construiu uma unidade escolar com estrutura modelo, no valor de R\$ 449.000,00 contendo quatro salas de aula, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professores, um almoxarifado, um depósito, uma cantina, uma dispensa, uma lavanderia, dois banheiros (masculino e feminino) uma sala de informática, uma sala de leitura e um pátio com espaço físico bem amplo. Com o término da obra fizemos a inauguração da escola, felizes porque agora sim nossos alunos tinham o espaço que mereciam!

Com o crescimento populacional da comunidade e do desejo de nossos alunos em continuar estudando, houve a necessidade de implantar o ensino médio na nossa aldeia Boca da Mata. Em 2005 iniciamos a primeira turma do ensino médio, sendo regimentado em forma de alternância, com aulas nos turnos vespertino e noturno durante três semanas por mês, isso para atender as necessidades dos estudantes. Em 2008, formou a 1° turma do ensino médio, no curso de formação geral. Desde então, novas turmas se formam a cada ano.

É com muito orgulho que vejo nossos estudantes terminando o nível médio e indo para as instituições públicas de ensino superior, tais como a UFBA, o IFBA, a UNEB, a UFSB e a UFMG principalmente. Eles tem ingressado nas mais variadas áreas: agronomia, enfermagem, direito e tantos os outros cursos que ajudarão nosso povo nessa dura jornada da autodeterminação, que há tempos começamos e da qual não vamos desistir

nunca. Como nem todos conseguem estudar nas universidades públicas, alguns vão até para as faculdades particulares.

Devagarinho nós vamos ocupando os espaços que até outro dia não eram nem sonhados por nós. Agora estamos lá, inclusive ensinando os não indígenas.

Quem são nossos alunos?

Nosso alunado é proveniente de classe baixa, moram em suas casas, mas apesar disso possuem banheiros com fossa séptica. Infelizmente, a água da aldeia não é tratada, mas não falta nunca, pois temos dois bons poços artesianos, um construído especialmente para a escola com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e outro, de uso da comunidade, construído pela SESAI.

Os pais dos alunos em sua maioria não são alfabetizados. Em 2005 a maioria das famílias sobrevivia do artesanato de madeira nativa do parque Nacional do Monte Pascoal e da agricultura de subsistência, sem praticamente nenhuma tecnologia que ajudasse diretamente em nosso cotidiano. Para se ter uma ideia, em apenas duas casas havia energia.

Organização da comunidade escolar

Em relação à organização da escola, a direção é escolhida por lideranças representantes da comunidade local, possui três coordenações, sendo uma representante da comunidade local e dois indicados por membros da própria escola junto com a secretaria de educação municipal. Todos estão integrados à comunidade de Boca da Mata, não há



ninguém de fora. A escola possui também na área de apoio dois vigilantes, oito auxiliares de serviços gerais e três auxiliares administrativos, também parentes moradores da própria aldeia.

Nossa escola realiza quinzenalmente reuniões pedagógicas e de estudos. No plano da cultura destaca-se a reafirmação cultural da tradição local da aldeia, através de eventos de socialização onde todos participam. Realizamos também projetos educacionais desenvolvidos pela escola junto com a comunidade, debates que englobam temas relevantes como saúde, educação, segurança, sexualidade, drogas, moradia, tecnologias na comunidade. Temos ainda todos os anos a semana cultural da aldeia e a feira cultural Pataxó.

Também temos problemas parecidos com os dos não indígenas, como a ausência dos pais na escola, o uso de bebida alcoólica como refúgio, o difícil acesso à escola para as famílias que moram mais distante, altos índices de evasão nas turmas de adultos, mas enfrentamos tudo isso como comunidade, pois cada um quer se profissionalizar, crescer e poder contribuir com o crescimento da própria comunidade, valorizando e fortalecendo os saberes e os valores da nossa cultura Pataxó.

Por fim, quero falar de uma coisa que é o que mais marca a escola de Boca da Mata: os portões nunca estão fechados, pois ela é de toda a comunidade, pode ser visitada a qualquer hora, é o local onde tudo que é importante para nós acontece, se tornou uma referência quando o assunto é comemorar, conquistar e planejar lutas. É um lugar do qual sentimos muito orgulho, do pequeno ao mais velho.

Quem são os profissionais da educação na nossa escola?

Quanto aos profissionais da Educação que atuam em nossa escola podemos salientar que grande parte tem formação em nível médio, magistério indígena e nos encontramos em busca de formação contínua para aperfeiçoamento profissional. Atualmente nós estamos cursando as licenciaturas interculturais nas instituições de ensino federais e estaduais (UNEB, IFBA e UFMG).

Somos profissionais de diversas idades e histórias de vida, mas desde o porteiro até o diretor, o que nos une é o desejo de fazer a nossa escola crescer.

Minha história

Natural da Aldeia Águas Belas, eu, Jovino de Jesus Ponçada, nasci no dia 03 de março de 1969. Pude conviver com toda a minha família durante quatro anos, depois eu e meus pais nos mudamos para a aldeia Barra Velha. Eles foram trabalhar na roça e eu os acompanhava todos os dias.

Aos sete anos comecei a estudar na primeira série do ensino Fundamental da Escola Indígena Pataxó Barra Velha. Naquela época, a FUNAI era responsável pela escola. Minha primeira professora se chamava Ilza Fernandes, ela me ensinou muitas coisas e por isso pude continuar os meus estudos.

No ano de 1981 aconteceu a primeira demarcação de Barra Velha, que foi o primeiro território indígena a ser demarcado no sul da Bahia. Neste tempo a roça que foi delegada para meus pais ficava muito longe da aldeia, por esse motivo eles se juntaram

com outras pessoas e vieram para a aldeia Boca da Mata. Naquele tempo morava 3 a 4 famílias, era tudo mata fechada. Com o passar do tempo outras pessoas chegaram para viver na nova aldeia com a intenção de facilitar o acesso às terras e dar sustentabilidade às suas famílias.

Na década 80 a comunidade de Boca da Mata fez uma escola de taipa e no ano seguinte as aulas iniciaram com mais conforto. Naquela época sair de Boca da Mata todos os dias para estudar na cidade, era impossível, e ainda hoje é muito complicado o deslocamento. Por esse motivo fiquei sem estudar por 15 anos.

Minha carreira na educação começou quando, em 1997, fui convidado para lecionar na Escola Indígena Boca da Mata, na segunda série do Ensino Fundamental. No início foi difícil, porque eu só havia estudado até a quarta série. Sinceramente, eu pensava que não iria resistir por tantas dificuldades encontradas. No final desse ano tão sofrido, eu percebi que amava ensinar e que já era impossível ficar longe dos meus alunos. Então, decidi que iria dedicar minha vida à educação.

No mesmo ano em que fui convidado para lecionar, tive a oportunidade de voltar aos estudos, fazendo o curso supletivo em Porto Seguro com duração de dois anos, o curso era quinzenal. Na mesma época, mediante a necessidade, fui liberado para cursar também o Magistério Indígena oferecido pelo Governo do Estado, e assim consegui concretizar o meu sonho de terminar meus estudos.

Em 2000, resolvi cursar outro magistério oferecido pelo governo Federal, só que não era indígena, acontecia em Eunápolis-BA semestralmente, com estrutura modular,

com duração de dois anos. Com isso, pude enriquecer ainda mais meu aprendizado na educação.

Durante cinco anos estive trabalhando em sala de aula, aprendi muito com os meus alunos e compartilhei com eles todo o meu conhecimento. Hoje, me sinto feliz e gratificado por vê-los terminando o Ensino Médio. Acho que essa foi a minha maior contribuição para a comunidade.

Em 2002 concluí o segundo grau e logo depois me chamaram para ser vice-diretor da escola Indígena de Boca da Mata. Durante quatro anos tive uma responsabilidade muito grande, aprendi a organizar e a elaborar os documentos da escola. Ainda neste ano tive a oportunidade de fazer o curso de Pró-Formação em Eunápolis-BA, com etapas presenciais por bimestre, com a duração de quatro anos.

Em 2006 assumi a direção da escola e a responsabilidade aumentou. O meu tempo era dedicado ao trabalho e em buscar melhorias para a escola, ao mesmo tempo que procurava trazer conhecimentos para que os professores enriquecessem cada vez mais suas aulas e assim pudessem transmitir melhor os conhecimentos para os alunos.

Meu papel enquanto membro da comunidade, sempre esteve ligado à participação nas mobilizações em favor de melhorias para a aldeia. Sou membro ativo dos movimentos sociais pela comunidade, como: conscientização sobre o destino do lixo, prevenção contra o mosquito da dengue, reflorestamento da aldeia e combate às queimadas. Como um líder escolar tenho feito reivindicações visando a melhoria do ambiente e o aperfeiçoamento dos profissionais da educação.



Nunca deixei de buscar mais conhecimento, de querer aprender mais e mais. Foi com esse desejo no coração que em 2010, comecei a cursar a Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER). O curso contribuiu muito para o meu crescimento, sei que é estudando que poderei ajudar a oferecer a minha comunidade uma educação de qualidade, que desperte para novas realidades e oportunidades, além de realizar o meu grande sonho de estudar na universidade e poder compartilhar com todos os conhecimentos adquiridos. Minha expectativa para o curso superior, como Pataxó, é que ele atenda as necessidades da comunidade.

Essa importante licenciatura é um curso específico para formação de professores indígenas, financiado pelo Ministério da Educação (MEC), através do edital de 2009 do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND). Além disso, recebemos recursos financeiros do MEC através do PIBID Diversidade, que é um programa de bolsas de incentivo à docência, fundamental para que muitos de nós pudéssemos nos manter no curso, já que de outra forma ficaria muito difícil ou mesmo impossível, arcarmos com despesas de estadia, alimentação e com compra de materiais necessários ao nosso estudo.

A primeira turma começou em 2010 e foi formada pelos povos indígenas aqui da região sul e extremo sul da Bahia: Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambá. Foi uma riqueza muito grande conviver e compartilhar os conhecimentos com os parentes de outras etnias e aldeias, todos aprendemos e ganhamos muito. Apesar de todas as dificuldades, porque às vezes o início dos módulos atrasava pela demora

dos recursos, fizemos nossa formatura em dezembro de 2018. Foi uma grande festa!

E o sonho da gente vai se realizando!

Jovino de Jesus Ponçada

BIOGRAFIA DE JOSEFA FERREIRA



Aldeia : Barra Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autora: Juliana do Rosário Santos Pataxó⁹

⁹ Indígena Pataxó da aldeia de Coroa Vermelha, Juliana Santos é bacharela em Direito pela UFBA e membro do MUPOIBA – Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia. E-mail juliana_pataxo@hotmail.com.

Josefa Ferreira, resistência na luta pelo território: subsistência e cultura através da relação com a terra¹⁰

Josefa Ferreira nasceu na aldeia Pataxó de Barra Velha, em data que seus parentes não conseguem precisar, e viveu toda a sua vida nessa comunidade. Os Pataxó viviam em quase isolamento e eram esquecidos pelo Estado, e talvez por este motivo Josefa não teve a oportunidade de estudar, casou-se cedo, e passou a se dedicar aos filhos e aos afazeres comuns de uma mulher indígena. A vida de Josefa mudou quando, em seu leito de morte, seu pai, Epifânio Ferreira, deu-lhe a missão de guiar o povo Pataxó para a reconquista do território de Barra Velha. O pai de Josefa era o cacique da aldeia e mesmo sabendo que o cacicado iria para o seu filho, por este ser homem, ele confiou a ela o seu legado. Epifânio via em Josefa uma liderança, e sabia que ela não iria se corromper pelas propostas do IBDF¹¹.

Na época em que Josefa Ferreira se tornou liderança, os Pataxó estavam em um período de reorganização e sérios conflitos.

10 Texto adaptado e revisado por Jurema Machado de A. Souza(UFRB), a partir de capítulos do trabalho de conclusão de curso intitulado “O Protagonismo da Mulher Indígena Pataxó na luta e defesa de direitos territoriais”, do Bacharelado em Direito da Universidade Federal da Bahia, 2017, de autoria de Juliana do Rosário Santos.

11 Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entidade autárquica, era integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura. Criado por Decreto-Lei 289, de 28 de fevereiro de 1967. Extinto pela Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

Haviam sofrido décadas atrás um violento massacre conhecido por “Fogo de 51”¹², e lutavam por direitos territoriais em confronto direto com o Estado em função da implantação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP)¹³. Por causa do 12 O “Fogo de 51” foi um ataque efetuado por policiais de Porto Seguro e Prado à aldeia de Barra Velha, em 11 de junho de 1951. Contra os índios pesava a acusação de furtos a um comerciante de Corumbau. A repressão resultou na prisão de 38 índios, incêndio de casas e roças, e em grande desespero e dispersão de muitas famílias. “No dia 11 de junho de 1951, o comandante das tropas, Major PM Arsênio Alves, declarou que o levante fora político e comunista e que em Barra Velha encontrara listas de endereços de militantes da Bahia e outros estados (A Tarde, 11/06/1951). No que concerne ao incêndio da aldeia, ele afirmou ter sido uma medida sanitária, aconselhada pelo médico da força policial, uma vez que no interior das casas havia, apodrecendo, “... bois abatidos dois dias antes... (A Tarde, 11/06/1951).” (<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo/print>)

13 Os Pataxó costumam dizer que “viviam sossegados” até 1943, quando é publicado, no Diário Oficial do Estado da Bahia, o decreto 12.729 que cria o Parque Nacional do Monte Pascoal “com prerrogativa de monumento nacional, com os objetivos precípuos de rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil; preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas; e conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo”. De fato, esse ato alteraria suas vidas drasticamente nas décadas subsequentes. Em 1961 é publicado novo decreto, o 242, com uma área de 22.500 hectares, uma vez que o primeiro decreto caducara sem que o governo federal tomasse as medidas efetivas para a implementação do referido parque. Os Pataxó foram informados que a partir daí não poderiam fazer roças, tão pouco extração de recursos



enfrentamento aos Guardas do PNMP, para poder plantar para a sobrevivência do povo e lutar para a ampliação da terra, Josefa tornou-se um símbolo de resistência na luta pela demarcação de seu território. É considerada pelas mulheres Pataxó como exemplo de mulher guerreira, teimosa e persistente, que não desistiu da luta mesmo encontrando vários obstáculos.

Dona Josefa, como era conhecida, foi a primeira mulher Pataxó a participar de uma reunião composta em sua totalidade por homens. Na época em que viveu as mulheres não participavam de reuniões da comunidade, pois estas eram compostas apenas por lideranças masculinas.

Nessa época, os (as) Pataxó enfrentavam dificuldades, pois não conseguiam plantar e

naturais, além da ameaça constante de serem expulsos das terras. Com a instalação, no início dos anos 1970, de um posto indígena da Funai, em Barra Velha, é firmado um acordo com o IBDF, facultando aos Pataxó o plantio em algumas áreas desmatadas. Somente em 1991, ocorre a homologação de uma terra indígena de 8.627 hectares, cujo processo demarcatório teve início ainda em 1980, mas já insuficiente e com supressão de várias áreas de tradicional ocupação Pataxó. Em 1999, os Pataxó retomam o PNMP e o intitulam Parque Indígena de Monte Pascoal. Um estudo de revisão de limites do território Pataxó de Barra Velha é iniciado e concluído, contudo, o processo de regularização está paralisado. Seriam dois territórios em áreas contínuas, TI Barra Velha do Monte Pascoal (52.748 hectares) e TI Comexatiba (28.000 hectares). (SAMPALHO, José Augusto L. Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal. M. (Org.) Política Indigenista Leste e Nordeste Brasileiros. Ministério da Justiça/Funai, Brasília, 2000); (<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo/print>)

viviam em atrito com os guardas florestais do Parque Nacional Monte Pascoal, o que levou o Governo Federal a fazer uma proposta de remanejamento da comunidade indígena para outro local.

Então vieram alguns representantes do Governo Federal para uma reunião com as lideranças. Josefa Ferreira, ao saber da reunião e da importância do que iria ser discutido, decidiu participar, mas compreendia que não poderia fazer enfrentamento aos homens, pois certamente não a deixariam participar.

Dona Josefa definiu, então, um plano para participar da reunião e não ser percebida, enquanto a reunião acontecia, servia café para acompanhar a discussão. Quando Josefa Ferreira percebeu que os homens haviam decidido mudar de território, ela não se conteve, e, energicamente, disse que jamais sairia daquele lugar, demonstrando a importância de seu território. Assim, convenceu os indígenas a permanecer ali e resistir.

Cornélio de Oliveira (1985) descreve Josefa Ferreira como a pessoa que definiu a permanência dos(as) Pataxó no seu território tradicional de Barra Velha, e cita a frase proferida por ela na reunião entre os homens Pataxó e representantes do governo: “Bem, doutor, eu também sou índia. Sou a mais velha e filha do cacique. Estou escutando que os homens estão concordando em sair daqui. Só se eles quiserem sair, mas eu não saio”.

Esse episódio tornou Josefa Ferreira personagem da memória coletiva Pataxó, sendo sempre lembrada por sua perseverança, bravura, persistência e luta.

Josefa se empenhou pela demarcação do território Pataxó de Barra Velha. Sua luta foi intensa para garantir tudo que desejava para seu povo. Trabalhou pelo seu território, pois seu povo passava fome por não ter onde plantar, como contou seu filho em entrevista realizada para a minha pesquisa.

Na época em que Josefa Ferreira viveu o acesso à informação sobre direito ao trabalho era precário, uma vez que o território não fora demarcado, por se tratar de um período em que os direitos territoriais ainda não estavam estabilizados, mesmo sendo o direito à terra um direito originário.

As Constituições Federais de 1934 e 1967, vigentes ao período em que Josefa viveu, não traziam segurança de demarcação das terras dos (as) indígenas, apenas garantiam o usufruto os índios das terras ocupadas por estes. O Estatuto do Índio fora criado em 1973.

As Constituições anteriores tinham uma visão integracionista, não respeitavam as diversidades desses povos e seus costumes. , queria aculturá-lo ou, seja “civilizá-los”, o que vem mudar com a Constituição Federal de 1988.

Como relata Melissa Volpato Curi (2010):

Anterior à Constituição, os povos indígenas possuíam na verdade direitos transitórios, já que estes eram garantidos até que os índios se transformassem em “civilizados”. Só então a partir de 1988 é que lhes foram garantidos direitos permanentes, assegurando a estes povos a manutenção de sua cultura e a legitimação de suas características próprias e diferenciadas. (CURI,2010,p.2)

A intenção dos órgãos do Governo a época era “civilizar” os indígenas para poder

apossar de suas terras e dizer que não eram mais indígenas por estarem integrados à sociedade nacional, e que o direito serviria apenas para aqueles que não tivessem o contado com o “brancos”. Essa estratégia ainda é utilizada hoje para demarcação, onde atacam a identidade desses povos para dizer que não possuem direitos, mesmo com as garantias dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988.

Naquela época, assim como hoje em dia, os direitos indígenas eram desrespeitados, principalmente o direito ao território. José Ferreira, filho de Josefa e ex cacique de Barra Velha, disse-me que ao invés vez de demarcar a terra, o governo da época da criação do Parque Nacional Monte Pascoal objetivava retirar os(as) indígenas, expulsá-los(as) e apossar-se de suas áreas, para tornar a área um monumento histórico. Trazendo uma lógica jurídica para a criação de Parques de que para preservar é necessário não ter presença humana, não levando em consideração de que se existe área preservada se deve a esses povos que sempre foram os guardiões.

Josefa Ferreira ingressou na luta para não sair do que era seu por direito para andar em terras alheias, “porque no dela ela manda e nos dos outros seria mandada”, me disse José, afirmando que Josefa não deixaria seu território por nenhum outro.

Com todas as perseguições sofridas pelo povo Pataxó, Josefa Ferreira surge como uma líder de resistência por não aceitar a imposição de outros líderes e apoiadores da saída do território Pataxó.

[...] Com sua atitude de rejeição à proposta das autoridades governamentais, outros índios resolveram permanecer em Barra Velha, restando-lhes uma persistência para



os enfrentamentos com os guardas florestais e, também, um sentimento de conquistas em consequências de suas lutas e determinações. (CUNHA, 2010, p.98)

Sobre esse assunto, José conta, ainda, que sua mãe era uma índia destemida, que sabia que não estava cometendo crime algum. Segundo ele, Josefa falava com firmeza, pois estava no seu direito, “ela pisou forte mesmo no chão e falou que dali ninguém tirava ela, porque ela era dona do território dela”.

Essa forma de Josefa proceder incomodou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que não demorou a confrontá-la, gerando assim, um impasse entre Josefa e a instituição. O plano do IBDF era retirar Josefa e os demais indígenas de suas terras para torná-la Parque Nacional do Monte Pascoal, preservando sua fauna e flora, elevando-o à categoria de monumento nacional.

A diáspora parecia ser uma necessidade de sobrevivência para esses índios, devido a perseguição em que se encontravam. Contudo, o ponto crucial que marcaria, mais uma vez, a permanência dos Pataxó em Barra Velha foi a atitude de Josefa Ferreira ao enfrentar os responsáveis pelas indenizações que já acertavam pagamentos para que muitas famílias saíssem de Barra Velha em prol da preservação do PNMP. (CUNHA, 2010,p,97)

Algumas famílias Pataxó aceitaram ser indenizadas pelas benfeitorias realizadas e entregaram a terra para o IBDF, mas Josefa não aceitou. Ela se negou a fazer qualquer tipo de negociação com o Instituto, pois o acordo era desproporcional e interessava muito mais ao Estado, que queria pagar uma indenização com um valor

insignificante aos (as) indígenas para que saíssem de seus territórios e, com isso, o Parque Nacional do Monte Pascoal – (PNMP) fosse criado.

José Ferreira disse que naquela época, por conta das interferências do IBDF no território indígena, não somente Josefa, mas toda a comunidade se encontrava em condições precárias de existência. Padeciam de fome porque não podiam plantar, pescar, caçar e nem fazer uso de nenhum bem ambiental, pois eram proibidos pelos administradores do PNMP.

Os (as) indígenas temiam ser apanhados pelos guardas florestais, que poderiam prendê-los (as). As ameaças de prisão eram constantes, até mesmo para aqueles (as) que aventurassem plantar para sustentar sua família, sob alegação de que aquelas terras pertenciam ao Parque, muito embora, os (as) indígenas já habitassem aquela região há várias gerações, vivendo daquilo que era oferecido pela natureza, de forma equilibrada e sustentável.

O Parque Nacional do Monte Pascoal foi criado em 1961, sobrepondo-se ao território indígena, impedindo-as de fazer uso dos meios necessários para sua existência, proibindo o acesso ao rio, à floresta e a terra.

Diante dessas situações, mesmo sabendo do risco de ser presa, Josefa Ferreira resolveu plantar sua roça. Costumava dizer que “não iria morrer depois de criada”, referindo-se ao fato de ter um território herdado de seus ancestrais, no qual os seus pais sustentaram toda sua família, inclusive ela, e que agora estava ameaçado.

Nesse período, os (as) indígenas eram impedidos (as) de trabalhar nas suas

próprias terras, pois esse território passou a ser afetado como parque nacional. E essa decisão representou o extermínio silencioso dos povos indígenas, sem o uso de arma de fogo, como outrora se fazia. Segundo José, com três dias do início do trabalho para o plantio da roça, alguns indígenas associados ao IBDF fizeram a denúncia sobre Josefa e seu filho.

Josefa foi uma mulher que lutou muito pelo direito a terra. Na época em que viveu, chegou a enfrentar os guardas do Parque Nacional do Monte Pascoal pela garantia e efetivação desse do seu direito de cultivar a terra, contou Romildo Ferreira dos Santos, outro ex-cacique da aldeia de Barra Velha.

Segundo o relato de seu filho José, Josefa então disse: “eu vou presa, mas eu não quero ficar nem em Porto Seguro, e nem em Itamaraju, nem também em Eunápolis, se vocês querem mesmo me prender, me leva pra Brasília”. E enfatizou que “quando alguém fosse visitá-la, ela poderia contar os motivos pelo qual estava em cárcere”.

Josefa e seu filho mais velho, este ainda menor de idade, foram levados presos para Itamaraju.. José contou que tinha apenas doze anos nessa época e que ficou responsável pelos seus irmãos menores.

Depois que retornou de Itamaraju, após conversar com o delegado, Josefa novamente plantou. “Os guardas chegavam muitos bravos e violentos, queriam prendê-la, levava ela debaixo de ordem, foi detida diversas vezes, a última vez ocorreu quando ela queimou a roça”¹⁴. O delegado teria

14 O ato de queimar a roça chamada pelos indígenas é a técnica conhecida de Coivara que é uma técnica agrícola tradicional utilizada pelos indígenas que se inicia a plantação através da derrubada da mata nativa, seguida

advertido “Olha, Dona Josefa, a senhora está abusando da lei, da boa vontade da gente e a gente está pedindo pra deixar essa roça, a senhora está abusando, nem os índios homens são teimosos como a senhora”.

Como percebemos no depoimento acima, Josefa era uma mulher de enfrentamento, não aceitava as ordens dos guardas do parque para não plantar, e isso não era bem visto, sobretudo por se tratar de uma mulher. Ninguém estava autorizado a cultivar a terra, nem mesmo os homens, que representavam e tomavam as decisões da aldeia. Admitir que uma mulher se insurgisse de forma tão pertinaz era quase impossível. Contudo, a atitude de Josefa Ferreira rompeu esse paradigma, sua rebeldia transpôs os limites do lugar e da posição que as mulheres indígenas Pataxó se encontravam, sem participação na política e nas decisões da comunidade.

Josefa, mesmo com ordem de prisão, continuou plantando.

Mesmo impossibilitada de plantar, Josefa Ferreira persistiu no trabalho da roça, chegando a ser detida e levada para Itamaraju. Quando questionada pelas autoridades locais por transgredir ordens estabelecidas pelo IBDF, destemidamente, ela se pronuncia: Ninguém deu ordem não. Foi a fome que deu a ordem (CUNHA, 2010,p.98)

Josefa, por várias vezes, foi levada à presença do delegado local, que tentava convencê-la a não mais plantar, pois o seu ato era uma infração. Entretanto, com audácia, continuava plantando.

pela queima da vegetação.



A perseverança e teimosia, de como lutou pelo território foi o maior aprendizado que ela deixou. Romildo Ferreira conta que com sua teimosia e persistência para continuar em seu território tradicional, Josefa conseguiu participar de uma reunião formada apenas por homens, pois na época em que viveu as mulheres não participavam das decisões políticas da comunidade e impediu que seu povo fosse removido para outro território.

Ela não aceitava sair de sua comunidade, da terra de seus antepassados e, se os homens quisessem sair, eles poderiam ir, mas ela continuaria lutando pelo seu território tradicional, pois Barra Velha era um local sagrado para ela.

O ex-cacique relatou que Josefa foi uma das pessoas responsáveis para a demarcação do território de Barra Velha, uma vez que ela sempre lutou pelo direito à terra e, em toda sua vida, nunca desistiu da luta. “Foi Josefa quem sempre crescia a roça quando a terra estava cansada e não dava mais para plantar. Então os outros a seguiam”. Compreendemos a partir do depoimento dessa liderança que, embora Josefa Ferreira não ostentasse a nomenclatura de liderança, na prática, ela exercia esse papel.

Romildo ainda conta que falar sobre Josefa é mantê-la viva na memória. “Nos rituais em qualquer lugar em que o Pataxó estiver à luta, o esforço dela sempre será lembrado,

pois ela passou a ser sagrada para o povo Pataxó”.

Para o ex-cacique, existe uma diferença entre Josefa e as outras pessoas da comunidade, pois cada um(a) tem um dom, um jeito, uns(umas) são chamados(as) para cantar, dançar, outros(as) vão para frente de luta. Segundo ele, Josefa Ferreira foi uma mulher de ir para reuniões e lutar pelo direito ao território para ter o espaço da agricultura. Ele narra que é assim que ele se lembra dela, brigando nas reuniões da comunidade pelo direito à terra.

Referências bibliográficas

CURI, Melissa Volpato. Os direitos indígenas e a constituição federal. Consilium – Revista Eletrônica de Direito, Brasília n.4, v.1 maio/ago. de 2010. Disponível em:<http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium_04_03.pdf>. Acessado em: 18 mar. 2017.

CUNHA, R. C. S. _____. In: O fogo de 51: Reminiscências Pataxó. 146 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação). Universidade São Marcos.Santo Antônio de Jesus – BA, 2010. Disponível em: <http://www.mestradohistoria.com.br/imagens_sys/Rejane.pdf>. Acessado em: 18 mar. 2017

OLIVEIRA, Cornélio Vieira de. Barra Velha: o ultimo refúgio. Londrina: [s.n.]. 1985.

BIOGRAFIA DE ALFREDO BRAZ



Nascimento: 1932 - Morte: 1984

Terra Indígena Barra Velha

Aldeia Barra Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autor: Juari Braz Bomfim

Trajatória de luta e vida de Alfredo Braz

“Quem geme é quem sente a dor”

Resumo

O presente artigo registra a memória e a história de Alfredo Braz e sua passagem de lutas com seus companheiros. Alfredo Braz foi assassinado em 1984, provocando uma grande desordem na comunidade, gerando um grande conflito familiar. Neste artigo procuro identificar a luta de vida dos Pataxó na época e como foi todo o processo de luta de Alfredo e seus companheiros que tanto deram de si para garantir o que temos hoje.

Introdução

O meu trabalho de pesquisa trata da memória da história de luta e de vida do meu avô, Alfredo Braz Salvador, que nasceu no Território Indígena de Barra Velha, no Parque Nacional Monte Pascoal, no município de Porto Seguro. Meus pais sempre nos ensinaram as histórias, músicas e costumes do nosso povo. Nasci no local chamado Serra da Gaturama, nos limites do Parque Nacional Monte Pascoal, entre grandes montanhas, muitas matas e rios em abundância. Sou o segundo filho de oito irmãos que foram criados de forma bem simples, lidando e aprendendo com as dificuldades da roça. Durante a minha pesquisa descobri muitas coisas boas e muita coisa sobre familiares meus que ainda não conhecia. É aprendizagem que vou levar para o resto da minha vida. Meu pai foi uma das pessoas fundamentais para a minha pesquisa, pois conheceu meu avô antes de se casar com minha mãe, na

Aldeia Barra Velha. Gostaria muito que meu pai tivesse no dia da minha apresentação, mas Deus o levou no dia 11 de agosto de 2017; foi um momento de muitas tristezas onde superamos as dores lembrando do grande homem que foi, dos seus ensinamentos e da sua contribuição com o povo Pataxó.

Cresci ouvindo meu pai relatar histórias dos indígenas “bravos” que já viveram na região, e das suas vivências com eles. Isso despertava mais interesse em saber da nossa origem e aprender muito com o nosso velho pai. Percebi que muitas dessas histórias estavam na oralidade e poucos registros eram encontrados em livros. No ano de 1999, nos mudamos para a Aldeia Coroa Vermelha. Eu estava com 17 anos e comecei acompanhar meu tio, que participava do movimento indígena juntos com outros líderes pataxó. Comecei a perceber que em todas reuniões, sempre alguém se lembrava da luta dos líderes indígenas mais velhos e que muitos desses já tinham falecidos, como Alfredo Braz, Rufino Ferreira, Josefa Ferreira, Luiz Capitão, Honório Ferreira. Outros ainda estão vivos, como Manoel Santana. E outros, ainda que anônimos, também participaram dessa luta.

Meu avô faleceu em 1984, eu tinha 7 anos de idade, e me lembro da sua feição: um índio alto e forte de cabelo grande. Minha mãe se parece muito com ele, até na lida com a roça. Minha mãe e meu pai não tiveram a oportunidade de estudar, mas têm o dom da sabedoria da oralidade, e isso me ajudou muito no meu trabalho. Uma das coisas mais importante que meus pais nos incentivaram foi a estudar, apesar das grandes dificuldades que tivemos. Neste trabalho, espero despertar outros



pesquisadores indígenas a relatar histórias de outros líderes, anciões, parteiras e pescadores pataxó, ou seja, de pessoas importantíssima na construção do processo de luta, pois muitos ainda são anônimos diante da história, e que precisa ser relatado para que possam ser lembrados no futuro. Esses relatos, além de serem registrados, são importantes para o registro histórico do povo Pataxó, pois são ferramentas de grande importância para garantia da ampliação do território, que vem se arrastando há muito tempo. Além de possibilitar a continuidade da memória viva, possibilita as pessoas a terem acesso a esses trabalhos que são riquíssimos e não podem desaparecer.

Não posso deixar de lembrar da lida da roça e dos ensinamentos da minha mãe, uma mulher guerreira que passava tudo o que aprendeu para nós. Diante das dificuldades enfrentadas, ouvimos as histórias de luta dos mais velhos, que passaram todo tipo de barbaridades e humilhações, que jamais serão esquecidas. Quando viajei para Brasília recebi um livro intitulado “Barra Velha, o Último Refúgio” escrito por Cornélio Vieira de Oliveira. Nesse livro, ele conta a vivência do povo Pataxó e de suas lutas. Ao lê-lo percebi que muitos relatos eram narrados a partir das vivências de Alfredo Braz e outros indígenas. Isso me despertou mais curiosidade em pesquisar e escrever sobre sua história.

Outro momento marcante na minha trajetória foi no ano de 2010. No mês de outubro fomos convidados a participar da “Festa das Águas” na aldeia Retirinho, no município de Carmésia, no estado de Minas Gerais, local em que fomos bem acolhidos pela comunidade e lideranças. Também realizamos, no mesmo período, o II

Encontro de Pesquisadores e Professores de Patxôhã. Na hora das apresentações na comunidade fiquei muito emocionado por ter tido o privilégio de ser homenageado por ser um dos netos de Alfredo Braz Salvador. A cacique disse que tinha orgulho que dois netos de um grande homem, que deu sua vida para lutar pelo povo Pataxó, estivessem pisando na sua aldeia. Isso ficou marcado na minha memória, e nunca me esquecerei daquele momento. É importante lembrar que na luta pataxó existiram grandes líderes, muitos dos quais já morreram, e outros estão surgindo para dar continuidade a árdua luta do nosso povo.

Para o desenvolvimento deste trabalho fui obrigado a me conhecer melhor, ir bem a fundo no passado através de pesquisas feitas por estudiosos e de um melhor conhecimento da genealogia da minha família. Ter muitas horas de conversas, andadas e leituras, principalmente com quem na época conviveu com meu avô. Um dos grandes registros que me ajudou muito foi o livro de Cornélio Vieira, “Barra Velha: o último refúgio”, que relata trechos da vida e luta do povo Pataxó através de registros feitos pelo autor quando passou em Barra Velha e conviveu com as lideranças da época. Isso resultou em uma grande obra, muito útil para nós pesquisadores indígenas.

Durante as pesquisas consegui ter acesso a um acervo de fotografias da época de 80, através do Sr. Moacir Melo, que trabalhou como Chefe de Posto da FUNAI da Aldeia Barra Velha. Nessas fotografias pude notar que, na maioria delas, meu avô estava lá. Segundo Moacir Mello, Alfredo Braz era seu grande amigo e também um grande líder apaziguador dos conflitos da comunidade. Meu pai, minha mãe, meus tios e os irmãos

dele que ainda estão vivos, foram as peças fundamentais para essa pesquisa, já que muita coisa não está nos livros, mas sim em suas memórias.

Períodos de resistências

Uma das coisas que me chamou atenção na pesquisa foi as estratégias, a união e o domínio de lidar com a situação da época, aliás umas das piores épocas, onde o dominador perseguia os indígenas e isso resultava em muitas mortes e dispersão para outras regiões.

Eu defino essa época em três períodos.

Período da sobrevivência: neste período houve uma das maiores matança dos povos indígenas, e mesmo com o passar do tempo, muitos indígenas tiveram que deixar suas culturas, origens. Eram obrigados a esconderem-se e negar sua própria identidade para garantir a sobrevivência. Um período de ganância desumana, onde matar era uma questão de honra para sustentar o “progresso” de poucos. Muitos indígenas tiveram que desenvolver estratégias de sobrevivências para que seu sangue não fosse derramado dentro de suas próprias casas. Isso resultou na extinção e expulsão de vários povos que habitavam a região. O povo Pataxó teve que se adaptar e buscar estratégias para garantir a continuidade de suas origens e sua existência até os dias de hoje.

Período de luta pelo território: com o surgimento do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no ano de 1910, que servia mais para beneficiar o governo que os indígenas, surgiu também uma oportunidade de continuação da luta do movimento indígena nacional organizado que se fortaleceria na

década de 1980. Foi neste período que os Pataxó passaram a conhecer o direito à terra, período de transição entre o SPI e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A necessidade de lutar pelo território se tornou algo de fundamental importância para garantir a sobrevivência e resistência do povo Pataxó. O povo Pataxó teve que resistir no território mesmo contra a vontade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, que, a todo custo, queria expulsar os Pataxó da região. Teve também que aguentar as perseguições do próprio governo, que lutava para expulsar os indígenas de suas terras para beneficiar os políticos e os grileiros, os mesmos que se tornaram os latifundiários de hoje .

Período do fortalecimento da identidade: com as diversas perseguições aos povos indígenas, que passavam por várias lutas, desde a sobrevivência até a garantia do território que já se havia garantido na Constituição, houve também a perseguição da identidade indígena, onde o próprio governo chegou a relatar a extinção do povo Pataxó e dos povos indígenas do nordeste. Com todo esse processo de perseguição, o povo Pataxó fez adormecer e esconder parte de sua cultura, mas não a deixou morrer, e foi passando de geração a geração até, de repente, ressurgir com muita força, desbravando historiadores, pesquisadores, linguistas e antropólogos que não aceitavam a luta da identidade Pataxó. Tivemos que passar por diversos tipos de ataques preconceituosos, para sermos reconhecidos como povo que, mesmo tendo tido contato há muitos anos, ainda assim soube preservar sua cultura. Essa luta se entrelaçou com a luta do território, educação, saúde, esportes, com a



luta da garantia dos direitos e de políticas públicas para os povos indígenas.

Os Pataxó

Os Pataxó pertencem a família linguística macro-jê, mesma família do povo Maxakali, que hoje vive no Estado de Minas Gerais. O povo Pataxó vivia em um amplo território, mudando sempre a sua morada e possuindo grande habilidade para caçar. Isso garantiu a sua sobrevivência e permitiu que vivessem sem contatos com os europeus durante muitos anos.

Por serem indígenas com grandes habilidades em se defender dos ataques dos portugueses e por serem grandes arqueiros, eram temidos pelos “brancos” e até por outros povos indígenas. Foram considerados pelos colonizadores “índios bárbaros”, ou seja, os indígenas mais temidos da região. Como não viviam em aldeamentos, faziam suas “choças”, espécie de casas de folhas de palmeiras. Essas “choças” eram constantemente mudadas de locais, seguindo as estações climáticas para fugir do frio e procurar as épocas com mais fartura dos alimentos (Wied-Neuwied, 1989).

Com o avanço dos colonizadores mata adentro em busca de ouro e madeira e com a expansão da ocupação das terras começaram os ataques e a aproximação junto aos Pataxó. Foram realizadas várias emboscadas para matá-los e afugentá-los da região. No entanto, não obtiveram sucesso nas suas tentativas. Então tiveram que usar a estratégia de estabelecer alianças com os indígenas catequisados para se aproximarem dos Pataxó que até então não falavam o português. Essa aproximação foi através dos Maxakali, com

que, frequentemente, os Pataxó faziam trocas (utensílios, mel, cera e fios de tucum). Foi assim que, após três séculos de resistências, começou a aproximação com os “colonos”.

No relato do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, intitulado Viagem ao Brasil (1989) e escrito no século XIX, fica bem clara a presença dos Pataxó nessa região, principalmente próxima a região do Monte Pascoal, provando que os Pataxó sempre foram os dono deste território. Isso também sempre é relatado nas falas dos indígenas mais antigas, que sempre ouviram falar dos seus pais sobre suas moradas antigas.

Para afirmação do território, em 19 de agosto de 1999, os Pataxó reocuparam o território do Parque Nacional Monte Pascoal que estava sobre a gerência do IBAMA, antigo IBDF que sempre manteve conflitos com os Pataxó. A partir da reocupação dos territórios tradicionais pelas famílias Pataxó se constituíram novas aldeias. Atualmente, os atritos com os órgãos de proteção ambiental, como o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), órgão que está na gerência do Parque Nacional Monte Pascoal, porque este que foi implantado sobre território Pataxó no século XX, continua vivo.

A História e a Geneologia de Alfredo Braz

Mesmo depois dos aldeamentos, algumas famílias foram deslocadas para outras regiões, misturando-se com outros grupos étnicos. Os conflitos territoriais e os ataques aos indígenas também fizeram muitas famílias pataxó refugiarem-se e buscarem abrigos em outras regiões. Até mesmo em outros Estados, como é o caso dos Pataxó

que foram para o Estado de Minas Gerais. A luta pela terra tem sido um dos grandes fatores das dispersões e constituições dessas famílias. Através das pesquisas que fiz, descobri que uma das irmãs de Alfredo Braz, foi levada aos 8 anos de idade para a cidade de Salvador (BA). Hoje ela constituiu uma família com filhos e netos, sem nunca esquecer seu povo, falando sempre de suas origens.

De acordo com os mais velhos, antigamente o indígena não tinha sobrenomes. Isso passou a ocorrer devido aos batismos feitos pela Igreja Católica e os registros da FUNAI. Foram batizadas famílias com os seguintes sobrenomes: Braz, Ferreira, Santana, entre outros. Hoje a família Braz é uma das maiores. Ela casou-se com os Ferreira, constituindo famílias em diversas aldeias.

Segundo Domingo da Conceição Braz, veio da região de Olivença uma indígena conhecida por Dardina, que possivelmente era Pataxó. Ela conheceu João Braz, que era filho da Aldeia Barra Velha,. Eles se casaram e foram morar na própria aldeia e tiveram vários filhos que foram se misturando com outras famílias pataxó de Barra Velha e que com o tempo as famílias foram crescendo.

De acordo com Joel Braz, no Ribeirão, local que fica dentro do território Pataxó de Monte Pascoal, só morava a família de João Braz e de Dona Dardina Braz. Seus filhos foram se misturando com outras famílias do território.

Uma de suas filhas se chamava Maria Marcelina da Conceição Braz e casou-se com Salvador. Dessa união nasceu Acrízio Augusto Braz, Manoel Braz, conhecido como Mané Súia, Elvira Braz e o Velho Antônio Braz, único dos irmãos ainda vivo. Acrízio Braz se casou com Luzia Maria

Rosa da Conceição Braz, que era filha de Pedro Ferreira e de Rosa Ferreira.

Segundo, Maria da Conceição Braz, irmã de Alfredo Braz, seu pai Acrízio Augusto Braz e sua mãe Luzia Maria Rosa da Conceição Braz tiveram seus 10 filhos, todos no Ribeirão. Todos os partos foram feitos por parteiras, e dificilmente tinham complicações nos partos. Primeiro nasceu Benedito da Conceição Braz, e em seguida nasceram Jonga da Conceição Braz, Maria da Conceição Braz, Paulo da Conceição Braz, Alfredo Braz Salvador (que foi o quinto filho), Benedita da Conceição Braz, Albino Braz Salvador, Jacira da Conceição Braz, Domingo da Conceição Braz e Rosenia da Conceição Braz.

O Ribeirão é um lugar cercado por matas de difícil acesso, nas margens do Rio Corumbau, dentro do Parque Nacional Monte Pascoal. Do outro lado do rio começa o município do Prado, local que fica a Aldeia Águas Belas, onde mora a família de Emília Pataxó que também saiu de Barra Velha.

Alfredo Braz, que foi o quinto filho do casal, nasceu no dia 1 de maio de 1932 na Aldeia Barra Velha, município de Porto Seguro. Nessa época, moravam poucas famílias na Aldeia. Elas viviam de pequenas roças, pesca e mariscos retirados nos mangues.

Segundo Domingos Braz (irmão de Alfredo Braz), nascido em 4 de agosto de 1951, na época do “Fogo de 51”, massacre que aconteceu na Barra Velha, ainda não existia Posto do SPI na região. “Ninguém defendia o índio”, diz ele. Também conta que ele e seus irmãos foram registrados em Caraíva, único local onde registrava-se as crianças que nasciam na região. Relembra que tinha



uma senhora chamada Dona Neném que fazia os registros das crianças indígenas e de todos da região. Ela era casada com um senhor que se chamava “Sr”.

No vilarejo do Vale Verde tinha um cartório, um dos mais antigos da região, e muitos desses velhos foram registrados lá. O João Braz, velho que ramificou a família Braz, teve doze filhos e um foi Salvador Braz, pai do velho Acrízio. E todos nessa época moravam no Ribeirão, próximo ao rio Corumbau. O velho João Braz e Jovino Braz também morava no Ribeirão, onde faziam suas roças de feijão, milho, mandioca, cana. Ninguém via falar em dinheiro. No tempo passado era muito ruim, mas não passava fome, pescava, pegava muito marisco (entrevista com Joel Braz).

As famílias Pataxó constantemente mudavam de locais, em busca de novas terras férteis, onde realizavam seus pequenos plantios de mandioca, milho e abacaxi. Esses grupos familiares procuravam fazer suas casas e roças principalmente às margens dos rios, de onde também retiravam os alimentos diários.

Os Pataxó moravam em grupos familiares, uma forma de manterem-se próximos uns aos outros e desenvolverem atividades comunitárias. No Ribeirão morava Seu Acrízio Braz, e seus filhos. Seis quilômetros em direção à praia ficava a Aldeia Barra Velha, que era constituída por poucas famílias na época e que constantemente também mudavam de lugar. Outros grupos Pataxó se deslocaram para o município do Prado. Mas sempre retornavam para Barra Velha no intuito de rever os familiares e trocar farinha por peixe.

Domingo Braz (irmão mais novo de Alfredo Braz) relatou que seu pai falava muito dos momentos difíceis, por exemplo, quando perdeu seu irmão mais velho, Benedito da Conceição Braz, no ano de 1945. Faleceu e deixou muita gente abalada. Mas mesmo com a morte do filho, a família continuou vivendo no mesmo local. Depois de seis anos, no ano de 1951, época em que aumentou o ciclo da produção do cacau e café, as fazendas da região começaram a usar mão-de-obra pataxó, fazendo com que muitas famílias emigrassem para essas fazendas por períodos de vários meses, em ciclos repetidos ao longo de todo ano.

Em conversa, Joel Braz relatou que o velho Acrízio Augusto Braz era muito trabalhador, que ele criava muita galinha e fazia roçados para plantio de batata, abacaxi e mandioca para fazer farinha. Segundo ele, Acrízio levava esses produtos aos vilarejos de Corumbau e Caraíva para trocar por açúcar, café, sabão e sal.

Alfredo Braz e o “Fogo de 51”

Na década de 50 a situação não era a das melhores para os Pataxó, pois eram obrigados a saírem pelas fazendas vizinhas em busca de trabalho para ajudar no sustento familiar e também para arrumar dinheiro para compra de ferramentas e outros utensílios domésticos necessários à sobrevivência. Eram obrigados a trabalhar para os fazendeiros (que, muitas vezes, pagavam os serviços apenas com comida) ou fazer roças na meia. O velho Honório, nesse tempo, era o cacique da aldeia. Ele era muito respeitado e muito alegre, e lutava pelo povo que ali morava. Nessa época, na aldeia, só existia uma pequena rua na parte baixa e as casas eram feitas de palha de

xandó ou de taipa (casa de barro). Por ali só moravam algumas famílias. Muitas outras moravam mata adentro, onde buscavam locais mais adequados para plantar. Esse era o caso da família Braz, que morava às margens do Rio Corumbau, no local chamado Ribeirão.

Foi nesta década de 50 que ocorreu o “Fogo de 51”. Alfredo Braz tinha 14 anos de idade. Ele e seus irmãos, Paulo Braz e João Braz, trabalhavam na fazenda do Senhor João Paulo, na Serra do Gavião, que ficava entre o município de Montinho e o de Itamaraju, em um local distante da Aldeia Barra Velha. Trabalhavam no mesmo local também sua tia Elvira, com seu filho Acelino, e mais outros rapazes da aldeia.

O “Fogo de 51” foi uma violenta ação policial que destruiu a Aldeia Pataxó de Barra Velha no ano de 1951, dispersando os Pataxó que viviam no território do Monte Pascoal. A violência aconteceu numa madrugada e se propagou por dias, após os Pataxó receberem 2 homens na aldeia que diziam terem vindo ajudar na demarcação territorial e ajudar na resolução do conflito com o IBDF. Dizendo serem agentes enviados pelo governo, pediram aos homens da aldeia que buscassem ajuda junto ao comércio próximo. Acompanhando os 2 homens, os pataxós foram até o comércio e ao chegarem no local foram surpreendidos com a voz de assalto ao comerciante por parte dos 2 homens. Nesse momento, foram obrigados pelos malfeitores a levar toda mercadoria da venda para aldeia. De acordo com os mais velhos, nesse momento todos perceberam que haviam caído em uma cilada. Mas já era tarde. A notícia de que os Pataxó haviam roubado a mercearia espalhou-se rapidamente pela região, fazendo com que

a aldeia e o povo Pataxó fosse alvo de ataques policiais na madrugada do dia seguinte.

Após dias trabalhando na fazenda, Alfredo Braz e seus familiares receberam a notícia que policiais tinham invadido, na madrugada, a tiros de fuzil, a Aldeia Barra Velha e que tinham dado ordem de prisão para todos os indígenas da região, que não era para deixar um escapar, que muitos já tinham sido apanhados e presos e que outros ainda estavam corridos pelas matas. De acordo com Cornélio Vieira de Oliveira, em seu livro Barra Velha: o último refúgio, foi o fazendeiro, Sr. João Paulo, que chegou trazendo as notícias dos acontecimentos em Barra Velha, relatando que “estão atacando os caboclos [...] dizem que é para acabar com todos da aldeia e não é para deixar nenhum vivo” (Oliveira, 1985). Imediatamente, todos ficaram apavorados com a triste notícia, e muito preocupados com o que teria acontecido com os seus familiares que estava na aldeia. Ao mesmo tempo não sabiam se escondiam-se ou se voltavam correndo para a comunidade. O medo maior era de acontecer algo na volta e serem atacados no caminho, pois não sabiam o que realmente estava acontecendo.

De acordo com Oliveira, a cada momento aquele grupo recebia uma notícia nova do fazendeiro, dizendo que a situação não estava boa para os indígenas, que a polícia estava atrás dos indígenas pelas fazendas da vizinhança, que não era bom eles voltarem para a aldeia nesse momento, que era bom eles ficarem por ali mesmo e que podiam se esconder na gruta que ficava dentro da mata, nos cacaeiros. Então Alfredo, Paulo, João e demais resolveram ficar escondidos na gruta, na Serra do



Gavião, um lugar bem escondido dentro da mata de cacau. Uma gruta do tamanho de uma casa. Colocaram folhas de jussari para esconder a entrada, e só saía alguém quando o Sr. João batia no cocho: um sinal de que era para buscar comida.

As notícias se espalharam pela região e os que eram amigos dos Pataxó logo mandavam que se escondessem. Segundo Oliveira, na roça do Seu Aurindo, morava um indígena que ele criava e que tinha parentes na Aldeia da Barra Velha. A polícia esteve por lá para levá-lo. No entanto, a família do Aurindo não deixou que levassem o rapaz.

Ainda segundo Oliveira, para garantir a segurança da gruta onde estava Alfredo Braz e o restante do pessoal, eram feitas sentinelas dia e noite. Quando dava fome comiam bananas e cacau. Passaram dez dias amoitados, alimentando-se apenas de frutas, sem dormirem direito, muito assustados que estavam, com medo de que a qualquer momento alguém podia chegar e pegá-los. Mas o tempo já tinha passado sem contato com família.

Quando veio uma notícia que as coisas já tinham se acalmado pela redondeza, veio também uma ordem do governador que era para soltar os indígenas que haviam sido apreendidos. Que era para deixá-los em paz. No entanto, muitos Pataxós já tinham se espalhado por toda região. Muitos haviam sumido sem deixar notícias. Oliveira descreve que Alfredo e seu irmão João correram para a fazenda do Beija Azevedo, no Macaco Gordo, para buscar seu irmão Paulo que lá trabalhava. Estavam preocupados porque a fazenda ficava na beira da estrada. Mas não houve meio de convencer Paulo a sair. Estava de namoro

com uma mocinha que também trabalhava na fazenda.

Já estavam vivendo debaixo da pedra há dez dias, quando chegou a notícia que a confusão em Barra Velha havia acabado.

– Agora vou procurar meus pais e os irmãos menores, disse Alfredo.

– Rapaz, você vai fazer o que, lá? Não tem mais ninguém lá não. Acha, porco, Perú, criação de pato. Vou ver como está por lá.

Passando na Gameleira, encontrou o Cidani e chamou-o para que fosse com eles. Quando chegaram na Paranha, souberam que seus pais e as crianças estavam na Corrida. Resolveram passar primeiro na casa deles para ver como estavam as criações. A roça ficava no Ribeirão, do lado do Corumbáu. A casa tinha sido queimada. Tudo em silêncio, nenhum sinal das criações. Resolveram chegar na roça, que ficava um pouco mais adiante. Ao chegarem, avistaram um piseiro danado. Os porcos estavam todos lá, escaparam porque a roça ficava longe da casa e ninguém descobriu o local (Oliveira, 1985, p. 33).

Alfredo resolveu procurar sua família, na aldeia onde aconteceu o ocorrido, mas não sabia o que ia encontrar pela frente, ou mesmo se iria encontrar alguém vivo. O desespero espantou o medo de caminhar pelas matas, e a cada localidade encontrava alguém com uma notícia. Quando chegou ao Ribeirão, não encontrou ninguém, apenas os porcos espalhados pelos matos e a casa queimada. Desesperados, Alfredo e seu irmão, caíram na mata para buscar notícias, pois nos vilarejos não estariam, posto que todos estavam entregando os indígenas. Depois encontraram um conhecido que informou que muitos

indígenas estavam à beira do Rio Corumbau e que outros haviam fugido para Minas Gerais e Espírito Santo. Então eles pegaram o caminho subindo às margens do Rio Corumbau à procura dos familiares. Quando chegaram bem acima do rio, avistaram um grupo de pessoas da comunidade. Seus pais também estavam lá. Ao revê-los, ficaram muito contentes, pois não sabiam o que havia se passado com eles, pois haviam estado acurralados por muitos dias com medo, sem saber o que fazer. Já tinham mais de 30 dias fora de casa.

Seu Acrízio ficou com tanto medo que não quis voltar para o seu lugar. Ficou com muito medo que os policiais voltassem novamente.

Barra velha ficou vazia. O mato crescia no meio da rua e no lugar das casas. As roças foram destruídas, ou melhor, colhidas pelo pessoal de Caraíva.

Todo o povo foi espalhado pelas fazendas. Havia índio na fazenda do Edgar Caldas de Oliveira, em Porto Seguro. Na fazenda do tenente Rocha, no rio do Prado, chamada Fazenda Perigoso. Na fazenda do capitão Fernandes, em Alcobaça. No rio das Palmeiras, o fazendeiro Anjo Apolon, conseguiu juntar muitos índios, porque ele era muito bom e tratava a todos muito bem. Até havia se ajuntado com uma índia, que agora é mulher do velho Júlio, o fazedor de cordas.

A maioria dos velhos morreu logo. Não conseguiram recuperar-se daquele infortúnio. O Cosme teve a omoplata quebrada com uma coronhada de fuzil. Uma índia chamada Ana, que estava grávida, perdeu uma criança, porque haviam batido com os pés no peito dela.

O Cacique Honório ainda seguiu para o Rio de Janeiro para ver se conseguia alguma ajuda. Muito tempo depois foi encontrado no Campo do Boi, dirigindo-se para aldeia. Mas informaram-lhe que não deveria ficar andando pela região, porque todos estavam revoltados contra ele, considerando-o culpado de tudo. Mais tarde soube-se que havia morrido em Canavieira. (Oliveira, 1985, p. 33)

Muitos dos indígenas que foram espancados, poucos dias depois, morreram devidos aos hematomas e à tristeza de terem sido tirados de suas casas, sem direito a nada.

Dificuldades e sobrevivência após “o Fogo de 51”

Depois de 7 anos as coisas começaram a se normalizar. Muitas pessoas voltaram para a aldeia. No entanto, outras não tiveram coragem, pois tinham medo que ocorresse toda aquela situação novamente. Nessa época quem ficou como cacique foi Epifânio, pai de Dona Josefa. Mas as coisas não estavam boas por conta de uma grande solina na região. Nada que plantava nascia. Com a dispersão dos Pataxó, o governo aproveitou para instalar definitivamente o Parque Florestal de Monte Pascoal, que seria gerenciado pelo I.B.D.F. Com a criação do parque tudo começou a mudar para os Pataxó, pois já não tinham mais a liberdade de antes. Então, a partir daí, começou uma nova luta para ter a garantia de usufruir o que antes tinham de direito. Usufruir o que a mata lhes dava, já não se podia mais. Então, uma nova luta começou a ser travada.



Muito tempo depois, Alfredo Braz e sua família retornaram para o Ribeirão, depois de viverem perambulando pela região em busca de lugares onde morar. Nessa época, nada era fácil. Uma grande seca assolou a região e era muito difícil plantar. O governo já tinha implantado o Parque Nacional do Monte Pascoal e deslocado guardas do I.B.D.F para tomar dos limites da área do parque e não permitir a entrada de ninguém. Nessa época, Alfredo já estava na faixa etária dos 20-25 anos. Ele gostava de caçar com seus irmãos e tendo sido sempre muito trabalhador, gostava de fazer suas roças para ajudar o pai.

Domingo Braz conta que eles iam para a mata da Varejeira tirar piaçava, um trabalho de rotina para ganharem algum trocado:

A gente, por exemplo, não tinha cachorro, mas com as vivências que tínhamos na mata, dos nossos costumes de caçar e pescar, facilitava. O finado Alfredo era mais velho e mais experiente nas matas e campos, então ele levava uma vara nas mãos, como se fosse uma lança, que ele via um buraco cheio de folhas, ele cutucava, se saísse os mosquitos das folhas, ele falava que tinha tatu, então ele colocava o ouvido na boca do buraco e via o tatu mexendo e emburrava aquela vara para dentro, via o tatu se mexendo. Ele logo gritava: “Os meninos aqui tem um tatu aqui! É mesmo!”. Aí eu colocava o ouvido no chão e escutava o tatu cavando. Eu perguntei, “e o que vamos fazer agora para o tatu não cavucar?”. Alfredo pedia logo para tirar uma folha de patioba e dava um nó na folha e colocava na boca do buraco e logo o tatu parava de cavucar por causa daquele nó. Aí a gente fazia um cavador de pau, para abrir o buraco. Tinha vez que pegávamos dois, três tatus por dia.

Lá na mata da Varejeira, onde nós pegava essas caças, fazia um moquém e moqueava as caças para a gente comer, não tínhamos panela e pegávamos três folhas de patioba e amarava em uma vara, colocava o fogo debaixo e a carne dentro com água, e dessa forma cozinhava nossos alimentos na mata (entrevista com Domingo Braz).

Domingo Braz conta também que Alfredo Braz tinha gostado da filha do velho Jacó – Seu Defino e de Rosalina Santana, mais conhecida como Dona Neném – que estava ficando mocinha, mas morava do outro lado do Rio Corumbau. Nessa época, não existia namoro. Quando a pessoa gostava, ela logo se ajuntavam e quando os pais não permitiam, acabavam fugindo. Isso era constante na aldeia. Certo dia Alfredo foi até a casa do Velho Jacó pedir a mão de sua filha Francisca, e de lá saiu com o casamento marcado, com direito a festa. Mas não foi bem assim. As coisas tomaram outro rumo. Alguns dias depois a menina fugiu com Alfredo e foram morar com seus pais no Ribeirão. Ele ficou com muito medo e preocupado com o casamento que tinham marcado. Ao chegar em casa falou com seus pais e logo ela foi aceita pela família. Depois de algum tempo, os pais de Francisca vieram morar em Barra Velha e as coisas normalizaram-se.

Nesse casamento, Alfredo e Francisca tiveram 12 filhos. Alguns dos filhos foram batizados com os nomes de santos das festividades da aldeia, como Pena Braz Santana, Cremilda Braz Santana, Antônia Braz Santana, Zizi Braz Santana, Alfredo Braz Santana, Sebatião Braz Santana, José Conceição Braz Santana, Damião Braz Santana, Uelson Braz Santana, Juceli Braz Santana, Marília Braz Santana, Alcione Braz

Santana. Os 3 mais velhos nasceram no Ribeirão. Já os demais nasceram em Barra Velha. Nessa época, as coisas ainda não estavam boas na região, pois ainda continuava a seca e os conflitos com IBDF.

Como a situação não estava boa em Barra Velha, e Alfredo Braz já estava com três filhas maiores, que eram Penina (Pena), Meruka (Cremilda) e Tonha (Antônia), ele chamou seu irmão Paulo e resolveram ir morar no Arraial D'Ajuda, na beira do rio Buranhém, onde hoje formou a comunidade de Aldeia Velha. Paulo também levou a moça do Macaco Gordo com quem tinha se casado. Chegando lá, isso foi em 1962, pegaram uma empreitada do fazendeiro para derrubar 150 tarefas. As crianças passavam o dia todo no campo, comendo goiaba, e os adultos chupavam limão para matar a fome (Oliveira, 1985).

Oliveira descreve em seu livro que Alfredo e Francisca, e seu irmão Paulo, viram que a coisa não estava boa. Já tinham passado por tantas necessidades, além de trabalharem sem direito a nada. Desta forma, resolveram retornar para Barra Velha e irem para o Ribeirão. Foram a pé com suas três filhas. A menor tinha que ser carregada nas costas e toda a caminhada era feita pela beira da praia. Quando chegaram em Itaquena tiveram que parar para matar a fome, descansar e passar a noite, para no outro dia seguir viagem.

Quando chegaram à Aldeia Barra Velha, perceberam que as coisas também não estavam bem por lá. Com a seca na região, as roças não deram bons plantios. E assim logo seguiram para o Ribeirão, para ver como estariam as coisas por lá. Ao chegarem se depararam com sua pequena casa, que era feita de taipa e coberta de

palmeira. Viram que ela estava toda coberta de mato que havia crescido durante o tempo que haviam ficado fora.

Alfredo ficou no Ribeirão, refazendo suas roças e cuidando da sua família. Depois se mudaram para a beira do Rio Caraíva, próximo ao Porto do Boi. Nesse lugar nasceu mais uma de suas filhas: a Zizi. Depois resolveram morar num lugar próximo ao Champrão, logo após o Rio Corumbau, no município de Prado. Neste local, já moravam os pais de Francisca, e nesse lugar nasceu mais um filho que foi batizado Alfredo Braz. Lá ele fez um roçado para plantar abacaxi, mandioca e banana. Esse roçado que ficava a pouca distância. No entanto, Alfredo Braz saía todos os dias para cuidar da plantação. Depois de um mal entendido, e para evitar confusão, voltaram novamente para a Aldeia Barra Velha. Quando chegaram à Barra Velha fizeram uma pequena casa de taipa no centro da aldeia, próximo à casa da sua mãe Luzia, que ficava na rua de baixo. Também morava Maria, que era casada com José, João Nascimento, a mãe de Luís Capitão, a família de Seu Tururim, Velho Júlio e Dona Santa, entre outros. Nessa época estavam tendo muitas dificuldades por conta das perseguições dos guardas do IBDF que não deixavam a comunidade fazer roças, tirar piaçava, caçar e pescar.

O trabalho era penoso. Passavam uma primeira noite cortando piaçaba. No dia seguinte ficavam escondidos no mato dormindo, na noite seguinte traziam a piaçaba escondida perto de casa. Somente na outra noite vendê-la.

Viviam como ladrões, roubando em sua própria terra. Índio Paulo Braúna. Que só tem uma mão, por ter sido atacado por um



desconhecido, no tempo que andou disperso, recebeu um tiro dos guardas, quando estava trepando num pé de piaçaba e teve que jogar-se lá de cima.

O dinheiro da piaçaba é que garantia a farinha (Oliveira 1985, p. 45).

Mas graças aos rios, as caças dos campos, as frutas e ao mangue, que eram as fontes principais de alimentos da comunidade, garantiam os seus sustentos, pois todos os dias as famílias saíam para o mangue catar caranguejo.

Meruka, minha mãe, contou que quando ela já estava mocinha, ela e sua mãe, Dona Chica, iam para Corumbau tentar conseguir peixes, e que muitas vezes era muito difícil encontrar. Muitas vezes não tinha nada para dar de comer aos seus irmãos e para complementar com os caranguejos que seu pai, Alfredo, pegava. Sua mãe cozinhava banana verde e as amassava. Era a única coisa para comer durante o dia.

Todos os dias as famílias saíam para os mangues, como se fosse um grande ritual. As mulheres, os homens e as crianças passavam nos campos para catar coquinhos de xandó, mangaba, caju, murta e garu nos meses de dezembro e janeiro. Era uma grande festa para as crianças. Nessa época, a solução era mesmo comer o caranguejo sem farinha, lá no mangue mesmo. Sempre aproveitavam para catar siris, bujigão e conchas para complementar os alimentos.

Nesse tempo, começou a aparecer um pessoal do Pongó e do rio Preto, que vinha trazer farinha e beiju para vender. Quando era avistado ainda bem longe, o pessoal ficava animado, porque na maioria das

vezes já estavam sem comer farinha a mais de uma semana.

Os beijus eram tão duro que tinha que ser colocado de molho para que as crianças pudessem comê-los no outro dia. Mas mesmo assim, o pessoal chegava a fazer uma roda em volta dos vendedores e iam pegando tudo. Muitos até pegavam alguma coisa sem ser anotados. E o negocio prosseguia, um pouco de farinha para um, dois ou três beijus para outro. Uns compravam banana, outros batata. Um dos vendedores se chamava Nelson das Batatas (Oliveira, 1985, p. 43).

Seu Alfredo, em noite de lua cheia e nova, gostava de ir até as pedras no dia de maré grande para catar ouriços. Suas filhas e dona Chica enchiam os samburá e panacum. Eles eram levados para casa, onde se fazia uma fogueira no meio do terreiro e onde eram colocados os mariscos nos braseiros. Todos se deliciavam.

No outro dia, Alfredo tinha que acordar bem cedo para ir até a roça, ver como estavam os plantios de mandioca, abóbora e batata. Com seis meses, as coisas começaram a melhorar, as plantações já estavam boa para colheita. Dona Francisca, esposa de Alfredo, pegava uma lata de querosene, abria-a ao meio, e fazia uma espécie de forno para torrar farinha. Com a outra metade da lata fazia-se o ralo para ralar a mandioca, que depois era espremida em um pano ou em um tapiti de palha. Dona Francisca e suas 3 filhas maiores ficavam responsáveis por arrancar e ralar a mandioca, e preparar a farinha e beijus. Enquanto isso, Alfredo ficava responsável por abrir clareiras para colocar novas roças em um lugar chamado Porto da Palha, que fica mais próximo das matas do parque,

onde a terra era melhor para plantar. Nesse local fizeram uma roça maior. Seu Alfredo gostava de caçar e colocar mundéus e laços para pegar tatu.

Meruka conta que não tinha muita roupa e nem coberta. Quando o frio era demais, sua mãe aproveitava sua saia, que era grande, para cobrir as crianças, e seu pai acendia o fogo no chão do barraco. Assim todos aqueciam-se deitados em esteiras feitas de taboa. Nós não tínhamos roupa suficiente e quando ia para lagoa, esperávamos secar para vestir de novo e retornar para casa.

Nessa época nasceu Sebastião, batizado com o nome do santo padroeiro da aldeia, que se comemora todo dia 20 de janeiro. As meninas já estavam ficando moças e ajudavam a família no cultivo.

Mas para ajudar no sustento da família, Alfredo com os companheiros resolveram tirar piaçaba, mas tinha que ter cuidado com os guardas do IBDF, que começaram a perseguir os indígenas. Para driblar os guardas eram obrigados retirar a piaçaba durante a noite.

A formação e a história de luta de Alfredo Braz

Com a morte do velho Epifânio, seu irmão Luiz se tornou cacique. Dona Josefa fez de tudo para que o velho Epifânio não morresse. Devido a sua idade e fraqueza não resistiu. No entanto, Ihe fez um pedido para que “cuidasse do seu povo”.

As perseguições do IBDF aumentavam, pois queriam impedir, de qualquer forma, que os Pataxó cultivassem suas roças, uma vez que a piaçaba já estava escassa e havia terras melhores dentro do parque. Não

tinham para onde ir: do outro lado do rio Caraíva e Corumbau já estava tudo ocupado por posseiros. Então tinham que enfrentar as agressões dos guardas que, por várias vezes, expulsava algum Pataxó quando o encontrava fazendo roça. Nada era fácil. Estavam acurralados feitos animais e viviam uma vida miserável dentro de suas próprias terras, sem o direito de entrar dentro de suas próprias casas.

Durante muito tempo ficaram nessa situação. Eram discriminados e ainda tinham que ficar quietos, pois se falassem eram presos. O único alimento era o caranguejo, que tinha sua época, mas não se encontrava mais farinha, pois não havia mais roças de mandiocas, já que eram proibidos de plantar. Muitos faziam as roças pequenas às escondidas para tentar colher alguma coisa.

Certo dia, Alfredo conseguiu reunir uns 15 homens e formar um mutirão para fazer uma derrubada e colocar uma roça para a comunidade. Prepararam quase uma roça por dia, trabalhando praticamente sem comer. De manhã, tomavam somente água e seguiam para o trabalho. Chegaram a comer folhas de mato para saciarem a fome.

A situação era cada vez pior. Eram perseguidos pelos guardas, liderados pelo tenente Siguara, que não os deixavam em paz. As brigas eram constantes. Sem condições de defenderem-se os Pataxó já não sabiam mais o que fazer. Muitos indígenas já tinham fugido pela situação em que viviam. Cada vez, mais famílias queriam ir embora. Eram as consequências da recente marca deixada pelo massacre de 1951 que ainda rodeava e que ainda não tinha cicatrizada. Foram muitas lutas e muitas perdas para se garantir como



indígena. A vida cercada de desafios sem saídas.

Nessa época, começa um novo cenário pela garantia do direito de viver em nossas terras. Uma época onde pudessem plantar e reconstruir tudo de novo. No entanto, para muitos, ali já tinha tudo acabado. Muitos já tinham ido embora, largando para trás suas origens e as histórias de um passado que ficou marcado em seus corpos e mentes. Alguns tiveram coragem de voltar, e tentar de novo, pois ali estavam enterrados seus avós, e não podiam deixar que tudo isso se apagasse. Pois era efetivamente isso que o governo queria.

Diante da situação das perseguições dos guardas do parque, só vinham aumentando os conflitos e a revolta da comunidade. Na época posterior ao “Fogo de 51”, veio uma grande seca na região. Nada que plantava dava, e principalmente nos locais onde as terras não eram férteis. Os melhores locais de plantar eram justamente onde ficavam os guardas do IBDF. E eles não deixavam a comunidade fazer suas roças nesses locais. A comunidade se sentia humilhada dentro da sua própria casa. E para não ver coisas piores acontecerem, tiveram que buscar seus direitos, já que não sabiam mais o que fazer.

A sede da FUNAI ficava em Brasília. Antes da FUNAI, o SPI funcionava no Rio de Janeiro, antiga capital federal. Havia sido para lá que o Capitão Honório havia ido buscar apoio antes de 1951. Para não ficarem padecendo, as lideranças se reuniram com a comunidade para decidir quem até Brasília em busca de apoio. Segundo Oliveira, foram arrecadados 7 contos. Alfredo Braz propôs-se ir com o cacique Luiz Capitão, enquanto os restantes

ficavam tomando conta da comunidade. Muitos achavam que eles não deveriam ir, porque era muito ariscado, que eles não tinham as condições de viajar pelo mundo a fora. No entanto, não tinham outro caminho: se ficassem ali ficariam vendo seu povo sofrer, sendo expulso do único pedacinho de terra e ao mesmo tempo correndo o risco de perder esse único pedaço que restava.

Colocaram os sacos nas costas e com o pouco de dinheiro arrecadado seguiram a pé. Ao anoitecer chegaram em Itamaraju. Na madrugada seguinte, continuaram até o vilarejo de Patioba, logo abaixo de Medeiros Neto, onde compraram 1 quilo de carne com o dinheiro que tinham arrecadado. Quando a carne acabou tiveram que arrumar serviços nas fazendas em troca de comida. Depois de alguns dias, chegaram à cidade de Teófilo Otoni, já no Estado de Minas Gerais. Chegaram muito magros, muito cansados e muito assustados com aquela multidão de pessoas diferentes. Todos ficavam olhando enquanto iam passando. Sem ter onde dormir, foram buscar se agasalhar na ferroviária, que era o lugar mais seguro. Durante a noite tiveram que dividir seus espaços com os mendigos que, para eles, eram muito novidade.

Ao amanhecer compraram suas passagens de trem com o dinheiro que tinham conseguido ganhar com os trabalhos que realizaram durante o caminho. E assim seguiram viagem até Brasília.

Durante a viagem passaram por diversas necessidades, sofreram piadinhas preconceituosas e fome, pois não tinham dinheiro nem para tomar um café. Tudo era uma grande novidade. Não sabiam ler e, ao mesmo tempo, todos olhavam de forma estranha para os dois.

Teve uma situação em que Alfredo Braz precisou fazer sua necessidade e perguntou a uma senhora que estava varrendo. Ela informou que o banheiro era na próxima porta. Mas ao se deparar com um vaso bonito na parede, ele logo foi esvaziando sua bexiga. Mas de repente uma criança saiu gritando: “Pai, o homem está urinando na pia!”. Logo apareceu gente e a confusão estava feita. Como os policiais perceberam sua inocência, liberaram e ele pediu desculpas pela sua ignorância. Mais tarde veio a vontade de ir de novo ao banheiro. A dor apertou e ele foi obrigado a correr novamente ao banheiro para aliviar. No entanto, não sabia o que fazer com a fezes. Logo veio o medo e esmagou-as com as próprias mãos. Saiu correndo ao encontro do seu companheiro.

Depois de muitos dias de viagem chegaram finalmente à Brasília. Devido à longa viagem e necessidades estavam magros e fracos. A fome ainda atormentavam e nenhuma moeda para tomar um cafezinho. Ficaram por ali sentados, observando sem saber o que fazer. Alfredo resolveu caminhar para ver se arrumava alguém que desse um cigarro. Seu companheiro, Luiz Capitão, já não estava bem de saúde, precisava logo comer alguma coisa. Então se aproximou de um senhor, alto, branco e forte, que parecia estar aguardando alguém. Alfredo logo lhe pediu um cigarro e assim começaram a conversar. Ele logo perguntou a que etnia pertenciam e de onde eram. Logo responderam que eram Pataxó da Bahia e que eles estavam procurando a FUNAI. O homem disse que sabia onde ficava, e ofereceu-lhes uma carona. Foram direto para a FUNAI. Ao chegarem foram recebidos pelos funcionários. Deram comida, e como a situação de saúde deles

não era boa, foram encaminhados para o Hospital. Luiz Capitão teve que ficar internado por alguns dias, pois estava muito doente.

Então o presidente da FUNAI os recebeu, e logo foi perguntando o motivo daquela viagem à Brasília, pois era a primeira vez que estavam recebendo os Pataxó do Sul da Bahia. Logo foram relatando a situação que a comunidade estava passando em suas terras, relatando as perseguições dos guardas do IBDF que não os deixavam viver em suas próprias casas. Após horas de conversas, o presidente da FUNAI prometeu enviar um documento para Salvador, solicitando que o IBDF deixasse os Pataxó em paz, e que providenciassem a demarcação de suas terras. Disse que iria mandar uma equipe da FUNAI até a região para avaliar toda a situação da região. Para retornarem, receberam roupas e dinheiro para que pudessem chegar a sua comunidade com saúde e segurança.

Durante toda a viagem passaram por varias dificuldades. Na época, 2 indígenas sem leitura nenhuma, saindo pela primeira vez, não era normal. No entanto, não tiveram outra escolha, já que precisavam buscar alguma ajuda para não ver seu povo penar nas mãos dos guardas do IBDF. Na época, o único indígena que havia viajado era o velho Honório. Foi a partir dessa viagem que recomeçou a luta pelo território Pataxó, dando assim continuidade à luta de Honório Borges. Para muitos não entrava na cabeça essa tal de demarcação, pois para eles a terra não tinha um dono, todos eram donos e podiam viver até o tempo que quisessem. E de repente chega alguém, falando que ali não podem mais plantar, caçar e morar. O processo de reocupação do território pataxó



não foi nada fácil, assim como viver sobre pressão também não era fácil.

Domingo Braz conta que Alfredo Braz sempre foi uma liderança e nunca desapontou sua comunidade. Que ele ajudou muito na luta pela demarcação. A coragem dele e de Luiz Capitão, de saírem sem dinheiro, é uma história que não podemos esquecer.

Através de sua coragem, Alfredo Braz, que já era filho de um grande líder, ganhou respeito do finado Epifânio, Luiz Capitão, Cassiano e da finada Dona Josefa. Essas eram as lideranças mais velhas da aldeia. Foi assim que começou sua lida como liderança da comunidade. Foi então que eles perceberam que Alfredo Braz precisava ser um líder do cacique ou vice cacique de Luiz Capitão, que neste momento era o cacique. Depois de tempos ficou sendo o vice-cacique de Tururim. Nessa época só os Ferreira, Braz e os Alves é que viviam de forma bem tradicional na Aldeia Barra Velha, ainda não demarcada.

Pois seu avô era um grande amigo meu e ele era um grande DIPLOMATA, pela sua habilidade de negociação nos diversos assuntos das nossas inúmeras reuniões, um sábio apaziguador de conflitos, e um homem de fala mansa, sempre com grande senso de humor. Ele era mestre nisso, conseguia nos momentos de discussões árduas sempre fazer alguma brincadeira e todos davam risadas e acalmava assim a discussão. Essa era uma grande estratégia diplomática que ele sempre usava de quebrar a perna da pessoa e calar a boca do outro com alguma brincadeira. Tururin e ele eram muito amigos, e Tururin nunca discordou de nenhuma palavra do finado Alfredo, sempre concordava com tudo que

ele falava. (Fala de Moacir Mello, ex-chefe de posto da FUNAI de Barra Velha, março de 2016).

Depois de muitas lutas e andanças durante toda a década de 70, a FUNAI mandou até Barra Velha um Chefe de Posto chamado Rogério. Ele passou a conhecer as necessidades da comunidade e a FUNAI começou a acompanhar todo processo junto ao governo.

Nessa época as coisas começaram a ter sentido, e o povo que era chamado de caboclo tinha sua identidade. Para fazer o estudo da área foi enviado uma equipe de antropólogo de Salvador que era conduzida pela Rosarinha que começaram a lutar com Alfredo Braz, Tururim e o chefe de posto, o Rogério. A Rosarinha também se interessou pela luta da terra, onde fez documento, relatório, carta e todo mundo foi para o campo tirar caco de panela e as marcas dos índios antigos e ela levou tudo para Salvador e depois ela voltou em 1979 (entrevista com Domingo Braz).

Com a luta da terra começou também a luta pela educação: o sonho da comunidade em ter uma escola na aldeia e também um posto de saúde para atender os 271 indígenas da Aldeia Barra Velha.

A perda de um grande líder e seu legado para o povo Pataxó

Depois de 35 anos do massacre do “Fogo de 51” muitas coisas mudaram. Algumas famílias começaram a voltar para Barra velha. Muitas crianças nasceram e já tinham muitos casamentos entre Ferreira, Braz e Alves. Já existia o Posto da FUNAI, sala de aula e atendimento à saúde. No entanto, as cicatrizes de um passado de tristeza estava

presente na fala dos mais velhos no dia-dia. Mas as viagens, o reconhecimento e luta pela demarcação do território ainda continuava um grande desejo, que já se tornava uma realidade. Seu Rufino Ferreira e Alfredo Braz, além de seus companheiros, sempre viajavam para Salvador, Governador Valadares e Porto Seguro, em busca da demarcação da terra. Com a luta das lideranças, os Pataxó começaram a ter mais respeito diante das autoridades e ganharam destaques nas mídias locais. Nessa época, Alfredo Braz continuava morando na roça, em um lugar mais afastado do centro da Aldeia Barra Velha. Alguns filhos já estavam casados. Nasceram seus primeiro netos. Como sempre, ele gostava de cuidar de suas plantações e criações, e desta forma preferiu morar afastado, onde cultivava o abacaxi, feijão, milho, mandioca, coco e melancia. Nessa época, a FUNAI deu um pequeno barco para que a comunidade pescasse e fosse vender seus produtos no centro de Porto Seguro. Muitas coisas boas estavam surgindo para a comunidade. No entanto, nunca pararam de sonhar com dias melhores. A paz tornava a reinar e muitos Pataxó mais velhos, que correram do “Fogo de 1951”, começaram a retornar. Algumas famílias não retornaram com medo de tudo acontecer novamente.

Em certa ocasião, os parentes da aldeia saíram para uma pesca. No alto mar uma tempestade os pegou. O pequeno barco e todos os que estavam a bordo desapareceram, ninguém nunca os encontrou. Esse dia ficou marcado na comunidade, deixando familiares com muita dor no coração: uma tragédia que deixou a comunidade de luto por vários anos. Isso ainda é lembrado por seus entes queridos.

Nessa época, o acesso à comunidade era muito difícil. Só era possível chegar a pé ou no lombo de um animal, pois as estradas existentes eram apenas de animais. Outra forma de chegar à comunidade era pela beira da praia, até Caraíva ou Corumbau, ou então pelo mar, através de barcos de Porto Seguro, Trancoso, Prado e Caravelas. Quando a FUNAI fez a sede na aldeia, era muito complicado levar medicamentos e alimentos para a comunidade. Desta forma fizeram um aeroporto de pequeno porte para atender e levar os funcionários que atendiam a comunidade.

Nas nossas histórias, houve muitos líderes guerreiros(as) que foram grandes heróis para nosso povo Pataxó. Pessoas que lutaram, que passaram grande parte de suas vidas dedicadas à luta da comunidade. Muitos desses heróis ficaram no anonimato. Outros se destacaram mais. Muitos desses líderes já morreram de velhice. Outros foram mortos em conflitos, assassinados por latifundiários. Nem toda história foi assim. Ela é triste, mas é uma realidade, e neste artigo procurei entender detalhadamente o que de fato aconteceu, o que ocasionou a morte de Alfredo Braz. Quem foi que o matou? Isso não importa, e não foi esse meu interesse. Mas escrever o quanto ele e outros foram importantes para a luta de resistência do povo pataxó. Depois de várias entrevistas, coletando informações, cheguei a uma conclusão que não poderei citar neste artigo alguns fatos sobre a morte de Alfredo Braz, pois essa ferida ainda mexe com os mais velhos, principalmente os familiares. Também nessas caminhadas ouvi muitos relatos do homem bom, alegre, batalhador, que nunca desejava mal a ninguém. Diante deste trabalho faço uma grande reflexão que nem todos os brancos,



indígenas e negros são bons, em todas as raças existem pessoas más e boas, pessoas que não se importam com o bem de seu próximo.

Alfredo Braz foi assassinado em 1984 em plena luz do dia, quando retornava do vilarejo do Corumbau, que fica a 6 km da aldeia, do outro lado rio, lugar onde sempre a comunidade ia vender peixe ou trocar alimentos. Nessa época, o seu filho Alfredinho Braz e seus companheiros estavam jogando futebol, em um antigo campo, que ficava as margens da lagoa, onde a comunidade tomava banho e lavava roupas. De repente ouviram um tiro que vinha da estrada que vai para o Corumbau. Logo alguém disse: “O seu Mané Periquito está caçando!”. Era rotina ouvir esses tiros. Minutos depois chegou um rapaz, trazendo a notícia que seu pai estava morto nas mangabeiras e murteiras próximas à estrada. De repente todos correram em direção ao local. Logo a notícia se espalhou. Com essa situação, uma grande revolta tomou conta de toda comunidade e uma grande dor tomou conta dos familiares, que não entenderam o porquê da barbaridade.

Devido essa grande revolta, seus irmãos Paulo, Domingos e João foram embora para uma aldeia em Minas Gerais, e nunca mais voltaram. Hoje, seus filhos e netos cresceram em outras aldeias e formaram novas aldeias para esquecerem esse passado de muita dor.

Na época do acontecimento, sua mãe estava viva e morava na Aldeia Barra Velha, com uma das suas irmãs caçula, Rosenia da Conceição Braz, que tinha 11 anos de idade. Hoje ela está com 59 anos de idade e mora na Aldeia Pé do Monte, vivendo da sua aposentadoria. Ela se casou aos 14

anos de idade com Valmir da Ressurreição Braz (conhecido como Sapica) e tiveram 10 filhos. No início moravam em Barra Velha. Depois mudaram-se para Campo Boi e Boca da Mata, e depois para a aldeia Pé do Monte. Hoje Rosenia já está com quase 20 netos. Os seus filhos são: Gildazio Braz, Maria Braz, Zeti Braz, Nareis Braz, Alexandre Braz, Marcelo Braz, Seris Braz, Coquimar Braz, Saiuri Braz e Indinar Braz.

Depois da morte de Alfredo, a família teve que sair do lugar. A mãe criou os filhos através das roças e morava no Ribeirão, que era terra dos Braz. “Nos Pataxó era feliz. Se Alfredo não tivesse sido liderança, estaria vivo”. (Domingo Braz).

Considerações finais

Diante de várias lutas, perdas e conquistas, estamos agora vivendo uma nova luta, que defino como “Luta da contemporaneidade indígena”, onde estamos nos organizando com estratégias políticas para garantir que indígenas assumam cargos nas gestões públicas, nas esferas municipal, estadual e federal, para que possam lutar pelos direitos das políticas públicas para as comunidades que também estão enfrentando novas realidades, tendo que se adaptar sem perder a identidade étnica.

Hoje enfrentamos novos desafios em nossas comunidades, como o surgimento de novas doenças devido à mudanças de alimentação ou o aumento das famílias indígenas faz com que as terras se tornem cada vez menores, tornando-se um grande caos social. Mas acredito que estamos muito melhor que antes. A cada ano são formados diversos indígenas nas universidades e isso é o resultado de muita

luta das lideranças. Devemos agradecer aos mais velhos que deram suas vidas por todos nós. Hoje vejo que nós, estudantes indígenas, temos que contribuir com a luta da nossa comunidade, é o mínimo que podemos fazer. E vejo que temos que virar a nossa história, reescrevendo e deixando registrada para a nova geração. Não podemos deixar nossa história morrer, temos que fazer parte dela e garantir que os nossos filhos continuem a sonhar com dias melhores.

Na garantia de passar essa história para meus filhos e toda a nova geração Pataxó, me dediquei em escrever a história do meu avô, que também faz parte da história de muitos que ainda precisam serem escritas. Dessa forma poderemos contribuir com a continuidade da nossa cultura. Não pretendo parar nesse trabalho, tenho muito a contribuir com o meu povo, assim como temos muitos que podem fazer parte dessa contribuição.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, Cornélio Vieira. "Barra Velha. O último refúgio". Londrina, 1985.

WIED-NEUWIED, M. Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar Mendonça e Flávio Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

BIOGRAFIA DE LUCIANA FERREIRA - DONA ZABELÊ PATAXÓ



Terra Indígena Comexatiba

Aldeia Tibá

Nascimento: 1932-2012

Povo indígena: Pataxó

Autora: Juliana do Rosário Santos Pataxó¹⁵

¹⁵ Indígena Pataxó da aldeia de Coroa Vermelha, Juliana Santos é bacharela em Direito pela UFBA e membro do MUPOIBA – Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia. E-mail juliana_pataxo@hotmail.com.

Zabelê: A luta pelo território para a afirmação cultural¹⁶

“Eu sinto muito orgulho de ser índia e lutar pelos nossos direitos”.

Luciana Ferreira, conhecida como Zabelê, cujo significado é pássaro de canto forte, é um dos pilares do povo Pataxó. Luciana hoje não vive mais entre os seus, encantou-se como se diz, mas resiste na memória e na história de seu povo. Filha de Emílio Vicente Ferreira e Salvina Maria da Conceição, nasceu na aldeia Pataxó de Barra Velha, em 10 de dezembro 1932, onde residiu toda a sua infância.

Saiu de sua aldeia natal em decorrência do massacre sofrido pelo povo Pataxó em 1951, conhecido por estes, como “Fogo de 51”¹, o que ocasionou a dispersão do povo para outros municípios vizinhos.

Nós morávamos em Barra Velha, perto do Monte Pascoal, quando os policiais chegaram e foram atirando em todo mundo, meus parentes morreram tudo. O meu pai morreu porque foi espancado. Meus irmãos morreram. Quando eu me alembro, eu sinto o que eu vi fazendo com meu pai. Meu pai foi pisado, pisaram em cima dele. Ele morreu disso. Minha mãe foi amarrada para ela mostrar onde estavam os outros índios. Os policiais tirou nós de lá e levaram a

16 Texto adaptado e revisado por Jurema Machado de A. Souza (UFRB), a partir de capítulos do trabalho de conclusão de curso intitulado “O Protagonismo da Mulher Indígena Pataxó na luta e defesa de direitos territoriais”, do Bacharelado em Direito da Universidade Federal da Bahia, 2017, de autoria de Juliana do Rosário Santos.

gente para Perigoso (Itamaraju). Lá deram comida para nós. Pegaram meu pai e levaram para Cachoeira do Mato. Meu irmão foi levado doente para Coroa Vermelha e lá eles morreram. Depois de muito tempo, meus parentes vieram aqui me buscar, mas eu estava casada, tinha meus filhos e pra lá eu não volto mais. Eu falei que não vou voltar. Eu vou ficar aqui. Eu não saio mais daqui. Aqui é o meu lugar, perto de meus parentes. (referindo-se à aldeia Tibá, em Cumuruxatiba).

O relato acima foi uma entrevista de Zabelê à pesquisadora Helania Veronez¹⁷, onde ela narra o sofrimento de seu povo no massacre de 1951, que a fez mudar de território e não voltar à sua aldeia de origem.

José Fragoso, filho de Zabelê, cacique da aldeia Tiba de Cumuruxatiba, conta que sua mãe foi uma grande guerreira e que sempre lutou pelos filhos. Ele ainda se surpreende com a força da sua mãe, pois o sofrimento que ela passou em vida, o que padeceu no “fogo de 51”, era para ter desistido da luta, contudo, ela perseverou e não negou sua cultura.

Após o massacre de 1951, parte da família Ferreira migrou para o município de Cumuruxatiba, que também é território tradicional dos Pataxó, onde residiu por vários anos, resistindo bravamente para manter sua cultura viva.

Zabelê orientava os seus filhos sobre os direitos que eles tinham e a importância da afirmação cultural, que para ela a cultura é

17 Helania Veronez pesquisou sobre a reconstrução da identidade Pataxó através das escolas das comunidades indígenas de Cumuruxatiba. Zabelê foi a grande interlocutora da pesquisa.



que mantém um povo vivo, a sua língua, seus cantos, contos e suas danças. Zabelê era uma mulher conhecedora dos direitos de seu povo, principalmente o direito à cultura. Direito este que é resguardado em nossa Carta Magna e no artigo 27 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)¹⁸.

Essa liderança ensinava a sua comunidade os seus direitos e a lutar por eles, além da bravura e valentia com que batalhou para a demarcação de seu território. Zabelê foi uma grande professora e defensora da cultura e das tradições Pataxó.

Zabelê foi uma mulher que manteve sempre dentro de si uma cultura viva, pois nossos(as) mais velhos(as) são considerados(as) um livro vivo, uma vez que são os(as) guardiões(ãs) das tradições Pataxó. São eles (as) que têm o papel de ensinar a cultura para os(as) mais novos(as). Zabelê foi uma das últimas anciãs a falar a língua de seu povo, contribuindo incisivamente para a memória do Patxohã (língua Pataxó)¹⁹, deixando

18 Art. 27. Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

19 No contexto de luta pela terra, fortalecimento cultural e consolidação da educação diferenciada, um grupo de pesquisadores pataxó da Aldeia Reserva da Jaqueira deu início, em final dos anos 1990, ao que chamaram “Projeto de pesquisa e documentação da cultura e língua pataxó”. Um processo de retomada da língua pataxó, hoje nomeada Patxohã, que priorizou a memória dos mais velhos, especialmente Zabelê. A pesquisadora pataxó, atual doutoranda no PPGAS/MN/UFRJ, Anari Braz Bonfim, estudou em sua dissertação de mestrado “as motivações

assim o seu legado na história do seu povo. Sua neta, Letícia Ferreira, narra com orgulho, todas as palavras da língua pataxó que aprendeu na infância com sua avó²⁰.

Essa mulher sempre reivindicou uma educação diferenciada, onde as crianças não aprendessem só português, matemática, geografia, os componentes curriculares dos não índios, mas que desde cedo aprendessem também a história de seu povo, onde seus anciãos pudessem estar em sala de aula ministrando conteúdo

para o uso e estudo do patxohã no presente, como iniciativa de construção de política linguística autônoma, de autoria Pataxó”, e reafirma o papel fundamental de Zabelê neste processo. Hoje o Patxohã é ensinado em todas as escolas indígenas pataxó, do ensino fundamental ao médio. Alguns professores de Patxohã não hesitam em afirmar, por exemplo, que eles são biligues. (Bonfim, Anari Braz. “Patxohã, “língua de guerreiro”: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó”. Dissertação de mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador, UFBA, 2012.

20 “Aí uns diz que essa língua, uma língua que eu sei umas, num é do Pataxó, é do Maxacali, mas eu sei as do Maxacali também, eu sei” (Zabelê). Permanece na memória pataxó um período “onde muitos velhos cortavam língua”, uma referência ao fato de que falavam uma língua indígena. Porém, com o passar do tempo a língua teria “adormecido”, só sendo reavivada após o retorno de um grupo de pataxós que estivera, entre o final dos anos 1930 e início de 194, entre os Maxacali. Zabelê foi a última a falecer entre os participantes dessa viagem, e por isso a ela é atribuído o conhecimento fundamental que desencadeou a revitalização da língua pataxó através do Patxohã. Zabelê afirmava que a língua pataxó não era a mesma maxacali, mas que, contudo, após a visita a estes índios maxacali, houve o “inteiramento” da língua, ou seja, a língua pataxó foi inteirada, juntada, acrescentada. (Bonfim, Anari Braz. “Patxohã, “língua de guerreiro”: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó”. Dissertação de mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador, UFBA, 2012.

sobre a cultura, como plantar e cuidar das florestas. Essa foi a luta de Zabelê, pois a educação imposta pelo Estado sempre foi um símbolo de dominação branca, desde a colonização do Brasil.

Historicamente, a educação imposta aos povos indígenas foi uma educação de dominação, com o objetivo de converter os (as) indígenas à religião cristã, numa perspectiva colonizadora. Zabelê nunca aceitou essa escola, sempre demandou por uma educação plural, onde se reconhecesse, valorizasse e respeitasse a cultura de seu povo.

José Fragoso lamenta que essa luta para trazer a escola para sua comunidade e ver na prática a educação diferenciada, sua mãe conseguiu alcançar, porém, seu outro objetivo, que era a demarcação de seu território, ela não conheceu²¹.

Maria Lúcia Ferreira, filha de Zabelê, relatou que muitas pessoas de sua cidade tinham preconceito com os índios, mas Zabelê não

21 Em 1999, enquanto lutavam e já aguardavam providências para regularização do seu território no município de Prado, os Pataxó foram surpreendidos com a criação do Parque Nacional do Descobrimento com área de 21.129 hectares, através do Decreto de 20 de abril de 1999. Em 2012, esse decreto é revogado e substituído por outro de 05 de junho de 2012, quando a área do parque é ampliada para 22.693 hectares. Criado sobrepondo-se a aldeias pataxó como Cahy, Pequi, Tibá e Algria Nova, após conclusão de relatório de identificação e delimitação da TI Comexatiba, publicado em 2015, cerca de trinta por cento da área do parque foi reconhecida como terra tradicional pataxó. Zabelê residia na aldeia Tibá, região da vila de Cumuruxatiba, local para onde sua família migrou após o “Fogo de 51”, e ajudava os filhos na resistência frente as impedimentos de uso fruto de sua terra tradicional. É sobre essa luta que José Fragoso lamenta sua mãe não ter alcançado vitória.

se intimidava e usava seus trajes tradicionais. “Às vezes eu chegava em casa e encontrava minha mãe pintada e com seu tupissay²². Ela nunca teve vergonha de quem era, ela se orgulhava de ser indígena, nunca se escondeu”.

A filha descreve o sentimento de pertença de Zabelê a sua identidade étnica e o orgulho de fazer parte do povo Pataxó. Ela ainda contou que foi Zabelê quem incentivou os(as) Pataxó de Cumuruxatiba a lutar pelo direito ao território e foi uma grande inspiração para a afirmação cultural.

O cacique da comunidade Pataxó de Tibá afirmou que Zabelê, apesar de estar morta, vive na memória do povo por tudo que fez e pela coragem que ela tinha. “Mesmo enfrentando dificuldades de saúde, ela viajava para representar seu povo, deixando como legado os seus ensinamentos sobre a cultura ritual e a língua Pataxó e luta pela demarcação do território”.

Zabelê é uma grande referência para o povo Pataxó no que diz respeito à luta, tanto pelo território, quanto pela educação. Trazer a escola para a sua comunidade foi além de uma conquista, foi também permanência em seu território. A entendimento semelhante chegou Vera Lucia da Silva.

A partir dessa reflexão, que julgo coletiva, entende-se que a Escola conquistada, assim como o seu funcionamento de acordo com os anseios da comunidade, vai muito além do atendimento a uma demanda por educação formal oferecida em ambiente escolar. Parece-me que a existência da Kijêtxawê relaciona-se estreitamente com a permanência do povo Pataxó em seu

22 Tupissay é como os(as) Pataxó denominam seus trajes tradicionais, que são feitos da casca da madeira conhecida como Ibiriba.



território ancestral retomado. (SILVA, 2014,p.50)

Vale salientar aqui que a escola está no território Pataxó de Cumuruxatiba e recebe o nome de Zabelê, em homenagem a ela. Esse reconhecimento resulta de sua luta para a permanência desse povo em sua terra e pelo direito à igualdade, bem como o respeito à diversidade.

A figura do pajé é muito importante nas comunidades indígenas, sendo este um ancião muito experiente. O pajé possui uma função de líder espiritual, possui o conhecimento dos rituais e tem o dom de manipulação de ervas medicinais. Também é o pajé um dos responsáveis por transmitir aos mais jovens os saberes tradicionais e as formas de fazer, viver e criar.

Segundo Veronez (2006, p.67), na comunidade pataxó de Tibá não existia a figura do pajé, sendo Zabelê conhecida como uma benzedeira.

Especificamente nessas comunidades não há a presença do líder religioso, chamado pelos Pataxó de pajé. No entanto, há a importante presença da benzedeira, que conhece as rezas e medicamentos extraídos da flora. Em Tibá, Zabelê é considerada a benzedeira da aldeia (Veronez, 2006, p. 67).

As benzedeiras no povo Pataxó conhecem as manipulações das ervas para curar as doenças, fazem rezas, banho de folhas, ou seja, cuidam de doentes através do que a natureza oferece.

De acordo com Silva (2014), Zabelê era uma anciã que tinha a aprovação dos Pataxó para contar a história de seu povo, era ela também uma protetora e educadora da cultura Pataxó. Desse modo, ela era

reconhecida pelo seu povo como uma liderança feminina.

Zabelê representou um marco de luta, persistência, pois possuía um grande conhecimento sobre a cultura Pataxó e era conhecedora da língua do seu povo. O povo Pataxó a terá sempre como uma grande uma líder, aquela, que além de orientar a mobilização para as retomadas de áreas tradicionais Pataxó afetadas por fazendas, plantações de eucalipto e parques ambientais, foi fundamental para encorajá-los na retomada da língua e autoestima do povo Pataxó. Zabelê costumava questionar afirmações de que a língua Pataxó estava morta. Como poderia estar se ela mesma a ensinava para seus filhos e netos?

Referências bibliográficas

SILVA, V. L. In: _____. Leitura e interculturalidade em uma escola Pataxó no Prado – BA. 132 f. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade). Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1211737_2014_completo.pdf>. Acessado em: 18 mar. 2017.

VERONEZ, H. T. P. As escolas indígenas das aldeias de Cumuruxatiba (BA) e a reconstrução da identidade cultural Pataxó. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação). São Paulo, 2006. Disponível em:<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/as_escolas_indigenas_das_aldeias_de_cumuruxatiba_ba_e_a_reconstrucao_da_identidade_cultural_pataxo.pdf>. Acessado em: 18 mar. 2017.

BIOGRAFIA MARIA D'AJUDA ALVES DA CONCEIÇÃO - PAJÉ JAÇANÃ



Terra Indígena Aldeia Velha

Aldeia Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autora: Aline Pataxó

Anciã

Idade: 73 anos (1942)

Nascida em Barra Velha (Registrada em Vale Verde)

Viúva, mãe 9 filhos (4 vivos), 12 netos 3 bisnetos.

A senhora Maria D'ajuda, mais conhecida como "Pajé Jaçanã", participou diretamente da retomada das terras indígenas. Dona Jaçanã, em sua entrevista, relata alguns fatos marcantes das dificuldades que sofreram naquela época da retomada do território indígena Aldeia Velha. Quando ficaram na parte baixa da aldeia, "havia muito mosquito, se via doido com tanto mosquito, falta de água, bebendo a água dos animais que bebia naquelas poças".

Durante todo esse período de retomada da terra, os primeiros moradores sofreram bastante para chegarem onde estão hoje. Porém, segundo a Pajé Jaçanã, muitas pessoas mais novas na aldeia desconhecem ou até mesmo não valorizam essas lutas enfrentadas pelas primeiras famílias.

A pajé Jaçanã afirma ter sido escolhida pela comunidade para exercer a função de Pajé, devido a sua sabedoria em fazer partos, grande força espiritual e conhecimentos com ervas medicinais para o tratamento de doenças.

Dona D'ajuda fez o seu primeiro parto aos vinte anos, "foi Cosme de cumadre Marinalva, ele é meu neto de pegação". A pajé afirma ter feito o parto na mata, em um lugar perto da Braolândia, local onde ela residiu por algum tempo, antes de vir morar na aldeia. Dona D'ajuda relata ter

aprendido esse ofício observando as práticas da parteira que fez o seu próprio parto.

A partir daí Dona D'ajuda realizou partos em vários outros lugares, como na cidade de Eunápolis, Porto Seguro e Arraial D' Ajuda, inclusive na Aldeia Velha. Menciona alguns casos que marcaram sua trajetória de vida, como parteira, "já fiz parto, onde nasceu um sapo, que era do tamanho de uma criança. Aqui no Arraial D'ajuda eu peguei também um baby, aquele boneco que aparecia de primeiro na televisão. Todo grossinho o bracinho, mas nasceu morto." Em seu relato, o parto que achou mais arriscado ocorreu em sua própria aldeia; a mulher ganhou o filho com a placenta agarrada no útero, em sua opinião "não teve nenhum parto tão perigoso como esse".

Em relação ao parto, dona D'ajuda explica que as mulheres vão para os hospitais para terem os bebês, e lá não recebem os devidos cuidados, "porque muitas vezes a criança está em uma posição, e pouca hora, pode dar um desvio, é aí aonde muitas morrem". Os profissionais na área não ficam ali com elas, acompanhando todo o processo para ganhar o neném. E, em casa, a parteira tem todo o cuidado, fica acompanhando a paciente, até o momento final do parto, "não pode sair e deixar a mulher sentindo dor". Têm que ter bastante conhecimentos com ervas, para ser feito os banhos que precisam, para alívio de dores durante e após o parto.

Maria D'ajuda relata com detalhes o que faz uma pajé em sua comunidade, "viver aconselhando, orando as pessoas, fazer e ensinar remédios" e que, muitas vezes, as pessoas acham que ela poderia ser mais do que o cacique. Porém, dona Jaçanã afirma



que, acima de tudo, respeita o cacique e não quer ser melhor que ninguém, “ele que desenrole com o rolo dele e eu desenrolo com o meu”.

Maria D’ajuda foi casada por 30 anos com o senhor Benedito Cancela da Conceição, com quem teve seus nove filhos. No entanto, infelizmente o seu esposo faleceu devido a uma úlcera aos 50 anos de idade. Dona D’ajuda afirma que, durante o período da primeira tentativa de retomada, o seu esposo esteve presente, contribuindo com sua ajuda. Porém, após cinco anos, teve a segunda retomada no qual o senhor Benedito já havia falecido. Mesmo com a perda do seu companheiro, a luta continuava e o desejo de conquistar a terra era o objetivo principal. Na entrevista afirma que antes de morar na Aldeia Velha, residia no Projeto Vale Verde –Distrito de Porto Seguro.

Em seus relatos, Maria D’ajuda, emocionada, relata um acontecimento que marcou a sua vida para sempre, a lamentável perda de seus cinco filhos. A Pajé Jaçanã detalha como ocorreu as mortes; dois morreram de morte súbita, “a menina tinha 1 ano e 6 meses, quando morreu de tosse coqueluche e o menino com ataque de verme”. Após a perda dos dois filhos, dona D’ajuda afirma ter tido um sonho antes da morte de seus três filhos, “eu passava pelo campo sem fim que estava pegando fogo, e não me queimava”. Ao acordar, a Pajé relatou para o seu esposo o sonho que teve. Com uma semana depois, ela teve outro sonho que parecia a continuidade do anterior, “chegou uma mulher, que eu nunca havia visto antes e me falou que minha cabana, que era de palha, estava queimando e meus filhos

estavam mortos, corre, e ao chegar lá, eles estavam brincando no quintal”.

No entanto, alguns dias depois da visão que havia tido, lamentavelmente o fato ocorreu literalmente idêntico ao sonho. Logo após presenciar o ocorrido, dona D’ajuda menciona ter desmaiado, em meio ao desespero de não poder fazer nada para salvar seus filhos, pois ao chegar no local, já estavam todos mortos. Mesmo com o passar do tempo, a Pajé afirma ter tristes lembranças do que aconteceu com seus três filhos, “quanto mais o tempo passa, mais meus pensamentos ficam fracos, isso me abala até hoje, são feridas que nunca irão cicatrizar”.

Jaçanã declara se sentir bem exercendo a função de pajé, e que têm o total respeito de todos da comunidade. Apesar de ter apenas 12 netos (no momento), as crianças que ela fez o parto, todas a consideram como “Vó D’ajuda” e tem um enorme carinho e respeito pela anciã.

Na entrevista, a anciã relata ter viajado para vários lugares, até mesmo, fora do estado da Bahia, dando palestras e transmitindo os seus conhecimentos tradicionais. Ela cita alguns lugares que recordou, “fui pra São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outros lugares, que no momento não me lembro”; foi convidada, em 2015, para palestrar em um seminário que foi realizado na Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais. A Pajé menciona que também foi convidada para um evento que aconteceria fora do país, em Portugal. No entanto, devido a sua saúde estar debilitada, ficou impossibilitada de ir ao evento. Mas, apesar de não ter ido, dona D’ajuda afirma ter ficado muito feliz pelo

convite e o reconhecimento que tiveram com ela.

Apesar de todo o sofrimento que passou no passado, a pajé Jaçanã declara que hoje vive bem, “tenho um lugar tranquilo para morar e moro perto dos meus filhos, neto e bisnetos”. Dona Jaçanã menciona que, no decorrer do tempo, teve algumas melhorias, durante sua trajetória de vida. Segundo Jaçanã, hoje reside em uma casa melhor, “pois antes, morava em casa de palha, lona e taipa”. A anciã afirma que, devido a aldeia ser próxima da cidade e ter um fácil acesso para as necessidades que precisam, como a compra de mantimento, atendimento médico e outros. As mudanças foram contínuas em todos os aspectos. A comunidade está mais tranquila, referente a conflitos entre indígenas/fazendeiro e isso a deixa feliz. Dona Jaçanã declara que, “primeiramente agradece a Deus e ao

cacique Ipê, pois se hoje estamos aqui, foi por causa dele” e “pela coragem dele e dos primeiros moradores”.

A história de vida da anciã Maria D'ajuda, nos deixa uma grande mensagem de superação, determinação e de uma mulher guerreira. Apesar de ter perdido o seu companheiro e os seus filhos tragicamente, teve força de vontade e determinação para criar sozinha, os seus quatro filhos, que estavam ainda pequenos. Em sua comunidade, Dona Jaçanã é uma referência, pois além de ser a Pajé, é parteira e tem bastante conhecimento com ervas medicinais, no tratamento de diversas doenças. A mesma é procurada por muitas pessoas, para fazerem tratamento natural com ervas medicinais. A pajé Jaçanã relata que é gratificante o reconhecimento que as pessoas têm com o trabalho que ela desenvolve na comunidade.

BIOGRAFIA DE MARIA ROSA JESUS DOS SANTOS - DONA NAIR



Terra Indígena Aldeia Velha

Aldeia Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autora: Aline Pataxó

Anciã

Idade: 63 anos (1951)

Nascida em Guaratinga – Bahia

Viúva, mãe de 17 filhos (6 vivos), 16 netos e 5 bisnetos.

A senhora Maria Rosa, mais conhecida como Dona Nair, participou diretamente da retomada de Aldeia Velha. Dona Nair trabalha como artesã na fabricação de esteiras, vassouras, abajur e outros tipos de artesanatos e também com a agricultura na plantação de feijão, mandioca, cana de açúcar e demais plantios.

Em sua entrevista relata que, mesmo antes de ser chamada pelo cacique Ipê (na época), já era moradora da área há 18 anos. Em seus relatos, dona Nair explica que antes de morar na aldeia, residia em um lugar chamado Braolândia (Rio da Barra), que fica próximo ao distrito de Trancoso, município de Porto Seguro. Na época, eram apenas ela, seu esposo e sua primeira filha, que se chama Terezinha. Nesse local, Dona Nair trabalhava junto com seu esposo na agricultura. Quando veio morar na parte baixa da aldeia, que ainda era denominada de fazenda Santo Amaro, ressalta que havia “um mês e pouco” que a indígena Diomerinda mais conhecida por “Dona Dió” estava residindo no local. Viviam apenas duas famílias na parte baixa, a de dona Nair e dona Dió. Nair afirma que “sua família trabalhava com agricultura e a outra na fabricação de tijolos e esteira”. A vida de dona Nair era “cansada”, quando morou na parte baixa da aldeia, antes da retomada. Ela se ocupou na luta pela criação de seus filhos, trabalhou “fazendo carvão, fazendo dendê, no mangue e no marisco” e o pouco de estudo que deu para os seus filhos foi através desses meios de trabalhos. Porém, neste mesmo período, o fazendeiro expulsou sua família da terra, “ficando apenas Dona Dió e seu filho Damião”.

Nair relata ter ido para a cidade de Itabela. Devido eles não terem se acostumado com o lugar, voltaram para o Arraial D’ Ajuda novamente e ficaram morando no bairro São Pedro. Com o passar do tempo, ela e sua família foram convidados pelo cacique Ipê para participarem da retomada de Aldeia Velha. Dona Maria Rosa informa que eles, junto com outras famílias indígenas não aldeadas, na primeira tentativa, entraram a primeira vez pela reserva, ficaram um período e foram expulsos da terra, pois o fazendeiro entrou com uma liminar para a retirada dos indígenas. Maria Rosa relata com detalhes o que aconteceu. No dia chegou um oficial de justiça e policiais na entrada da reserva, justamente no momento em que Ipê ia saindo do local, os policiais o abordaram e entraram na reserva para retirar os indígenas. Utilizaram de agressividade, vieram atirando para cima, derrubando as casas improvisadas e as panelas com comidas. Não respeitaram os mais velhos e nem as crianças.

Cerca de cinco anos depois da primeira tentativa, reuniram-se novamente, porém, com mais famílias. Na segunda vez, entraram pela parte baixa da aldeia, ficaram durante alguns meses. Após esse período, todos que estavam envolvidos se deslocaram para a reserva da aldeia, conservada hoje como área de preservação ambiental. Ficaram aproximadamente 1 ano e 6 meses no local e, então, tomaram a decisão de retomar a sede da aldeia, que na época estava na posse do fazendeiro, denominada Fazenda Santo Amaro. Assim, as lutas foram contínuas para conquista da terra.

Efetivaram a retomada da sede. Depois desse episódio, o fazendeiro não conseguiu mais retirar os indígenas da terra, pois ficou comprovado que o lugar em questão, realmente é denominado como Terra Indígena. O fazendeiro entrou com várias ações para reintegração de posse, mas todas foram negativadas pelo juiz. O



território foi demarcado e nomeado como Aldeia Indígena Pataxó Aldeia Velha.

Dona Nair ressalta que sua mãe confeccionava esteira, porém não aprendeu com ela “por que era pequena”. Dona Nair afirma que aprendeu a fazer o artesanato de “cipó e tabu” por ela mesma, quando veio morar na aldeia. Fazia da seguinte forma, entrava nas matas da aldeia, recolhia o cipó e começava a criar esses materiais e não teve ajuda de ninguém para ensiná-la.

No seu trabalho, faz vários tipos de artesanatos. Porém, existem algumas dificuldades para obter a matéria prima, por isso que hoje não realiza com frequência essas atividades. Para tirar o tabu, por exemplo, tem todo um processo de preparação. Com detalhes, ela explica desde a retirada do material ao resultado de seu trabalho como artesã.

Devido a ter todo esse cuidado no processo de preparação dos materiais, é difícil encontrar pessoas que saibam e queiram se envolver nessa atividade, considerada trabalhosa. Dona Nair ressalta que na sua idade encontra certa dificuldade na extração do tabu. Embora exista essa dificuldade derivada das limitações da idade, conta com a ajuda dos filhos.

Em se tratando de esteira, ela é uma referência na aldeia. Apesar de alguns saberem confeccionar na aldeia, as pessoas sempre a procuram para comprar o artesanato, tanto de dentro como de fora da comunidade.

Maria Rosa foi casada há mais de 40 anos, com o senhor Gilbergue Santos Andrade, mais conhecido por “Seu Bergue”. O seu esposo a ajudava bastante, os dois eram muito unidos, sempre trabalharam juntos na roça e com o artesanato. Não se recorda ao certo em que ano veio morar na aldeia, lembra que sua filha mais velha, Terezinha, tinha apenas “1 ano” e que hoje ela está com 43 anos.

Manteve um relacionamento duradouro com o Seu Bergue e tiveram 17 filhos, porém, vivos são 6 (três homens e três mulheres), 16 netos e 5 bisnetos. A única que não nasceu na aldeia foi a filha mais velha, os demais “nasceram e foram criados no interior dessa aldeia”. E os demais que faleceram são o resultado do sofrimento que passaram na parte baixa da aldeia, já que não havia uma alimentação adequada, moradia precária, assistência médica e demais estruturas.

Em seu relato, Dona Nair relembra, com emoção, a perda dos seus onze filhos, pois é uma grande perda. Naquela época, o índice de mortalidade era enorme, devido vários aspectos negativos que as famílias vivenciavam em seus cotidianos, principalmente as rurais, por não terem assistências devidas no momento de necessidade.

Dona Nair detalha como ocorreu o falecimento das crianças que estavam na faixa etária entre 3 a 9 anos de idade, e que um nasceu com deficiência física, “nem sentava, não andava e nem tinha espinhaço”. Ele faleceu aos nove anos. Teve duas barrigas de gêmeos e recorda que duas morreram aos 5 anos. “Quando eu ia levar um para o hospital, os outros ficavam doentes; quando eu voltava já tinha outro morrendo.”

O sofrimento de Dona Nair foi grande nessa época. Em suas gestações, não fazia pré-natal e nunca ganhou filho no hospital, todos através de parteiras. Nem ela e as crianças não tomavam vacinas e não utilizava nenhum método anticoncepcional para evitar gravidez, por não ter dinheiro suficiente para comprar os medicamentos de prevenção. Segundo Maria Rosa, ela engravidava quase todo ano. No entanto, com o passar dos anos, devido à idade ter avançado, não teve mais filhos. Dona Nair menciona que “saía a noite com o candeeiro (lâmparina feita de lata, movida por querosene), colocando armadilha para

pegar os peixinhos, vendia para o sustento dos meus filhos” para comprar mantimentos para casa.

Seu esposo faleceu recentemente, em agosto de 2014. Com emoção, dona Nair, declara que esse foi um dos momentos mais difíceis da sua vida, pois perdeu um companheiro que conviveu boa parte de sua vida ao lado dele, mas afirma que “Deus que quis assim, tenho que aceitar”.

Dona Nair relata que o lugar mais longe que ela percorreu foi na Bahia mesmo, bem próximo, na cidade de Ilhéus, por motivo de saúde, quando teve que levar sua filha para ser internada as pressas e que, logo após a viagem, a mesma faleceu, pois estava bastante debilitada e não resistiu.

No entanto, mesmo em meio a tantas dificuldades que passaram, dona Nair e seu esposo nunca se deixaram abater, lutaram bastante para criar seus filhos, com honestidade e dignidade. Passaram por todo esse processo de lutas. Dona Nair afirma: “Nunca dei um duro pra ninguém, mesmo depois de véia, os meus filhos nunca viu eu trabalhando pros outros. Nunca dependi de prefeitura, de prefeito,

sempre me mantive com o suor do meu rosto e criei meus filhos assim, na luta mais eu”.

Na entrevista, dona Nair relata que, apesar de ter passado por todas essas lutas, sofrimentos e perdas de pessoas que amava, “esposo e filhos”, ela olha para trás, e vê que hoje tem melhores condições de vida e que antes não tinha. Dona Nair afirma: “Tenho uma casa digna e um lugar tranquilo para viver”, onde conseguiu, junto com seu esposo, criar seus filhos e nunca precisou abandoná-los e todos continuam morando na aldeia, perto dela.

Em toda sua trajetória de vida, Dona Nair demonstra para todos que é um exemplo de mulher guerreira e determinada e que, apesar de tudo que já passou, sempre se manteve firme em seu objetivo principal, criar os seus filhos e dar uma boa educação “para serem homens e mulheres de bem”. Em sua comunidade as pessoas têm um grande respeito e admiração pela anciã. Talvez um dos motivos para justificar essa admiração seja exatamente a coragem para enfrentar as dificuldades e a crença de que precisava exercer o papel de mãe e de líder na família.

BIOGRAFIA DE ESMERALDA BRAZ DOS SANTOS - DONA MERA



Terra Indígena Aldeia Velha

Aldeia Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autora: Aline Pataxó

Anciã

Idade: 62 anos (1952)

Nascida em Camacan – Bahia

Casada, mãe de 10 filhos (7 vivos), 28 netos e 4 bisnetos.

A senhora Esmeralda, mais conhecida como Dona Mera, participou diretamente da primeira retomada das terras indígenas e, desde então, é moradora da comunidade de Aldeia Velha. Casada há mais de 40 anos com o Senhor Julito Costa Nascimento, os dois constituíram uma grande família, tiveram dez filhos. Três faleceram. Segundo dona Esmeralda, “eram dois meninos e uma menina, morreram crianças”. A menina faleceu com 5 anos de derrame, um dos meninos estava recém-nascido, de mal de sete dias e o outro aos 2 anos. Apesar das perdas, dona Mera e seu esposo superaram juntos, e atualmente são avós de vinte oito netos e bisavós de quatro bisnetos. A anciã declara ser um motivo de muita alegria, pois sua família cresceu, mesmo em meio a dor e sofrimento de ter perdido alguns dos seus filhos.

Em sua entrevista, Dona Mera relata com detalhes o que ocorreu durante à retomada da Aldeia Velha. Primeiramente, foi convidada pelo cacique Ipê na época, para participar da retomada da terra. A partir daí as lutas estavam apenas começando. Reuniram-se então, todas as famílias envolvidas, conseguiram entrar na área, através do Rio Buranhém que fica na divisa com a parte baixa da aldeia. Os indígenas buscaram o apoio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), Polícia Federal, antropólogos e os demais órgãos que apoiavam na época a questão indígena. As

famílias permaneceram alguns meses nesta parte da aldeia, que ainda era denominada como “Fazenda Santo Amaro”. Depois, se deslocaram mais adentro e foram para o local onde hoje é denominado como “Reserva de Preservação Ambiental”.

Na época em que estavam na reserva, eram poucas famílias que conviviam no local. Viviam em harmonia uns para com os outros; todos unidos em um só propósito que era a demarcação da terra. Na entrevista, Dona Mera ainda cita os nomes de algumas mulheres que também participaram da retomada, dentre elas, estavam “Nair, Cotinha, dona Maria Nobre, dona Francisca”. Porém, havia mais mulheres, “onde viviam todos juntos, em uma só união”.

Dona Esmeralda enfatiza ter passado por muitas dificuldades em sua infância, dentre elas, a moradia: “fui uma criança criada no tempo, não tinha casa”. Sua moradia era dentro da mata, onde vivia com sua família. Tinham medo da convivência com os não indígenas. A alimentação não era como hoje em dia, “não tomava café de manhã cedo, nem almoçava meio dia”, se alimentavam apenas de frutas, chamadas jatobá e oiti. Nessa época, utilizavam as “folhas ou cuinhas (artesanato de cabaça)”, como pratos para sua alimentação. Esmeralda afirma ter sido criada na relva e que, com o passar do tempo, o seu pai fez uma choupana, que ela explica ser uma casa aberta, feita de pau, onde dormiam em cima, faziam como se fosse uma cama, chamado “sote” e não havia cobertura, era no sereno.

Dona Mera é uma anciã que tem grandes conhecimentos de ervas medicinais para o tratamento de doenças. Os conhecimentos



da anciã foram adquiridos desde a sua infância. Dona Mera afirma ter aprendido com sua mãe, que dominava esses saberes e foram passados de geração a geração. Dona Esmeralda ressalta a importância que as crianças de antigamente davam aos conhecimentos dos mais velhos, principalmente referentes à medicina tradicional. Quando sua mãe falava “que tal erva era boa pra tal doença, ali ela guardava na mente” e foi assim que se deu o conhecimento adquirido. Aprendeu a “fazer garrafada”, que é um remédio feito com várias ervas medicinais, dentro de uma garrafa. Produz-se um xarope para vários tipos de doenças crônicas e respiratórias “bronquites, tosses”. Na opinião de dona Esmeralda, a doença que é mais difícil de ser curada é o câncer, mas se for tratado no início, pode ser combatido, com o uso do “cansação branco” fazendo o tratamento regular com ervas.

Dona Esmeralda relata, com tristeza, o fato de, na aldeia, as pessoas não terem os conhecimentos das ervas para serem utilizadas como remédio natural e acabam cortando essas plantas junto com outros matos por não saberem distinguir a diferença entre as ervas medicinais e as plantas comuns. Enfatiza que em cada quintal da aldeia há uma rica diversidade de ervas, que deve ser preservada. Em detalhes, cita algumas, “Maria Preta, cansação branco, embaúba, papaconha” que podem

ser usados no tratamento de doenças crônicas e demais doenças.

Dona Mera declara ter viajado poucas vezes, para longe, mas lembra de ter feito uma viagem para Belo Horizonte para participar de um evento “encontro das aldeias, ficamos quase quinze dias”. Ela e alguns indígenas foram representar Aldeia Velha. Apesar de ter viajado pouco, devido à idade de estar avançada, a anciã declara que, sempre participou dos movimentos culturais, em busca de melhorias para sua aldeia.

Em entrevista, a anciã menciona que hoje vive melhor em sua comunidade, “pois para estar do jeito que a aldeia está hoje, foi muita luta”. Dona Mera ressalta que, antes de vir morar na aldeia, ela “vivia em um lugar acidentado (declinado)”, e depois que vieram para a aldeia, melhorou bastante a situação. Além do mais, tem fácil acesso ao Distrito, para as suas necessidades, “por ser próximo da aldeia, e isso ajuda bastante, para nós indígenas”, afirma Dona Esmeralda.

Na sua aldeia a Dona Mera é procurada até mesmo pelos não indígenas, devido a sua sabedoria em fazer “garrafadas” para tratamentos de doenças. Além de ter a Pajé Jaçanã como referência relacionada a esse assunto, a Dona Mera também é bastante conhecida pelos seus conhecimentos medicinais.

BIOGRAFIA DE MARIALVA DIAS DOS SANTOS - PARIRI MAYNÁ



Terra Indígena Aldeia Velha

Aldeia Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autora: Aline Pataxó

Liderança e professora

Idade: 47 anos (1967)

Nascida em Ipiaú – Bahia

Casada, mãe de 2 filhos.

A professora Marialva, nome indígena “Pariri Mayná”, é formada em Pedagogia, tem duas pós-graduações (Psicopedagogia Clínica e Institucional/ Língua e Literatura Brasileira) e atualmente está cursando a Licenciatura Indígena, na área de Ciências Humanas e Sociais, no Instituto Federal da Bahia (IFBA). É casada há 20 anos com José Roberto dos Santos e o casal tem dois filhos.

A professora Pariri Mayná detalha como iniciou o processo de educação escolar na Aldeia Velha e relata que tudo começou na reserva da aldeia, onde moravam os primeiros moradores. Mayná não vivenciou todos os acontecimentos do período da reserva, porém o cacique Ipê, na época, lhe informou que a educação indígena iniciou em 1998, com um grupo de alunos que estudava na cabana e que funcionava como escola, mas não tinha ainda um professor contratado pela Secretária de Educação do Município. No entanto, em 1999, os indígenas, com muita luta, conseguiram a contratação da primeira professora não indígena, que se chamava Alzenir Martins.

Marialva ingressou na carreira de professora no ano de 1990, na cidade de Itabuna-BA, onde residia antes da sua vinda para a aldeia. Relata ter vindo a primeira vez na aldeia no dia 28 de dezembro 2000, devido os familiares do seu esposo morarem na aldeia desde a retomada da Aldeia Velha. Foram convidados pelo

cacique Ipê (na época), ela e Roberto (seu esposo), para uma reunião na casa do cacique.

Na conversa que tiveram, “Ipê disse que estava precisando de dois professores” e eles aceitaram a proposta. Após o acordo que fizeram com o cacique, eles vieram morar definitivamente na aldeia em 2001. Neste mesmo ano, teve início as aulas na casa de Ipê com a professora Marialva e o Roberto, mas, devido ao número de alunos que só aumentava, tiveram que deslocar as atividades para a farinheira (local onde fazia farinha) por um período de seis meses.

Durante o período que permaneceram na farinheira, tiveram bastante dificuldade, por ser utilizado como sala de aula e, ao mesmo tempo, como local que produzia farinha. A professora relata que não havia nenhuma divisória entre o espaço onde os alunos utilizavam como sala de aula e onde ficavam as máquinas: “o barulho incomodava muito, nossos cabelos ficavam todos brancos de farinha e os alunos brincavam dizendo que estávamos ficando velhos”. Com esses problemas, voltaram para a casa do cacique. Porém, antes de terminar o ano, retornaram novamente para a farinheira já que a casa não comportava os alunos.

Marialva afirma ter atuado em sala, no período diurno e Roberto (esposo) com a turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. Atuou sozinha no turno diurno por um período de dois anos (2001/2002), com uma turma multisseriada, de 1ª a 4ª série. Ao final do ano de 2002, a professora Maria Aparecida, mais conhecida como Parú, entrou para ajudá-la. Por não ter uma parede para dividir a “sala improvisada” das máquinas de fazer farinha,



reuniram-se, então, o cacique, as lideranças e professoras. Fizeram uma divisória com bambus: de um lado ficava a professora Marialva com os alunos de 1ª e 2ª série e do outro, Maria Aparecida com 3ª e 4ª série.

Havia claramente um sofrimento dos alunos ao terem que estudar no espaço da farinha, “pois o resíduo da mandioca fedia e o cheiro era muito forte”, acabava prejudicando a saúde das pessoas que estavam ali naquele local. Segundo Marialva, houve várias reuniões, entre lideranças da aldeia, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Prefeitura Municipal de Porto Seguro para tentar resolver a situação. Os dois órgãos estabeleceram uma parceria e construíram “uma sala, com dois banheiros” e os alunos se deslocaram para a escola nova, no final de 2004.

Na entrevista, a professora ressalta a importância de terem criado, em 2005, a unidade executora da escola, que era uma das chaves para o desenvolvimento da escola, onde teve a ajuda da Soraia Perelo, que, na época, trabalhava na Secretária de Educação. A partir desse momento, Marialva e as lideranças começaram a buscar recursos, participando de várias reuniões em busca da melhoria e desenvolvimento da Educação Escolar Indígena de Aldeia Velha. Segundo Marialva, em 2005, houve uma reunião em Salvador e conseguiram uma reforma para a escola.

Neste mesmo ano (2005), com a prefeitura local, ganharam a ampliação. A execução dessas duas demandas ocorreu no ano seguinte (2006) e, após a ampliação, ficaram “duas salas, dois banheiros, uma área (espaço aberto) e uma mini-secretária”.

A professora menciona ter participado de algumas reuniões em Coroa Vermelha – BA, para tratarem de assuntos referentes à educação escolar indígena nas aldeias. Durante essas reuniões, o indígena Jerry Matalawê passou para ela algumas palavras em Patxôhã que estava trabalhando no dicionário, para serem transmitidas e ensinadas em sala de aula e na comunidade e, assim, pudessem fortalecer a cultura dentro de Aldeia Velha. Devido estarem no início de todo o processo de fortalecimento e afirmação cultural, precisavam revitalizar a parte cultural na escola e comunidade, para terem o reconhecimento de todos fora da aldeia.

Segundo Pariri Mayná, “a luta foi muito grande, referente a cultura, artesanato, pintura” por não terem pessoas que faziam os artesanatos com tanta perfeição, como há atualmente. Alguns confeccionavam apenas materiais simples. No entanto, a partir desses movimentos de fortalecimento cultural, buscando melhorias para a aldeia, Marialva relata que a “educação dentro da aldeia foi desenvolvendo a cada dia”. A parceria entre escola, lideranças e comunidade, teve um bom progresso. Dentre esses avanços, Mayná ressalta que tiveram o aumento do número de professores e “que a primeira professora de cultura foi Lucinei Nobre de Souza, mais conhecida por Nei”. A professora relata que durante todo esse processo, a luta não foi fácil. Porém, os indígenas se mostravam entusiasmados e interessados em fortalecer a cultura dentro da comunidade. Na entrevista, Pariri Mayná cita os nomes de algumas pessoas que recordou que começaram a fazer na época “cocar simples” (ornamento que os indígenas usam na cabeça), “minha sogra (Dona Vilma),

meu sogro (Meira), eu (Marialva), Antonildo, Rodrigo”, a partir daí, tiveram muitos avanços. Mayná menciona que “hoje temos traços maravilhosos, e pessoas que fazem lindos artesanatos na comunidade”, pois a sementinha que foi plantada no passado está surtindo resultados no presente. Marialva declara, com orgulho, o fato de ter participado diretamente da evolução e transformações que a sua comunidade passou no decorrer do tempo.

No início, Marialva achava que seria apenas uma professora dentro da sua aldeia. Porém, percebeu que não funcionava dessa forma, “seria de tudo um pouco”. Além de mãe e professora, seria liderança, representante, ajudando na cultura/artesanato e demais atividades praticadas na aldeia. Logo, passou a ser representante das Mulheres, mas, no início, não sabia como agir. Começou a participar de várias reuniões, a primeira foi em Coroa Vermelha e depois em Salvador, ao chegar lá, foi informada que seria representante das mulheres de Aldeia Velha, depois passou a ser Dona Vilma Beatriz dos Santos (sua sogra). Após ser representante das mulheres, foi convidada para participar do Fórum de Educação Escolar Indígena, onde tiveram vários debates sobre a Educação Escolar Indígena Diferenciada e, em um desses debates, discutiu-se a necessidade de terem professores indígenas com nível superior nas escolas indígenas. Segundo Mayná, “foi a partir daí que iniciou a luta para montar o LINCEEI (Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – UNEB) e a LINTER (Licenciatura Intercultural – IFBA)”. Marialva relata que a primeira turma a iniciar foi a do LINCEEI (2006), fez a prova mais não foi aprovada. No entanto, não desistiu. Quando formaram

a segunda turma, a LINTER (2010), realizou a prova e conseguiu ser aprovada.

Em sua entrevista, Marialva relata como passou a ser responsável pela escola de Aldeia Velha. No começo, a escola não tinha nem direção e nem coordenação. Para poder funcionar como escola, passou a ser o núcleo do colégio do Arraial D’ ajuda e a luta foi grande para chegar até uma escola maior. A professora menciona que Sandra Caire era responsável pelas escolas indígenas no município de Porto Seguro. Devido ao aumento de alunos, Sandra convocou Mayná para ser responsável pela escola de Aldeia Velha. Além de professora, deveria fazer as matrículas, transferências e demais documentações dos alunos. Depois de algum tempo, a escola se desenvolveu bastante, não estavam mais na farinheira e já haviam se deslocado para a primeira escola construída pela parceria entre prefeitura e FUNAI, após a ampliação do número de alunos.

Em 2009, foi construída uma nova escola, com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, com mais salas, banheiros, secretária, refeitório, e espaços amplos, para um melhor funcionamento da instituição. Marialva declara que, a partir daí, houve a necessidade de ter uma direção escolar, reuniram-se, então, cacique, lideranças e a comunidade, onde fizeram uma eleição para diretor(a), e devido Marialva estar à frente dos assuntos da escola, resolveram eleger-la como diretora, atuando na direção da escola, do ano de 2009 a 2011.

Segundo Mayná, a experiência foi gratificante e é totalmente diferente de estar em sala de aula. Na sua opinião, a dificuldade é bem maior, porém, já estava



na luta desde 2001. A dificuldade que tinha é a de que não havia uma pessoa para auxiliá-la com as documentações, estava sozinha. Portanto, houve a necessidade de contratar uma secretária para ajudá-la, após várias solicitações, a Prefeitura contratou a indígena Vânia Santos Meira, “depois da entrada dela, melhorou bastante” o funcionamento da secretaria da escola. Mayná menciona alguns nomes que a ajudaram no começo, como “Soraia Perelo, Claudio Alcântara, Andrea dos Reis”, pois não tinha experiência com a direção da escola, como lidar com os professores, dentre outros assuntos relacionado ao funcionamento da escola, e “muito que aprendi com eles”. As pessoas citadas acima eram não indígenas que trabalhavam na Secretária de Educação, no setor da Educação Escolar Indígena. Segundo a professora Marialva, foram peças fundamentais para o avanço da Educação Escolar de Aldeia Velha, e “que ela não poderia deixar de citar”.

A professora Marialva menciona alguns lugares que recordou ter viajado como representante da aldeia, “participei do evento, chamado Rio + 20²³ (2012) realizado no Rio de Janeiro; reuniões no

23 A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Fórum de Educação Escolar Indígena²⁴ (2008), em Banzaê (BA); Formação Continuada pela Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade²⁵ (2007) e reunião para Ampliação da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha através do Estado (2005), em Salvador (BA).

A professora e liderança Marialva é uma das referências em sua comunidade, referente a Educação Escolar Indígena, na luta por uma educação diferenciada e de qualidade. Em toda sua trajetória de vida se dedicou na criação de seus filhos “para que tivessem uma boa educação e se tornassem pessoas de bem”. Apesar de não estar mais na direção da escola, atualmente, continua atuando como professora no ensino infantil, trabalhando na alfabetização das crianças de 4 e 5 anos. Marialva declara que, “quando as mães de meus alunos vem me agradecer pelo aprendizado dos seus filhos, fico muito feliz em ver os resultados de meu trabalho”. Segundo Pariri Mayná, mesmo em meio às dificuldades enfrentadas no passado, a

24 Fórum de Educação Escolar Indígena da Bahia, realizado nos dias 3 e 4 de junho de 2008, na cidade de Banzaê, além de debater as políticas públicas e o exercício da gestão participativa, serviu também para consolidar a luta pelo fortalecimento da identidade étnica dos povos indígenas. Representantes das mais diversas etnias, do governo do estado e da Assembleia Legislativa unificaram o discurso em defesa da tolerância e respeito às tradições dos primeiros habitantes, sem esquecer a batalha por novas conquistas.

25[...] Políticas de formação de professores indígenas focadas nas licenciaturas e no magistério interculturais, de produção de materiais didáticos e paradidáticos específicos, de ampliação da oferta de educação básica nas escolas indígenas e de fortalecimento da interlocução institucionalizada e informada de representantes indígenas com os gestores e dirigentes do MEC e dos sistemas de ensino.

mesma se sente motivada a cada dia, através desses incentivos. Por saber que a sua comunidade precisa dela, faz com que ela siga em frente e continue na luta pela melhoria de sua aldeia.

BIOGRAFIA MARICEIA MEIRELLES GUEDES - ARNÃ PATAXÓ



Terra Indígena Aldeia Velha

Aldeia Velha

Povo indígena: Pataxó

Estado: Bahia

Autora: Aline Pataxó

Liderança e professora

Idade: 35 anos (1979)

Nascida em Águas Belas – Bahia

Casada, mãe de 3 filhos.

A professora Mariceia, mais conhecida por “Arnã Pataxó”, atualmente está cursando a Licenciatura Indígena no Instituto Federal da Bahia, na área de Ciências Humanas e Sociais. É artesã, liderança e grande articuladora²⁶ no fortalecimento cultural.

Em sua entrevista, Ahnã explica com detalhes como foi a sua vinda para a Aldeia Velha. Segundo o seu relato, ela trabalhava com artesanato, na confecção e na venda, e “devido o Povo Pataxó ainda ser um povo nômade, procurava melhorias em outros lugares”. Antes de morar na aldeia, residia na Aldeia Coroa Vermelha. Porém, havia bastante concorrência com os demais indígenas na venda dos artesanatos. Então, em 2002, ela e sua amiga, chamada Sandra, resolveram vir para as praias do Arraial D’Ajuda, para venderem os artesanatos, procurando melhorias de vendas para o sustento da família. E perceberam que o movimento de vendas era bom e começaram a frequentar constantemente as praias. Notaram, também, que a noite na Broadway (uma rua turística, muito conhecida), que fica ao lado da Praça São Braz, havia um enorme movimento, especialmente no “período do verão”.

Dessa forma, no pensamento delas, poderiam expor seus artesanatos para venda, pois já tinham viajado para vários

outros lugares e estados diferentes, e nunca haviam tido problemas. Porém, quando foram comercializar os seus artesanatos no Arraial D’ Ajuda, se depararam com essa problemática: havia bastante fiscalização da prefeitura em conjunto com a Polícia Militar e não deixavam os indígenas venderem os artesanatos na praia de dia e nem na praça à noite. Ahnã relata que os conflitos eram constantes, e mesmo recebendo ameaças de serem presos os seus artesanatos, ela não desistia e continuava lutando pelos seus direitos.

Mariceia afirma ter alugado “um quartinho apenas para dormir” no bairro Guanabara (Arraial D’Ajuda), para vender os seus artesanatos no período noturno. Segundo Ahnã, neste mesmo período, ela e Sandra encontraram com cacique Ipê (na época), que era um “velho conhecido”, pois o mesmo tinha uma loja de artesanato do lado dela, na Aldeia Coroa Vermelha onde trabalhavam. Após a conversa, Ipê a convidou para conhecer a Aldeia Velha, pois ela não conhecia ainda. Ele explicou que se tratava de uma aldeia que ficava localizada próxima ao Arraial D’Ajuda, mas era uma área fechada e reservada para os indígenas. Passados dois dias de sua conversa com o Ipê, ela e Sandra foram conhecer a aldeia e gostaram muito do lugar. Saíram do quarto de aluguel e vieram para Aldeia Velha, apenas para passar uns dias, na casa do cacique, para comercializar os artesanatos, como meio de sobrevivência de suas famílias. Ficavam uns dias no Arraial e depois iam para suas residências na Aldeia Coroa Vermelha ver seus familiares.

Arnã relata ter ficado temporariamente, um período de oito meses. Depois de algum tempo, Ipê a convidou para morar na aldeia.

²⁶ Incentivadora e estimuladora no fortalecimento cultural de seu povo.



Em 2004, ela conseguiu um terreno, começou a construir a sua casa e passou a morar na aldeia definitivamente. Em seu relato, um dos momentos mais marcantes de sua vinda para Aldeia Velha foi quando ela ia vender artesanato na Praça da Broadway (centro), e arrumava confusões com a fiscalização da prefeitura e a polícia, pois havia bastante discriminação com os indígenas.

Segundo Arnã, por ter experiência em viajar para outros lugares, achava que poderia expor seus artesanatos para vender na praça. Lembra que muitas vezes seus materiais (artesanatos) haviam sido apreendidos e que uma vez ela e sua amiga Sandra chegaram a ser presas. Ficaram um dia inteiro detidas na ouvidoria da Polícia Militar, apenas por quererem vender seus artesanatos, que era o seu único meio de sobrevivência. Relata que nessa época o responsável pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio – Núcleo Porto Seguro), era o indígena “Zeca Pataxó”. Várias vezes ele ia ao Arraial D’Ajuda retirar os materiais que estavam apreendidos na delegacia.

Apesar de todos esses ocorridos, ela não se intimidava com as ameaças sofridas e continuava na luta pelos seus direitos e nunca desistia. Mariceia declara que as pessoas do Arraial perguntavam para os moradores da aldeia se eles residiam na Fazenda Santo Amaro e as pessoas confirmavam. Porém, ela começou a enfatizar “na cabeça dos jovens e dos mais velhos que esse era o nome antigo do local e não se chamava mais assim, mas sim Aldeia Velha” e “que na aldeia as pessoas já praticavam a cultura, mas precisava de alguém mais ousado.” A partir daí, “as pessoas de fora da aldeia começaram a

respeitar e reconhecer-nos como Aldeia Indígena”.

Arnã afirma que, neste mesmo período, começaram a vir os projetos para a comunidade. Ela e o professor José Roberto dos Santos, passaram a monitorar o projeto Arteducar (Governo do Estado e parceria com a TIM operadora de serviços de telefones celulares). Segundo Mariceia, eles trabalharam com crianças, adolescentes e jovens. Ela trabalhando na revitalização da cultura, com dança/música, e o Roberto com confecção de adereço²⁷. Através desse projeto, fizeram vários movimentos culturais, dentro e fora da aldeia. Mariceia relembra alguns. Um deles foi o primeiro intercâmbio cultural com outra aldeia, o intercâmbio realizado na Aldeia Indígena Pataxó Barra Velha, no ano de 2005; apresentações de dança tradicional, no Centro de Cultura de Porto Seguro, hotéis, praça do Arraial D’Ajuda. Arnã cita outros projetos que recorda ter vindo para a comunidade e que ela participou, como: projeto segundo tempo (Governo Federal), MEA (Associação das Mulheres em Ação) e o projeto da reserva de preservação ambiental e fortalecimento cultural. Mariceia ressalta que o projeto da reserva era sociocultural, onde participavam boa parte da comunidade, “crianças, adolescente, jovens, adultos e os mais velhos”, recebiam turista de dentro e fora do país, numa parte da aldeia que é apenas área de preservação.

Os indígenas realizavam apresentações como dança tradicional “Awê”, trilha ecológica de preservação ambiental, comida típica, pintura, palestras sobre a história do povo Pataxó e outros atrativos. Através

27 Confecção de artesanato do povo Pataxó, dentre eles: brincos, cocares de pena (ornamento que os indígenas usam na cabeça).

desse projeto, tiveram algumas oportunidades para apresentar a cultura fora da aldeia. Foram convidados para viajar para vários lugares, dentre eles, “Salvador, São Paulo”, e, com isso, mobilizou toda a comunidade, “dessa forma buscando a revitalização da nossa cultura, dentro da aldeia”. Infelizmente, não houve continuidade no projeto da reserva, devido a um incêndio que teve na cabana cultural onde eram desenvolvidas as atividades citadas acima, porém, “até o momento não sabemos qual foi o motivo desse trágico acidente”.

No entanto, apesar do incidente ocorrido com a cabana, os movimentos culturais dentro da aldeia, não pararam. Segundo Arnã, a partir daí, continuaram a crescer culturalmente e a buscar os seus direitos. Ela cita alguns desses direitos, “a oportunidade de participar dos jogos indígenas nacionais, os jogos indígenas de Porto Seguro e demais representações indígenas”. Ressalta ser muito importante estar participando desses movimentos, pois assim estará dando visibilidade para sua aldeia e ao seu povo, que é bastante discriminado pelos não indígenas.

Em sua entrevista relata que, no dia 30 de março de 2010, ganhou a etapa estadual do Prêmio Mulher de Negócios 2009²⁸ do SEBRAE²⁹, na categoria Negócios Coletivos, pelo reconhecimento de sua história de vida e empreendedorismo na aldeia em que reside. Ressalta ter saído, em abril de 2010 (Nº184), uma matéria na revista Conexão Bahia do SEBRAE, relatando que a mesma havia ganhado o prêmio. Ahnã declara “me sentir muito

28 Site: www.mulherdenegocios.sebrae.com.br

29 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia

honrada em poder representar as mulheres baianas e, em especial a minha comunidade, através desse prêmio.”

Em 2009, Arnã relata ter prestado o vestibular do IFBA para a Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER), “fiz a prova, apenas para testar os meus conhecimentos, mais não tinha esperança de passar”. Porém, a mesma foi aprovada, passando na cota das lideranças. No entanto, apesar de não achar que iria passar, Ahnã afirma ter ficado surpresa com a aprovação, “mas se passei, vou honrar o nome da minha aldeia e o meu povo”. Mariceia explica como foi a sua entrada na Escola Indígena de Aldeia Velha: “entrei na escola como estágio, e acabei gostando”. Após essa experiência, em 2013, teve a oportunidade de exercer a função de professora, onde atua até hoje, nas disciplinas de Geografia e História, no Fundamental II. Ahnã declara, que na aldeia, além dela ser mãe, é professora, liderança, artesã e que faz de tudo um pouco.

Na entrevista, Ahnã afirmar que os projetos em sua aldeia são contínuos, “o povo Pataxó não pode parar”. Ela descreve um projeto que atualmente está participando para o fortalecimento e afirmação cultural que é a “Varanda Cultural”. Segundo Mariceia, a “varanda cultural é um espaço físico em sua casa”, porém, não fica fixo apenas em um lugar. O desejo da professora e os demais membros da equipe (varanda), é expandir, percorrendo toda a comunidade “ir nas casas ou até mesmo na rua.” Ahnã detalha, alguns aspectos que Varanda Cultural proporciona; “trazemos um ancião para contar histórias (narrativas, contos e lendas), exibimos documentários ou filmagens, oficina de artesanato e pintura” e, dessa forma, mostramos para as



crianças, adolescente e jovens, a importância de manter, afirmar e praticar a cultura. Ressalta ser um trabalho sociocultural, para a revitalização do Povo Pataxó, dentro de Aldeia Velha.

A professora Ahnã menciona que em toda sua trajetória de vida sempre participou ativamente, do movimento indígena, junto com seu povo. Segundo ela, devido a sua aldeia ser bastante próxima da cidade, em seu ponto de vista, “nosso povo vive muito vulnerável”. Declara que essa questão hoje é o que mais a preocupa “manter a cultura viva dentro da comunidade”. Pela proximidade e o fácil acesso ao Distrito do Arraial D’Ajuda e demais povoados, “estamos praticamente espremidos”, no meio dessas circunvizinhanças, tendo o contato direto com os não indígenas, pois isso é inevitável. No entanto, Ahnã ressalta

ser importantíssimo demonstrar para os jovens, que eles devem dar continuidade na luta pelos direitos de seu povo, e ela afirma que, para isso “temos que manter nossa cultura, porque o índio sem cultura, o quê que somos?”. Em seu relato, Mariceia, relata, que a luta pelo território, por uma saúde de qualidade, uma educação diferenciada e para os indígenas estarem hoje em uma Universidade, “essa luta não foi nossa não! Foi de nossos mais velhos, que morreu lutando, por esses direitos” e que é preciso todos valorizarem essas lutas, conquistadas pelas lideranças. Ahnã ressalta que é o dever de todo indígena que sai representando suas respectivas aldeias e contribuir com sua comunidade, de acordo aos conhecimentos adquiridos nas Universidades e demais instituições, por terem saído de suas aldeias representando o seu povo.